

Versão 1

| Alterações realizadas no documento | | | | |
|------------------------------------|-------------|---|------------|----------------------------|
| Item alterado | Cor | Observações | Data | Responsável pela alteração |
| 14.9 | azul | Conforme orientações da Coordenadoria de Contratos, alterado o prazo de rescisão contratual de 15 para 20 dias | 26/10/2022 | Alessandro |
| 1.2. subitem 2.1.1 | --- | suprimido o item conforme recomendações da Assessoria Jurídica e orientações da Coordenadoria de Licitações | 30/11/2022 | Alessandro |
| 7 item 2 | verde claro | atualizado o número do decreto conforme orientações da Assessoria Jurídica e orientações da Coordenadoria de Licitações | 30/11/2022 | Alessandro |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - SERVIÇOS
PLANO DE TRABALHO**

Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório

| | |
|-------------------------------|--------------------------------|
| Data: | 17/05/22 |
| Número do PROAD aberto | 10509/2022 |
| Área Demandante: | Coordenadoria de Manutenção |
| Área Requisitante: | Seção de Máquinas e Hidráulica |

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

| | | | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------|-----------------|--------------------------|
| - Integrante Demandante: | Maria Aparecida Gruli Deboni Leoncini | | | |
| - Integrante Técnico: | Paulo Fernando Furlan | | | |
| - Integrante Administrativo: | Titular: | Christiano Carneiro Ferreira | Suplente | Douglas Suetsugo Mitsuse |

| | | |
|-----------------------------|-------------------------------------|---|
| Contratação urgente? | <input checked="" type="checkbox"/> | Contrato/ata vence nos próximos 4 meses |
| | <input type="checkbox"/> | Contratada está com certidão irregular |
| | <input type="checkbox"/> | Houve rescisão do contrato |
| | <input type="checkbox"/> | Outra justificativa: |

CONTRATAÇÃO É URGENTE

| | |
|---------------------------------------|------------|
| Data para início dos serviços: | 01/10/2022 |
|---------------------------------------|------------|

| | |
|---|---|
| Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para prrenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar) | https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca |
| 22454 | |
| Ar condicionado - manutenção sistema central | |
| | |

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado instalados no Edifício Sede Judicial deste E. Tribunal, com disponibilização de mão de obra residente e não residente, incluindo o fornecimento dos materiais, ferramentas, instrumentais e equipamentos, inclusive de proteção, necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de profissional responsável.

1 - Do Objeto

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado instalados no Edifício Sede Judicial deste E. Tribunal, com disponibilização de mão de obra residente e não residente, incluindo o fornecimento dos materiais, ferramentas, instrumentais e equipamentos, inclusive de proteção, necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços. A presente contratação inclui todas as atividades e serviços necessários para a efetiva manutenção e conservação dos sistemas, relacionados à seguir, além de outros inerentes e não relacionados:

a) manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado instalado no Edifício Sede Judicial do TRT 15ª Região, incluindo automação do sistema, ventilação, pressurização e exaustão mecânica, tratamento químico de água gelada e de condensação de todo o sistema, conforme especificações constantes deste Termo de Referência e com o fornecimento de peças e serviços específicos, como referência, constantes do Anexo "A";

b) elaboração do PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), conforme Lei 13.859/2018. A Contratada terá prazo máximo de 45 dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, para apresentação do PMOC à Fiscalização do Contrato;

c) análise da qualidade do ar coletado em todos os ambientes por laboratório credenciado junto à ANVISA com emissão de relatório semestral, conforme PMOC elaborado pela Contratada.

1.2. A empresa será responsável pela atualização do sistema de automação e gerenciamento instalado, que gerencia todo o sistema de ar condicionado central do prédio, com exceção dos equipamentos do tipo cassete e dos equipamentos instalados no primeiro e segundo pavimentos, as licenças serão de propriedade do Tribunal. O Tribunal será responsável pela aquisição dos periféricos necessários para interligar o sistema de gerenciamento ao sistema instalado no primeiro e segundo pavimentos, conforme necessário.

1.3. Deverão ser observadas na prestação de serviços as Normas específicas e usuais ao exercício das respectivas atividades e funções, principalmente as Normas: NBR 16.401, NBR 14.644, NBR 7.256, NBR 13.971, NBR 5.410, SBCC-RN-001/002/003/004, RDC nº 50, Portaria nº 3.523 de 1998 e Resolução – RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, do Ministério da Saúde e demais normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e/ou qualquer outro normativo vigente.

2. Da Qualificação Técnica

2.1. Deverão ser apresentados os documentos de habilitação técnica constantes no item específico de Qualificação Técnica;

3. Das Manutenções e Serviços:

A Contratada será responsável pela execução de todos os serviços necessários para o adequado funcionamento do sistema de climatização do prédio, combinando todas as ações técnicas e administrativas, incluindo as de supervisão, destinadas a manter ou recolocar os equipamentos no estado no qual possa desempenhar a função requerida.

3.1. Manutenção Preventiva: ação desenvolvida através do trabalho de acompanhamento e monitoramento das condições dos equipamentos, de seus parâmetros operacionais e o tempo estabelecido pelo fabricante dos componentes quanto à sua otimização e após vencimento, acompanhar com maior rigor os efeitos de diminuição de rendimento do componente, programando a parada técnica para a substituição;

3.2. Manutenção Preditiva: ação desenvolvida através do trabalho de acompanhamento e monitoramento das condições dos equipamentos, de seus parâmetros operacionais e o tempo estabelecido pelo fabricante dos componentes quanto à sua otimização e após vencimento, acompanhar com mais rigos os efeitos de diminuição de rendimento do componente, programando a parada técnica para substituição;

3.1.3. Manutenção Corretiva: ação desenvolvida com o objetivo de fazer retornar às condições de funcionamento de um equipamento após a ocorrência de defeito ou falha, no prazo máximo de 24 horas, sendo essa condição uma ação extraordinária e esporádica, diante das aplicações das manutenções preventivas e preditivas.

3.1.4. Ordem de Serviço (O.S): é o documento emitido para a realização de qualquer trabalho executado pelas equipes de manutenção. Nos casos de manutenção preventiva a O.S. será emitida de acordo com a programação estabelecida. Para os casos de manutenção corretiva, serviços extra-manutenção, retrabalho ou outros, a O.S. poderá ser emitida durante ou até mesmo, em casos emergenciais, após a conclusão dos eventos. Deverá conter os seguintes campos obrigatoriamente: data, horário, equipamento com o código conforme ANEXO B, tipo de manutenção, com o diagnóstico da sua causa, atividades ou serviços executados, relação das peças a serem substituídas se for o caso, tempo de execução e outros quando necessário, assinatura e nome do executante bem como do usuário, assinatura do Técnico designado pela Administração do Tribunal.

3.1.5. Relatório Mensal de Manutenção: é o instrumento de apresentação dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva desenvolvido pela Contratada. Deverá conter relatórios e O.S., conforme modelo previamente aprovado, com descrição do nome e função dos funcionários, data, local, horários de início e término, tempo, relação de pendências, visto do executante e assinatura do Técnico designado pela Administração do Tribunal, conforme previsto no item 3.1.4. Em caso de manutenção corretiva deverá constar da ordem de serviço o tempo decorrido entre o chamado e a efetiva intervenção. O relatório deverá conter ainda, programação de serviços de manutenção do próximo período, dividido em serviços preventivos, pendentes e históricos dos equipamentos.

4. Da Prestação de Serviços e Metodologia

4.1. A contratada deverá prestar serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos equipamentos de ar condicionado – água gelada, automatização, self e split – e do sistema de ventilação, pressurização e exaustão em todas as suas instalações, com ferramental próprio e pessoal técnico especializado, devidamente uniformizado e identificado.

4.2. Os serviços deverão ser executados na forma e condições determinadas pela Administração do Tribunal.

4.2.1. Os chamados técnicos de serviços de manutenção corretiva, inclusive os que se encontrarem em garantia, conforme previsto no item anterior, deverão ser atendidos pela Contratada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da data de abertura do chamado, não havendo limite para o número de chamados.

4.2.2. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser concluídos no atendimento do chamado, ou até o prazo de 48 horas do atendimento inicial, se houver justificativa para tal, sempre lançada em relatório.

4.2.3. Em caso de serviços emergenciais, assim consideradas pelo TRT aquelas imprescindíveis ao funcionamento das atividades, a empresa deverá executá-los no prazo máximo de 12 (doze) horas após o acionamento, salvo quando a dilação deste prazo for expressamente justificada através de parecer técnico aplicável ao caso.

4.3. Todos os serviços deverão obedecer à melhor técnica vigente, enquadrando-se rigorosamente nos preceitos das normas técnicas/ABTN referentes às instalações mecânicas e elétricas.

4.4. A execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva deverá ser realizada por **02 (dois) técnicos especializados em ar condicionado e 02 (dois) auxiliares prático** que deverão prestar seus serviços durante todo o período de funcionamento do Tribunal, das 7h às 19h, em jornadas de 8h, em horários a serem definidos pela Administração do Tribunal. Também deverão dar assistência aos plantões judiciários em finais de semana e em feriados durante o ano todo, e aos eventos ocasionais em horário noturno.

4.5. Ficará sob a responsabilidade da contratada a prestação de serviços de assistência técnica especializada para manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado, automação do sistema, ventilação, pressurização e exaustão mecânica, supervisão predial e tratamento químico de água gelada instalado bem como gerenciamento dos equipamentos integrantes dos sistemas conforme horários indicados neste descritivo.

4.6. A manutenção preventiva, preditiva e corretiva do objeto desta licitação deverá ser feita no sentido de se atingir as metas abaixo:

4.6.1. Manter o sistema de ar condicionado em perfeitas condições de funcionamento através do cumprimento de toda a programação de manutenção.

4.6.2. Após a substituição dos filtros, efetuar a certificação das áreas que sejam atendidas por equipamentos com filtragem no mínimo classe A1, através de empresa especializada, previamente aprovada pela Administração do Tribunal com o respectivo recolhimento da ART.

4.6.3. Efetuar a análise microbiológica do ar ambiente climatizado com periodicidade semestral, conforme determina a legislação vigente, salvo os casos de solicitação.

a) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle ambiental de possível colonização, multiplicação e disseminação de fungos em ar ambiente interior com periodicidade semestral;

b) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle de processo de renovação de ar em ambiente climatizado com periodicidade semestral (marcador epidemiológico: CO₂);

c) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle de processo de climatização de ar em ambientes climatizados (marcadores: temperatura do ar, umidade do ar e velocidade do ar);

d) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle de aero dispersóides totais em ambientes interiores climatizados com periodicidade semestral (marcador epidemiológico: poeira total);

e) Responsabilidade técnica, relativa à análise da qualidade do ar, proveniente de laboratório;

f) Portanto deverão ser providenciadas avaliações biológica, química e física das condições do ar interior dos ambientes climatizados, com fornecimento de laudo respectivo;

g) Promover a correção das condições encontradas mantendo disponível o registro das avaliações e correções realizadas;

h) Os procedimentos de amostragem, medições e análises laboratoriais deverão ter responsável técnico de nível superior, com habilitação na área de química ou área de biologia, tudo elaborado por laboratório credenciado junto à ANVISA.

4.7. Efetuar as análises termográficas nos painéis das máquinas constantes na relação do **ANEXO B**, anualmente conforme cronograma a ser fornecido pela contratada no primeiro mês de vigência do contrato, e a cada prorrogação se houver, gravando as mesmas em mídia DVD, com relato integral dos pontos e partes vistoriadas, inclusive com o recolhimento da ART dos serviços, atendendo para o que segue.

I. O ensaio de termografia deverá ser desenvolvido em horário de maior pico e carga da instalação, registrando-se a temperatura ambiente e os dados nominais da instalação.

II. Efetuar manutenção corretiva nos quadros de força e de comando, apontados pela termografia.

III. Efetuar em seguida nova termografia para constatar a eliminação dos defeitos.

IV. Efetuar anualmente nova termografia e, se necessário, repetir os procedimentos dos incisos II e III acima, com recolhimento da ART dos serviços.

4.8. Manter o sistema balanceado em termos de temperatura, pressão de trabalho e vazões de ar e água conforme projeto.

4.9. Estudo, análise e proposta para melhoria do sistema quando necessário e quando solicitado pela Administração do Tribunal.

4.10. A contratada deverá prestar manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos relacionados no ANEXO C, por intermédio de profissionais habilitados pelos fabricantes e no caso de garantia com o próprio fabricante ou empresas credenciadas com a supervisão da empresa Contratada;

4.11. Caberá à contratada seguir a rotina de manutenção conforme ANEXO B.

4.12. Deverá elaborar planilha e mantê-la atualizada, relacionando todos os equipamentos especificando marca, modelo e tipo. Incluem-se nessa planilha a listagem os motores e os controladores (termostatos, umidostatos, entre outros).

4.13. As planilhas de checagem deverão ser preenchidas e a cada mês deverá ser fornecido um relatório contendo as planilhas que serão encaminhadas à Administração do Tribunal, juntamente com o Relatório Técnico das chamadas recebidas e atendidas.

4.14. A contratada fornecerá cronograma anual de manutenção preventiva dos equipamentos, devendo o mesmo ser revisado e reavaliado periodicamente.

4.15. A contratada fornecerá cronograma anual de manutenção preditiva dos equipamentos críticos, devendo o mesmo ser revisado e reavaliado periodicamente.

4.16. Caberá à contratada, o fornecimento, guarda e aplicação dos produtos químicos utilizados nos sistemas de águas gelada das instalações do edifício sede judicial, conforme objeto desta licitação, responsabilizando-se pelo atendimento das exigências relativas à dosagem especificada através de boletins técnicos a serem elaborados pela contratada, através de análises de água que deverão ser realizadas em todos os sistemas.

a) O tratamento de água deverá ser efetuado nos sistemas de água gelada do edifício sede judicial, por ser objeto deste Termo de Referência.

b) O tratamento da água será para fins industriais no sentido de que o fornecimento dos produtos químicos garanta a qualidade das águas dos sistemas descritos de modo a dotá-las de parâmetros aceitáveis no sentido de preservar os sistemas evitando-se com isso a produção de incrustações e corrosões nas tubulações.

Os produtos necessários para o tratamento consistirão em:

b.1) Para o sistema de condensação: inibidor de corrosão consistido em dispersante à base de organo fosforatos, sais de zinco, terpolímeros e inibidor para cobre; biocida à base de hipoclorito e limpeza alcalina à base de agentes sequestrantes e antiespumantes.

b.2) Para os sistemas fechados, os programas de tratamento deverão conter inibidor de corrosão à base de nitrito bórx e azóis e limpeza alcalina à base de agentes sequestrantes e antiespumantes.

c) Será obrigatória a apresentação de relatórios mensais para todos os sistemas incluindo todos os parâmetros indicando os valores obtidos que deverão ser comparados com os padrões para cada item. Os relatórios deverão ser assinados por responsável com registro no CREA/CONFEA. Os relatórios deverão conter os valores aferidos dos seguintes parâmetros: alcalinidade total em ppm CaCO₃, condutividade em Micro Mhos. Cm⁻¹, Cloreto em ppm Cl⁻, Dureza Total em P04 ⁻³, Nitrito em ppm NO₂⁻, Silica Total em ppm SiO₂, Sólidos Dissolvidos em ppm NaCl, Ph (Condensação) em uPh, pH (Água Gelada) em uPh e comparados com os valores padrão. O relatório deverá conter as conclusões em função dos resultados obtidos, bem como os procedimentos e recomendações necessárias visando às manutenções dos sistemas.

d) A empresa contratada deverá também ser responsável por eventual dosagem de choque, caso as análises físico-químicas apontem para essa necessidade.

e) Caso ocorra o desperdício ou aplicação errônea dos produtos químicos, ficará a contratada responsável pelos eventuais danos causados aos equipamentos e pela reposição dos produtos químicos.

f) O Tratamento Químico de Água Gelada, se houver, será realizado às expensas da contratada

4.17. Caso seja necessária a execução de serviços de retífica em componentes de equipamentos será de responsabilidade da contratada a desmontagem e remontagem desse componente, bem como o transporte para retífica e de igual modo o retorno do componente.

4.18. A manutenção preditiva deverá ser composta por medições e apresentação de relatórios periódicos aplicando as melhores técnicas pertinentes, visando acompanhar a performance de funcionamento de todos os equipamentos do tipo expansão direta, splits system e expansão indireta, fan-coil, fancoletes, ventiladores, bombas, chillers, torres de resfriamento, válvulas motorizadas, painéis de automação, painéis elétricos e software de monitoramento, objeto desta licitação, identificando e fornecendo os diagnósticos e recomendações necessárias para a correção dos equipamentos que ultrapassarem os limites permitidos. Em função de resultados negativos, caberá a contratada corrigir e eliminar as possíveis falhas, incluindo-se todo e qualquer serviço incluindo a mão-de-obra para balanceamento dinâmico ou estático do equipamento.

5. Da Conservação do Sistema (Equipamentos)

5.1. Sempre que houver danos nos equipamentos pertencentes aos sistemas de ar condicionado, refrigeração, automação, ventilação, pressurização, exaustão mecânica e supervisão predial, a Administração do Tribunal, efetuará diligências para apurar negligências e causa principal; ficando comprovado que houve imperícia técnica no manuseio do equipamento, a Administração do Tribunal, procederá à contratação de uma empresa especializada para elaborar um Laudo Técnico. Se neste laudo for caracterizada a imperícia técnica, caberá à contratada as despesas do laudo e o conserto do equipamento após sindicância instaurada e julgada, bem como responder pelos danos em todos e quaisquer equipamentos.

6. Do Fornecimento de Materiais e do Instrumental

6.1. A contratada fornecerá sob sua responsabilidade todos os materiais de consumo, instrumental, ferramentas e equipamentos, inclusive de proteção EPI's e EPC's, necessários à execução dos serviços objeto desta licitação.

6.2. Peças e serviços específicos referidos no ANEXO A serão fornecidos pela contratada mediante apresentação de tabela de preços do fabricante ou a entrega de 03 (três) orçamentos e receberá autorização para o fornecimento ou a execução dos serviços específicos, após o recebimento do empenho.

6.2.1. Entenda-se por materiais de consumo, os materiais que serão consumidos durante a execução dos serviços objetos desta licitação, conforme descrito na Tabela II – Relação de Materiais de Consumo disponíveis no local de trabalho.

6.2.2. Entenda-se por instrumental todas as ferramentas, instrumentos e aparelhagem e quaisquer outros recursos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação, conforme descrito na Tabela I – Relação de Ferramentas disponíveis no local de trabalho.

6.2.3. Entenda-se por peças e materiais de reposição todas as peças de equipamentos ou instalações, e materiais que substituem outras, equivalentes, que façam parte do sistema de Ar Condicionado e Refrigeração que devam ser substituídos, por razões de quebra, desgaste ou funcionamento indevido, tais como rolamentos, mancais, filtros, gases refrigerantes, contactores, termostatos, pressostatos, umidostatos, correias, condutores elétricos, fusíveis, lâmpadas, chaves, botoeiras, gaxetas para equipamentos, entre outros componentes do sistema, devidamente identificados e relacionados, sendo todos estes, fornecidos pela Administração do Tribunal.

6.3. Caberá à contratada fornecer cadastro e lista de peças sobressalentes para todos os equipamentos instalados, prevendo assim a garantia e o funcionamento do sistema sem interrupção a serem preenchidas em formulários conforme Cadastro de Equipamentos, objetivando ainda contemplar as manutenções periódicas, preventivas e preditivas, de todos os equipamentos.

6.4. Caberá à contratada elaborar e preencher planilha de checagem de cada equipamento, as quais deverão ser aprovadas pelo Centro de Engenharia de Manutenção da contratada, sob orientações de seu engenheiro, em acordo com a Administração do Tribunal, sendo essa uma decisão em conjunto diante da relação de chamadas solicitadas e atendidas. Deverão ser elaboradas as fichas de cadastros de equipamentos contendo a identificação dos componentes. De posse destas fichas, e com as informações dos fabricantes, a contratada deverá elaborar o cronograma geral de manutenção periódica, entendendo-se sendo essas as preventivas e preditivas.

6.4.1. Mensalmente deverá ser elaborado relatório técnico contendo as planilhas conforme descrito no item 6.4, que deverão ser encaminhadas ao Centro de Engenharia de Manutenção da contratada, sob orientações de seu engenheiro e a Administração do Tribunal, com apresentação do relatório das chamadas técnicas recebidas e atendidas.

6.5. As peças e serviços, a serem fornecidos pela contratada, deverão contar com estoque mínimo e com os serviços previamente relatados à Administração do Tribunal.

6.6. As informações estatísticas, de manutenção, de materiais, serviços de rotina e as intercorrências com manutenção corretiva, deverão ser apresentadas tendo como base software de manutenção específica do contratado e disponibilizado à Administração do Tribunal.

6.7. Relação contendo o mínimo de Ferramentas a serem disponibilizadas pela Contratada e que deverão estar disponíveis no local de trabalho:

- Máquina de solda a arco elétrico;
- Maçarico oxiacetileno por corte e solda portátil;
- Termômetro;
- Higrômetro;
- Rádio comunicador;
- Bomba de vácuo;
- Anemômetro;
- Termômetro laser;
- Jogo de chave estrela, boca, combinada, allen, soquete de ¼ a 2" e 3" Polegada e Métrica;
- Microcomputador com vídeo, CPU, teclado e impressora;
- Malas de ferramentas de mecânico;
- Saca polia P, M, G.;
- Instrumentos de medição, paquímetros e micrômetros;
- Furadeira e Rebitadeira;
- Multímetro;
- Recolhedora de gás de refrigeração;
- Alicates amperímetro;
- Mala de ferramenta de eletricitista;
- Mala de ferramenta de mecânico;
- Máquina lava jato alta pressão portátil;
- Manifold de Refrigeração;
- Detector de vazamento de gás refrigerante.

Obs: Todos os instrumentos de medição acima descritos deverão apresentar Certificado de Calibração periódica dentro do prazo de validade.

6.8 Materiais de Consumo mínimos que deverão ser disponibilizados pela Contratada e que deverão estar disponíveis no local de trabalho:

- Estopa;
- Graxa lubrificante;
- Óleo lubrificante CP – 32;
- Desengraxante;
- Querosene;
- Solventes
- Rolos de fita isolante (20m);
- Rolos ft. teflon ¾ x 50 mts;
- Rolos de fita crepe;
- Durepoxi;
- Cola de contacto;
- Massa calafetar;
- Lixa de ferro n.º 180;
- Lixa de ferro n.º 120;
- Lixa de ferro n.º 80;
- Desoxidante WD-40;
- Rebites e parafusos diversos.

NOTA: O rol de materiais descritos nos itens acima não são exaustivos, sendo responsabilidade da empresa o fornecimento de quaisquer outras ferramentas e materiais de consumo necessários à plena execução dos serviços.

6.9. Relação de peças e serviços específicos, dados como referência e inclusos no objeto dessa contratação, que mediante apresentação de tabela de preços do fabricante ou a entrega de três orçamentos pela contratada, a qual receberá autorização para o fornecimento ou a execução dos serviços específicos, após o recebimento do empenho. - **Conforme ANEXO A.**

7. Dos Procedimentos e Normatização para Emissão de Orçamentos.

7.1. A contratada, diante de necessidade da aquisição de materiais e serviços necessários não cobertos pela contratação, deverá apresentar orçamentos para peças de reposição ou serviços especializados em manutenção corretiva ou melhoria do sistema, de acordo com avaliação feita em conjunto com a Administração do Tribunal. O prazo para apresentação da proposta será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação.

7.2. Em todo orçamento emitido pela contratada deverá constar:

- a) A descrição dos serviços a serem realizados;
- b) Justificativa técnica para sua execução;
- c) A descrição detalhada dos materiais, peças e os equipamentos onde as peças serão instaladas;
- d) O valor unitário e total dos materiais e peças;
- e) Prazo de validade da proposta (no mínimo 45 dias);
- f) Prazo de execução;
- g) Garantia;
- h) Pagamento somente com o fornecimento do material e término dos serviços.
- i) Todos os serviços de mão-de-obra necessária para a substituição das peças (retirada e reinstalação) estarão cobertos pelo objeto desta licitação, não cabendo dessa maneira a apresentação de custo adicional de mão-de-obra.

7.3 O orçamento será aprovado somente mediante avaliação dos preços, diante de comparações com os preços de mercado efetuado pela Administração do Tribunal. Caso a proposta não seja aprovada, a contratada será notificada.

8. Da Equipe Operacional, Técnica Administrativa e Engenharia de Apoio (no edifício Sede Judicial)

- 8.1. A equipe operacional é a equipe de pessoal constituída por funcionários da contratada, com o objetivo de zelar e manter todos os equipamentos em totais condições de uso, sendo de sua responsabilidade todos os serviços de manutenção do sistema de ar condicionado do edifício sede judicial.
- 8.2. A equipe operacional necessária para o pleno cumprimento do objeto desta licitação será composta por um (1) Engenheiro Mecânico, dois (2) Técnicos em Mecânica e dois (2) Auxiliares, com qualificação técnica conforme especificado nos subitens 8.4.1 a 8.4.3.
- 8.2.1. O profissional engenheiro mecânico será responsável por toda a equipe e por acompanhar todas as operações necessárias ao desenvolvimento do trabalho, supervisionar e passar todas as orientações de manutenção das instalações e manutenção na automação, sugerir melhorias nas instalações, principalmente nos sistemas de ventilação, pressurização e exaustão.
- 8.2.2. A equipe residente será a formada pelos dois técnicos em mecânica e pelos dois auxiliares especializado.
- 8.3. A jornada de trabalho da equipe residente deverá ser de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, observando os plantões judiciais em todos os finais de semana e feriados, que ocorrem das 8h às 12h.
- 8.3.1. O engenheiro mecânico deverá comparecer no edifício sede judiciário cumprindo jornada de 8 h semanais, e ainda comparecer sempre que solicitado pela Administração do Tribunal, quando identificar necessidade e quando solicitado pelos Técnicos residentes.
- 8.4. A contratada deverá comprovar a qualidade técnica e o nível de escolaridade dos funcionários designados para trabalhar no Edifício Sede Judicial, objeto desta licitação, conforme abaixo exposto:
- 8.4.1. Engenheiro Mecânico com especialidade em ar condicionado – refrigeração, automatização e elétrica, curso superior, formado em Engenharia Mecânica com especialidade em ar condicionado – refrigeração e elétrica, registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) ou CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e preferencialmente com conhecimentos em grandes sistemas de ar condicionado. Deverá ser apresentado cópia de Diploma de Engenheiro Mecânico.
- 8.4.2. Técnico em Mecânica especialidade em refrigeração e Ar Condicionado e conhecimentos básicos de elétrica e informática. – Conhecimentos em ar condicionado e refrigeração, com bons conhecimentos em sistema de refrigeração aplicado em ambientes conforto, Fan Coils, aparelhos de janela, splits, chillers, além de conhecimento em controles elétricos, automatização e pneumáticos, manutenção de compressores, bombas, válvulas controladoras, válvulas reguladoras, filtros, purgadores, separadores e estação redutora de pressão. Preferencialmente com conhecimentos específicos em grandes sistemas de ar condicionado. Deverá ser apresentada cópia de Diploma de Técnico em Mecânica
- 8.4.3. Auxiliar com prática em manutenção de ar condicionado em sistemas de ar condicionado em ambientes de conforto, em instalações de grande porte. Deverá ser apresentada cópia de Diploma de Ensino médio.
- 8.4.4. Verificado pelo fiscal técnico que o funcionário da Contratada não demonstra aptidão para o desempenho de suas funções no exercício regular do seu trabalho, na manutenção dos equipamentos, manuseio de ferramentas, organização e segurança no trabalho, no cuidado com as instalações e equipamentos, será solicitada sua substituição ao preposto.

9. Do Gerenciamento do Sistema

- 9.1. Serviços específicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva a serem efetuados em determinados locais em que haja necessidade de paralisação do sistema de climatização, deverão esses ser agendados com antecedência junto a Administração do Tribunal, salvo os casos emergenciais. Em casos não emergenciais poderão ser executados em finais de semana, feriados ou fora do horário de expediente, sempre a serem combinados previamente com a Administração do Tribunal, e sem quaisquer ônus adicionais.
- 9.2. Em acordo com a metodologia (ANVISA) publicada, a temperatura dos ambientes deverá estar em torno de 23°C com variação em 1°C. Casos extraordinários, serão tratados entre a contratada e a Administração do Tribunal.
- 9.3. Caberá à contratada avaliar o estado de funcionamento de todo sistema de filtragem, apresentando relatório com todas as observações pertinentes, mensalmente.
- 9.4. Deverá a contratada implantar sistema de gerenciamento de manutenção, computadorizado, no prazo máximo de 30 dias contados após o início de vigência do contrato, com as seguintes características:
- 9.4.1. Emissão e gerenciamento de ordens de serviço e solicitações de atendimento.
- 9.4.2. Programação de todas as manutenções preventivas e seus respectivos checklists.
- 9.4.3. Históricos de atendimentos, ordem de serviços e consumo de peças.
- 9.4.4. Gerenciamento do consumo e estoque mínimo de peças.
- 9.4.5. Gerenciamento da agenda de atividades da equipe técnica.
- 9.5. Caberá à contratada a designação de um profissional Técnico de Manutenção, para mensalmente, até o 15º dia do mês, realizar reuniões técnico-administrativas objetivando o bom andamento da manutenção do sistema.
- 9.6. A contratada deverá manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e em casos de necessidade de manutenção corretiva ou outra intervenção necessária os chamados deverão ser atendidos em trinta minutos.

10. Das Considerações Gerais

- 10.1. O pessoal designado para prestar serviços nas instalações do edifício sede judiciário deverá trabalhar em perfeitas condições de higiene, devidamente uniformizado, portando crachá de identificação com nome, foto, logotipo da empresa, e portando todos os equipamentos de proteção individual.
- 10.2. Deverá ser comprovada a escolaridade, cursos de especialização, e serviços prestados compatíveis com objeto desse memorial descritivo, de todos os funcionários integrantes da equipe operacional da contratada.
- 10.3. Deverá haver sistemas de comunicação imediata por intermédio de e-mail, telefonia móvel, fixo ou rádio chamada, cujos dados, tais como endereço de e-mail, número de telefones, etc, deverão ser divulgados à Administração do Tribunal.
- 10.4. A Administração do Tribunal poderá requerer junto ao preposto da Contratada que sejam tomadas as medidas cabíveis perante qualquer funcionário da Contratada, quando atitudes e ações dos mesmos forem inconvenientes às normas disciplinares do TRT.
- 10.5. Quando houver alguma reforma ou adequação em determinada área que inclua a desativação ou implementação com modernização de algum sistema de ar condicionado, refrigeração, ventilação, pressurização e exaustão mecânica, os equipamentos que compõem este sistema serão reduzidos ou incorporados por meio de termo aditivo ao contrato firmado com a contratada, com o desconto ou acréscimo conforme previsto em lei.
- 10.6. Sempre que necessário, a contratada deverá enviar outros profissionais, visando a manutenção dos referidos sistemas para mantê-los em totais condições de funcionamento. Os custos terão que ser antecipadamente apresentados em orçamento para apreciação da Administração do Tribunal.
- 10.7. Os serviços de supervisão e assistência técnica deverão ser prestados por equipe especializada em sistema de ar condicionado e refrigeração, pelos residentes ou por equipe terceirizada com serviços compatíveis, em acordo com objeto deste termo de referência, sendo todos os serviços de inteira responsabilidade da contratada.
- 10.8. As peças e os componentes substituídos deverão ser apresentadas ao Fiscal do Contrato para autorização para descarte;
- 10.9. A contratada obrigará-se a fornecer a seus funcionários todos os instrumentos, ferramentas, utensílios e equipamentos adequados para a execução dos serviços, relacionados neste Termo de Referência.
- 10.10. O transporte de materiais, componentes, peças, acessórios e de seus funcionários será de inteira responsabilidade da contratada;
- 10.11. Quaisquer modificações nos equipamentos existentes, quando solicitadas, sempre por escrito e com fundamentação técnica avalizada pelo Engenheiro da contratada, passarão por avaliação da Administração do Tribunal, que decidirá o assunto.
- 10.12. Os serviços que não estejam em concordância com as especificações técnicas requeridas, serão prontamente identificados e reprovados pela Administração do Tribunal.
- 10.13. A Contratante disponibilizará todo o ramal na sala dos técnicos, para chamadas internas, não sendo permitido chamadas externas. A Contratada será responsável pela instalação de uma linha telefônica fixa própria, com despesas a cargo da contratada, se entender necessário.
- 10.14. A Administração do Tribunal, sempre que entender necessário, solicitará a especificação técnica de peças e/ou acessórios, não isentando responsabilidade da contratada sobre esses quesitos.
- 10.15. Para atendimentos pela equipe residente, a contratada deverá fornecer à Administração do Tribunal as seguintes informações:
- a) Telefone Fixo, Celular e e-mail do Engenheiro mecânico da Contratada;
- b) Telefone Fixo, Celular e e-mail do Técnico Mecânico responsável pelo plantão;
- c) Telefone Fixo, Celular e e-mail que possa ser contatada a Contratada;
- 10.16. Os serviços que requeiram que os equipamentos sejam abertos, calibrados, usinados e remontados deverão ser realizados na oficina da contratada, excetuando-se os equipamentos que podem ser abertos e reparados no local em que se encontram instalados.
- a) É responsabilidade da contratada adequar o espaço cedido para montar seu escritório e oficina, fornecendo toda a mobília e equipamentos que julgar necessários tais como bancadas, computadores, aparelhos telefônicos (exceto aquele ligado ao ramal do Tribunal). A Contratante fornecerá mesas e cadeiras;
- b) O Tribunal disponibilizará toda a segurança do local e sistemas de apoio tais como: ramal com aparelho, energia elétrica, iluminação adequada, água potável e para higienização dos equipamentos, higienização periódica do local, gaveteiros de aço para pastas suspensas e armários em vestiários para os funcionários da contratada.
- 10.17. A manutenção preventiva será executada de acordo com rotinas de manutenção e operação próprias dos equipamentos e conforme descrito no item – Rotinas de Manutenção Preventiva deste Termo de Referência.

10.18. As manutenções corretivas e emergenciais serão executadas tantas vezes quantas se fizerem necessárias, conforme chamadas através do ramal interno fornecido pela Administração do Tribunal, devendo ser registradas em livro e fichas próprias para fins de controle e estatística mensal, sendo esse controle utilizado para melhor planejamento evitando a manutenção corretiva com as aplicações devidas das manutenções preventivas e preditivas.

10.19. A contratada deverá manter seus empregados devidamente uniformizados, com identificação própria, portando suas credenciais regulamentares e a documentação exigida por lei sem ônus adicionais para a Administração do Tribunal.

10.20. O fornecimento e uso dos EPIs serão obrigatórios e de inteira responsabilidade da contratada, atendida a NR6.

10.21. A contratada deverá orientar seus empregados quanto à obrigatoriedade de uso de roupas apropriadas nas áreas em que as mesmas forem exigidas.

10.22. Jornada de trabalho de acordo com a categoria. De segunda a sexta-feira das 7h às 19h, de maneira escalonada de modo a ter-se a equipe completa das 10h às 16h. Deverá ser mantida fora do horário acima estipulado, assistência técnica permanente para contatos de emergência quanto aos serviços de manutenção corretiva, sem ônus à Administração do Tribunal. A Contratada deverá alterar o horário de trabalho do prestador de serviço quando houver necessidade de plantão além do horário estipulado, a ser previamente informado pela Contratante, sem ônus ao Tribunal.

11. Das Rotinas de Manutenção Preventiva

11.1. Os checklists constantes do Anexo B são os mínimos a serem observados pela Contratada, salientando que a Contratada será responsável pela elaboração do PMOC e deverá elaborar o próprio checklist para Manutenção Preventiva, a ser aprovado pela Fiscalização do contrato.

12. Da Segurança do Trabalho

12.1. A empresa contratada para execução dos serviços deverá atender as seguintes recomendações:

12.1.1. Possuir e fornecer todos os equipamentos especializados, inclusive os Equipamentos de Proteção Individual- EPI (NR-06), para execução adequada dos serviços de limpeza e higienização requeridos;

12.1.2. A empresa contratada deverá possuir e manter atualizados os seguintes documentos, que poderão ser solicitados a qualquer momento pelo TRT:

- a) PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), conforme NR 07 do Ministério do Trabalho;
- b) PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), conforme NR 09 do Ministério do Trabalho.

13. Dos Equipamentos instalados no Edifício-Sede Judicial: Conforme ANEXO C

14. Dos Relatórios

14.1 Os relatórios de manutenção deverão ser assinados pelo(s) responsável(is), deverão estar legíveis e serem entregues na Coordenadoria de Manutenção aos cuidados da Seção de Máquinas e Hidráulica.

14.2. Os relatórios de análise do ar deverão ser assinados pelo(s) responsável(is), deverão estar legíveis e serem entregues por e-mail para manutencao.secadm@trt15.jus.br aos cuidados da Seção de Máquinas e Hidráulica.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado OU prazo de execução do serviço.

30 meses. A critério das partes, sendo possível a prorrogação por prazo diverso do inicialmente firmado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, tudo conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017

Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços

Conforme abaixo:

| Endereço | Horário | Dias da semana/Outro | Agendamento, indicar nome, telefone/ramal |
|--|--|---|---|
| Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas - SP | 07h às 19h podendo ocorrer em outro horário de acordo com a necessidade do TRT. | Dias úteis, podendo ocorrer em finais de semana e feriado a depender da necessidade do TRT. | Agendar com a Coordenadoria de Manutenção pelo e-mail manutencao.secadm@trt15.jus.br ou ainda pelo telefone (19) 3231- 9500 ramal: 2205 |
| Outros: | | | |

2. ANÁLISE de VIABILIDADE

2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:

Trata-se de serviço de manutenção que engloba, além de manutenção preventiva e preditiva, o atendimento à corretivas com prazo estipulado para atendimento, portanto, a solução de contrato mensal vem se mostrando a mais adequada para este objeto, uma vez que a empresa deverá estar disponível para atendimento das demandas, e não é possível determinar o número de chamados para que as interessadas formulem seus preços se houver contratação pontual por chamado.

Justificativa Não foram encontradas outras soluções que atendessem o objeto a contento

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:

| Solução | Solução 1 | Solução 2 | Solução 3 |
|------------------|-----------|-----------|-----------|
| Descrição | | | |
| Vantagens | | | |
| Desvantagens | | | |
| Atende (Sim/Não) | | | |

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

| | |
|--------------------------|--|
| Solução escolhida | Prestação de serviços de manutenção continuados |
| Justificativa | Não foram encontradas outras soluções que atendessem o objeto a contento |
| Valor estimado | R\$ 76.476,44 conforme pesquisa de preços. |
| Outros | . |

2.2.1 Alinhamento Estratégico

<http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026>

Selecione abaixo:

Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Adequação das instalações físicas |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Preservação das instalações |
| <input type="checkbox"/> | Manutenção da segurança dos usuários |
| <input type="checkbox"/> | Adequação de eventos promovidos por este Tribunal |
| <input type="checkbox"/> | Outro benefício: |

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

A demanda prevista é igual a quantidade de serviço a ser contratado

2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço

| | | |
|-------------------------------------|------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Não há adequação a ser feita | |
| <input type="checkbox"/> | Alteração de layout | |
| <input type="checkbox"/> | Instalação elétrica | |
| <input type="checkbox"/> | Instalação lógica | |
| <input type="checkbox"/> | Instalação de divisória | |
| <input type="checkbox"/> | Outra adequação: | |

2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço

Não se vislumbram impactos ambientais relevantes

3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO

3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:

| | | |
|-------------------------------------|---|--------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Entrega integral ACIMA de 30 dias | Tem contrato |
| <input type="checkbox"/> | Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato. | |

TEM CONTRATO, preencha os itens abaixo:

3.2 Recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado

Não se aplica

3.3 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual

| | |
|-------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível |

Outra opção:

3.4 Ações de transição contratual e de encerramento contratual

Conciliação do final da vigência de contratos com mesmo objeto

É necessário sobreposição contratual?

Sim, sobreposição contratual de 05 dias úteis.

3.4.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação

Disponibilização de senhas/licenças do software de controle de automação do sistema; transferência de conhecimento do sistema; transferência de chamados em aberto

3.4.2. Devolução de recursos materiais

Não se aplica

4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO

4.1 Natureza do objeto

Serviço continuado

4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

| | | |
|-------------------------------------|---|----------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade | |
| <input type="checkbox"/> | Grupos com vários itens | Justificativa: |
| <input type="checkbox"/> | Grupo único, tendo em vista a padronização | Justificativa: |
| <input type="checkbox"/> | Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço | Justificativa: |
| <input type="checkbox"/> | Outro: | Justificativa: |

4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?

Sim

Justificativa:

Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas

Pregão eletrônico

4.4.1 Forma de julgamento:

Menor preço

4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)

Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.
Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso

A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.

4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes

| | |
|---|---------------------------------------|
| Gestor do Contrato: | Maria Aparecida Gruli Deboni Leoncini |
| Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal): | Maria Angelica Marques |

| | |
|------------------------------------|---|
| Fiscal Técnico do Contrato: | Paulo Fernando Furlan |
| Fiscal Administrativo | André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente) |

| |
|---|
| 5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS |
| R\$ 76.476,44 conforme pesquisa de preços |

| |
|--|
| 6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) |
| É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)? |
| Não |
| Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo. |
| 6.1 Fundamentação para a opção por SRP: |
| Não se aplica |
| 6.2 Histórico de consumo: |
| Não se aplica |
| 6.3 Estimativa de consumo: |
| Não se aplica |
| 6.4 Quantidade para Consumo Imediato: |
| Não se aplica |
| 6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição: |
| Não se aplica |
| 6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido: |
| Não se aplica |
| 6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ? |
| Não se aplica |
| 6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique |
| Não se aplica |

| 7. SUSTENTABILIDADE | | | |
|--|----------------|------------------------|--|
| Há critérios de sustentabilidade a serem observado? | | | |
| Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada: | | | |
| Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados: | | | |
| grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo) | Objeto/Item | Critério | Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui) |
| todos os grupos | todos os itens | 3.4.2. Ar condicionado | <p>Recomendações</p> <p>Nas atividades de manutenção predial deve-se prezar pela boa gestão do sistema de condicionamento de ar, por meio de ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">● Especificação de equipamentos e aparelhos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), aposta ao produto e/ou embalagem, da classe de maior eficiência, representada pela letra "A"; Anexo 1 - Resolução CSJT Nº 310/2021 Anexo - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho 3325/2021 - Quinta-feira, 07 de Outubro de 2021 Conselho Superior da Justiça do Trabalho● Vedação de aparelhos de ar-condicionado que façam uso de gás refrigerante clorofluorcarbono "CFC" destrutivo à camada de ozônio, conforme disposto no Decreto nº 2.783/1998;● Aparelhos de ar-condicionado que respeitem o limite sonoro de 65 dB, máximo aceitável para ambientes internos, conforme Norma Regulamentadora MTE nº 17 e ABNT NBR 10152:2017;● Prazo de garantia igual ou superior a 2 (dois) anos para aparelhos e 5 (cinco) anos para compressores. Caso o fabricante e/ou fornecedor informem prazos superiores a esses, serão considerados os prazos mais vantajosos à contratante; e● Instalação por empresa credenciada pelo fabricante. Caso não seja credenciada, a empresa deve assumir todas as obrigações relativas à garantia do aparelho instalado. <p>A contratada deve efetuar recolhimento e descarte de produtos eletroeletrônicos e seus componentes após utilização, bem como de seus resíduos e embalagens, enviando o material ao fabricante ou empresa recicladora onde ocorrerá reciclagem ou descarte ambientalmente adequado. Deverá, ainda, comprovar a destinação adequada por meio de histórico e documentações comprobatórias dos descartes efetuados. Os equipamentos irrecuperáveis ou antieconômicos devem ser inutilizados, descartados ou submetidos ao desfazimento com destinação ambientalmente adequada, de acordo com a natureza e tipo do bem.</p> |

| | | |
|------------------------|-----------------------|---|
| <p>todos os grupos</p> | <p>todos os itens</p> | <p>2. Contratação de Serviços</p> <p>Normas gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos. ❖ Decreto-Lei nº 5.452/1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). ❖ Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 – Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho – PNRSJT. ❖ Decreto nº 10.936/2022 – Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. ❖ Decreto nº 7.746/2012 – Critérios e práticas sustentáveis para contratações realizadas pela administração pública federal. ❖ Resolução CNJ nº 400/2021 – Política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. ❖ Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 – Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal. ❖ Instrução Normativa MPOG nº 05/2017 – Regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal. ❖ Instrução Normativa Ibama nº 06/2013 – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP. <p>Recomendações gerais</p> <p>As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta devem observar os critérios e práticas de sustentabilidade62. Nos contratos para prestação de serviços, a Justiça do Trabalho deve:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades; ● Contribuir para a erradicação do trabalho infantil e para proteger o adolescente do trabalho ilegal; ● Contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; e ● Promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho63. <p>Inclusão Social</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Lei nº 8.213/1991 – Planos de Benefícios da Previdência Social. ❖ Lei nº 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial. ❖ Decreto nº 9.450/2018 – Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional. <p>62. Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014, Decreto nº 7.746/2012 e Instrução Normativa MPOG nº 05/2017.</p> <p>63. Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014.</p> <p>Anexo 1 - Resolução CSJT Nº 310/2021 Anexo - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho</p> <p>3325/2021 - Quinta-feira, 07 de Outubro de 2021 Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <p>Deve-se exigir das empresas contratadas para a prestação de serviços que empreguem um número de jovens aprendizes equivalente a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).</p> <p>Conforme estabelece o Decreto nº 9.450/2018, na contratação de serviços com valor anual acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), deve-se exigir da contratada o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressas do sistema prisional, nos termos dispostos na Lei nº 8.666/199364.</p> <p>A empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes proporções65:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● 3% das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários; ● 4% das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos e um a quinhentos funcionários; ● 5% das vagas, quando a execução do contrato demandar quinhentos e um a mil funcionários; ou ● 6% das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de mil empregados. <p>A contratada deverá cumprir as cotas raciais, de gênero e de pessoas com deficiência:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Gênero: manter o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de pessoas do sexo feminino; ● Raça: manter um percentual mínimo de pessoas negras, visando atender ao disposto nos arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); e ● Deficientes: cumprimento ao quantitativo mínimo previsto, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência. <p>Combate ao Trabalho Infantil e ao Trabalho Forçado</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Lei nº 8.069/1990 (ECA) – Estatuto da Criança e do Adolescente. ❖ Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal. (Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo. Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência). ❖ Decreto nº 5.017/2004 – Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas. <p>64. Conforme o § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666/1993, a administração pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização do reeducando.</p> <p>65. O Decreto nº 9.450/2018, em seu Art. 5, § 4º, prevê que a administração pública poderá deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável. Esse é o caso, por exemplo, das contratações de empresas de segurança privada, que deverão excepcionalizar a exigência da cota estabelecida no Decreto nº 9.450/18, visto que as pessoas presas e egressas do sistema prisional não terão como cumprir a exigência legal de não ter antecedentes criminais registrados.</p> <p>Anexo 1 - Resolução CSJT Nº 310/2021 Anexo - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho</p> <p>3325/2021 - Quinta-feira, 07 de Outubro de 2021 Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Decreto nº 6.481/2008 – Regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da OIT que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. ❖ Convenções da OIT nº 29 e nº 105 – Convenção concernente a trabalho forçado ou obrigatório / Convenção concernente à abolição do trabalho forçado. ❖ Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016 – Regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo. ❖ Portaria MTB 1.293/2017 – Conceitos de trabalho em condições análogas à de escravo e Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, estabelecido pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016. <p>A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:</p> <p>a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; ● Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; ● No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); ● Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; ● No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); ● Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; ● No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. <p>Saúde e Segurança do Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Normas Regulamentadoras MTE – nº 01 a nº 36 - As Normas Regulamentadoras (NR) são disposições complementares ao capítulo V da CLT, consistindo em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho. ❖ Norma Regulamentadora MTE nº 06 – EPI – Equipamento de Proteção Individual – EPI. ❖ Resolução CSJT nº 98/2012 – Inclusão de exigência de capacitação em saúde e segurança no trabalho nos editais e contratos administrativos firmados pelos Tribunais Regionais do Trabalho. <p>Nos contratos de prestação de serviços, deve-se obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.</p> <p>Nos termos de referência para contratação de serviços com mão de obra residente, deverá constar como obrigação da contratada assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98/2012.</p> <p>A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.</p> <p>Sustentabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos. ❖ Decreto nº 10936/2022 – Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Nos termos de referência para contratação de serviços com mão de obra residente, deverá constar como obrigação da contratada promover, nos três primeiros meses de contrato, curso sobre as práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão67, acerca de: <ul style="list-style-type: none"> ● Normas de segurança do trabalho; ● Redução no consumo de energia, água e demais recursos naturais; ● Gestão dos resíduos sólidos no ambiente onde se prestar o serviço; ● Demais assuntos pertinentes, a serem definidos pela contratante. <p>Sugere-se que os cursos de formação sejam repetidos toda vez que 25% do efetivo presente nas dependências da contratante for constituído de trabalhadores novos, seja por substituição, seja por aumento no quantitativo. Ainda em relação aos serviços com mão de obra residente, a contratada deverá proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10936/2022.</p> |
|------------------------|-----------------------|---|

| | | | |
|---|----------------|---|--|
| todos os grupos | todos os itens | 1.1.7.3. Óleo Lubrificante | <p>1.1.7.3. Óleo Lubrificante</p> <p>Óleos lubrificantes que, em decorrência do seu uso normal ou por motivo de contaminação, tenham se tornado inadequados à sua finalidade original são considerados resíduos perigosos, por apresentarem alta toxicidade. Dessa forma, todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser recolhido, coletado e ter destinação final adequada, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação de seus constituintes. É responsabilidade do importador e/ou produtor coletar e dar a destinação final ao produto usado ou contaminado.</p> <p>Anexo 1 – Resolução CSJT Nº 310/2021 Anexo - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho 3325/2021 - Quinta-feira, 07 de Outubro de 2021 Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <p>Normas específicas</p> <p>✦ Resolução Conama nº 362/2005 – Recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.</p> <p>✦ Resolução ANP nº 804/2019 – Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional.</p> <p>Recomendações</p> <p>Empresas</p> <p>Na aquisição de óleo lubrificante, deve-se exigir o comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Instrução Normativa Ibama nº 06/2013, que regulamenta o CTF-APP, com prazo de validade em vigor. A validade do Certificado de Regularidade emitido pelo Ibama deverá ser consultada no sítio eletrônico do órgão.</p> <p>Gestão de Resíduos</p> <p>Conforme o art. 33 da Lei nº 12.305/2010, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de óleo lubrificante, seus resíduos e embalagens são obrigados a estruturar sistemas de logística reversa. Recomenda-se exigir que a contratada efetue o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagem, conforme disposto na Resolução Conama nº 362/2005 (ver item "Critérios e Práticas de Sustentabilidade").</p> |
| todos os grupos | todos os itens | 2.6 Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos | <p>2.6 Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos</p> <p>Recomendações</p> <p>Nos contratos de manutenção de equipamentos, utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>Para execução dos serviços, a contratada deverá utilizar produtos de limpeza, lubrificação, antiferrugem, dentre outros, menos ofensivos, conforme previsto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, que estabelece como possível critério de sustentabilidade que os bens sejam constituídos por material atóxico e biodegradável.</p> <p>A contratada deve efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão, procedendo ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de resíduos de logística reversa, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 10.936, de 2022</p> |
| | | | |
| | | | |
| Há especificação de ROHs? | | Não | Não se aplica |
| Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar: | | | |
| Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT. | | | |
| Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição | | | |

| | |
|--|--|
| 8. ARQUIVOS | |
| Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados? | |
| Não se aplica | |
| Indicar anexo ou local em que pode ser baixado | |
| No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer: | |

| | |
|---|--|
| 9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA | |
| Há previsão de vistoria/visita técnica? | |
| Facultativa | |
| | <p>1. Para a correta elaboração de sua proposta, a empresa poderá proceder a uma vistoria prévia dos locais onde os serviços serão executados. Para tanto, deverá haver prévio agendamento junto à Unidade a ser vistoriada, em dias úteis, das 12:00 h às 17:00 h.</p> <p>2. É de inteira responsabilidade da empresa apurar na vistoria todas as interferências, peculiaridades, dificuldades, condições locais, medidas, quantidades e técnicas necessárias à perfeita execução do objeto, inserindo os respectivos custos no valor final de sua proposta financeira.</p> <p>3. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos ou aspectos que impossibilitem a execução dos serviços.</p> |
| Se sim. Justificar: | |
| OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário) | |
| 9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário): | |
| Agendar com antecedência de 48 horas com a Coordenadoria de Manutenção pelo e-mail manutencao.secadm@trt15.jus.br ou ainda pelo telefone (19) 3231- 9500 ramal: 2208 ou 2205 a/c Paulo Fernando Furlan e/ou Maria Aparecia Gruli Deboni Leoncini | |

| | |
|---|---|
| 10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário) | |
| A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível. | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <p>Atestado(s) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado, satisfatoriamente, serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do edital, qual seja manutenção em pelo menos um sistema de de ar condicionado com chiller e VRF.</p> <p>Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com a IN 05/2017, ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.</p> <p>"10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante:</p> <p>b) comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados.</p> <p>É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata a alínea "b" do subitem 10.6 acima, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos"</p> |
| Operacional: | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <p>Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou junto a outro Conselho de Profissionais com atribuição para a presente contratação, comprovando sua validade.</p> <p>Caso a empresa vencedora tenha registro no CREA ou em outro Conselho com atribuição para o objeto em questão, em seccional distinta do local da prestação dos serviços, será exigido o visto no respectivo Conselho do Estado de São Paulo, no momento da assinatura do contrato.</p> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <p>Atestado de capacidade técnico-profissional emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou outro CONSELHO DE PROFISSIONAIS com atribuição para a presente contratação, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA ou outro Conselho de Profissionais, da qual conste a execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste Edital, qual seja, manutenção em sistema de refrigeração contendo ao menos um Chiller a Ar com capacidade de 120 TR e uma Condensadora tipo VRF com capacidade de 200.000BTU</p> |
| Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico). | |

| | |
|--|--|
| <div> <input checked="" type="checkbox"/> </div> <p>Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.</p> | <p>Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA ou por outra entidade profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços semelhantes ao objeto deste Edital, qual seja: manutenção em sistemas de ar condicionado.</p> <p>Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo:</p> <p>1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;</p> <p>2) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente;</p> <p>3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;</p> <p>4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da contratação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura.</p> |
|--|--|

| 11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA? |
|--|
| <div> Sim </div> <div> <p>Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):</p> </div> <div> <p>Deverão ser observadas na prestação de serviços as Normas específicas e usuais ao exercício das respectivas atividades e funções, principalmente as Normas: NBR 16.401, NBR 14.644, NBR 7.256, NBR 13.971, NBR 5.410, SBCC-RN-001/002/003/004, RDC nº 50, Portaria nº 3.523 de 1998 e Resolução – RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, do Ministério da Saúde e demais normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e/ou qualquer outro normativo vigente.</p> </div> |

| 12. GARANTIA |
|--|
| <div> 12.1 Garantia do objeto </div> |
| <div> Especificar o objeto, grupo a qual se refere e as especificações: </div> |
| <p>As garantias do objeto, contadas do seu recebimento definitivo, serão:</p> <p>a) de, no mínimo, 06 meses, para peças e componentes caso não sejam indicados outros prazos de garantias pelos fabricantes.</p> <p>b) de, no mínimo, 3 (três) meses para os serviços executados.</p> <p>O prazo para atendimento da garantia será de 15 dias a contar da comunicação do defeito/problema. No caso do descumprimento desse prazo serão aplicadas as mesmas sanções previstas no item "Sanções".</p> <p>A garantia de peças e componentes será validada de acordo com as recomendações do fabricante e tal garantia será contada a partir da emissão do relatório correspondente. Dentro desse período de garantia, a CONTRATADA deverá proceder às correções, substituições e reparos necessários, sem qualquer ônus para o TRT.</p> <p>A garantia das peças e componentes será determinada de acordo com o que for estabelecido em cada orçamento a ser elaborado pela CONTRATADA, na ocasião da necessidade de troca de peças.</p> |
| <div> Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado. </div> |
| <div> 12.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais) </div> |
| <p>A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:</p> <ol style="list-style-type: none"> prejuízos advindos do não cumprimento do contrato; multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato. |
| <div> 5% </div> |
| <div> Justificativa </div> <div> Tendo em vista o custo dos equipamentos envolvidos e o vulto da contratação </div> |

| 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA |
|--|
| <p>As obrigações a serem explicitadas devem ser em relação ao objeto da contratação, como, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários - Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados por meio de crachá - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de início dos serviços - A empresa deverá fornecer nomes e dados documentais dos funcionários que executarão os serviços - Ao final dos serviços, a empresa deverá fornecer relatório especificando serviços prestados com identificação do responsável e prazo de garantia - Caso se verifique algum defeito ou falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante. |
| <div> Especificações: </div> |
| <div> 13.1. Obrigações da Contratante (TRT) </div> |
| <ol style="list-style-type: none"> proporcionar todas as facilidades necessárias à execução deste contrato, mantendo o acesso às dependências correlatas livre e desimpedido; interromper imediatamente o funcionamento dos aparelhos quando apresentarem irregularidades, comunicando de imediato o fato à CONTRATADA; executar os serviços que fuja à especialidade da CONTRATADA, mas indicados por ela como necessários para a segurança e o bom funcionamento dos aparelhos; dar providências às recomendações da CONTRATADA concernentes às condições e ao uso correto dos aparelhos, divulgando orientações e fiscalizando procedimentos; autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por lei ou por determinação de autoridades superiores; e efetuar o pagamento dos serviços contratados, no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento. |
| <div> 13.2. Obrigações da Contratada </div> |
| <div> PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATORIO </div> |
| <p>O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.</p> |
| <div> Além das rotinas elencadas na descrição detalhada do objeto a contratada deverá ainda: </div> |
| <ol style="list-style-type: none"> indicar preposto e disponibilizar número de telefone para rápido e fácil contato para, durante todo o período de vigência, representá-la na execução dos serviços contratados. Em caso de necessidade de substituição desse preposto, durante a vigência deste contrato, o TRT deverá ser previamente notificado, com as informações sobre o novo preposto; cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com o gestor do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados. Responder, por intermédio do preposto ou outro funcionário com competência equivalente ou superior, os pedidos de esclarecimentos formulados pela Fiscalização em até 24 horas, após contato telefônico ou por e-mail, salientando que o descumprimento desta obrigação poderá ensejar sanções previstas no contrato; manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRT a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições; cuidar da apresentação pessoal dos seus empregados, mantendo-os devidamente identificados por crachá e uniforme, conforme disposto neste contrato; responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, produtividade, comportamento, disciplina e confiabilidade de seus funcionários durante o desenvolvimento das suas atividades no âmbito do TRT; responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos serviços contratados, inclusive a de pagamento de seguro contra acidentes de trabalho, responsabilizando-se também por danos a terceiros; acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus funcionários, as disposições contidas na legislação específica do trabalho; orientar seus funcionários a circularem somente em áreas a eles autorizadas, sempre devidamente identificados com o crachá e usando uniforme limpo e passado; comunicar à Administração do TRT, por escrito, qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados; arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto do contrato; fazer com que seus empregados observem rigidamente as normas disciplinares do TRT; acatar as decisões e observações feitas pela Administração ou pelo gestor do contrato, relativamente à prestação dos serviços; administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados; informar seus funcionários que em nenhuma hipótese há vínculo empregatício com o TRT, e que a CONTRATADA responderá única e exclusivamente pelas ações trabalhistas impetradas por seus funcionários, relativas ao período em que trabalharam nas dependências do TRT, isentando este, desde já, de quaisquer ônus, processuais e financeiros, decorrentes dessas demandas; registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao TRT o acesso ao controle de frequência; responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do TRT onde devem ser executados os serviços, por meio próprio ou mediante vale-transporte, nos termos da Lei n.º 7.418/85, regulamentada pelo Decreto n.º 95.247/87. Tal responsabilidade persiste inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos; providenciar para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite a consulta e recebimentos de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável; providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet; efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços; pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas; |

21. responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRT;

22. responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em trânsito no trajeto relativo ao trabalho;

23. responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

24. apresentar, no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

a) até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF. Em nenhuma hipótese será admitido o acesso às dependências de prestação dos serviços de empregados que não constem da referida relação. Eventuais alterações dessa relação devem ser imediatamente comunicadas ao gestor;

b) até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, inclusive após a admissão de novo empregado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, onde constem fotografia, dados pessoais do empregado e o contrato de trabalho, além dos laudos dos exames médicos admissionais;

c) até 30 (trinta) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

c.1) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

c.2) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c.3) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

25. apresentar ao TRT a nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, dos serviços prestados, emitida a partir do 1º dia útil do mês subsequente a que se referem, acompanhada do relatório mensal de frequência relativo ao mês faturado, contendo faltas, licenças, férias e substituições dos funcionários, apurados conforme o item "15", com o visto do gestor deste contrato, observado modelo constante do anexo deste instrumento;

26. apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da solicitação do TRT, os seguintes documentos: a) extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o TRT, cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários; c) os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; d) os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei; e) demais documentos concernentes à relação entre os empregados e a CONTRATADA, tais como: alterações de contrato de trabalho, controle de horas, recibos de entrega dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), Atestado de Saúde Ocupacional, Comunicado de Acidente do Trabalho, Aviso de Concessão de Férias, Recibo de Pagamento de Férias, Aviso Prévio e Pedido de Demissão, Comunicado de Dispensa e Requerimento de Seguro Desemprego; f) outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

27. não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;

28. não ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato a terceiros, salvo nas hipóteses de transformação empresarial a que se refere a cláusula vinte e quatro, desde que previamente autorizada por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;

29. manter durante a vigência deste contrato, devidamente válidos e atualizados, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet: a) expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão de Regularidade relativa às contribuições sociais, a créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União. b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF). c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

30. elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

31. elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

32. preencher, durante toda a vigência deste contrato, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas previstas neste contrato por trabalhadores afrodescendentes, conforme disposto na Resolução CSJT nº 131/2013;

34. manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRT ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução deste contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

33. não veicular, sob nenhuma hipótese, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato;

34. dar conhecimento prévio à fiscalização do TRT das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, férias, exclusões ou inclusões necessárias.

35. manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e substituir os danificados no prazo máximo de 5 (cinco) dias. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

36. identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, entre outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do TRT;

37. Respeitar, e fazer com que seus funcionários respeitem, as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do TRT;

38. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do TRT, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, ou igualmente de seus funcionários, durante a execução deste contrato;

41. Comunicar à Administração do TRT qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

39. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intuito de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

40. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

41. Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento das unidades do TRT;

42. Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como: a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes; b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; c) Uso de produtos de limpeza e conservação que obedçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA; d) Racionalização do consumo de energia elétrica e de água, adotando medidas previstas cabíveis nos termos da Lei 9.433 /1997 bem como legislação local; e) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação; f) Orientação periódica dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e g) Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído; observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

43. responder, nos prazos legais, por todos os benefícios decorrentes da prestação do serviço, tais como: cesta básica, tíquete-refeição ou auxílio alimentação, auxílio creche, e quaisquer outros exigidos pela Convenção Coletiva da categoria ou que porventura venham a ser criados e exigidos pelo Poder Público;

44. providenciar, em caso de greve da categoria, contingente mínimo necessário para o fiel cumprimento do objeto contratado.

45. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região. Além disso, para adentrar nos prédios do Tribunal, está sendo exigido o gesto vacinal completo.

46. fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao acesso da CONTRATADA e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD);

47) Indicar tombo, marca e modelo do equipamento que eventualmente venha necessitar de substituição de peças;

48) Responsabilizar-se tecnicamente pela escolha das peças a serem substituídas, ratificando em até 02 dias úteis se as peças indicadas pelo TRT são compatíveis para o conserto do equipamento.

49) Enviar, por e-mail, fotos em formato digital das peças que serão substituídas, indicando se possível os principais fabricantes existentes no mercado que atendam plenamente o conserto.

49.1.) Observar as seguintes orientações:

i) apresentar à Unidade relatório detalhado, indicando o problema verificado e relacionando as peças necessárias para solução do mesmo, no prazo máximo de 48 horas a contar do dia da verificação do problema;

ii) a relação de peças deverá conter a descrição detalhada do componente/peça a ser adquirido pela Contratante, incluindo todas as especificações necessárias para aquisição da peça/componente, como código da peça, tipo, modelo; especificações do equipamento onde a mesma será utilizada; indicação de marcas compatíveis ou apresentar justificativa técnica para aquisição de determinada marca;

iii) apresentar à Unidade o preço de referência para a aquisição das mesmas, podendo ser apresentada tabela de preços do fabricante ou no mínimo um orçamento de empresas fornecedoras;

iv) a própria Contratada poderá fornecer as peças/componentes, desde que apresente à Unidade no mínimo 3 orçamentos de empresas fornecedoras. Referidos orçamentos serão previamente aprovados pelo Tribunal e o serviço será executado após emissão de nota de empenho para aquisição das peças/componentes necessários, em favor da Contratada;

v) após apresentação do relatório do problema, descrição da peça/componente e apresentação de orçamento referencial pela Contratada, o Tribunal poderá solicitar à Contratada análise da melhor proposta encontrada para fornecimento do componente necessário, sendo que a empresa deverá responder acerca da compatibilidade no prazo de 48 horas. O Tribunal poderá consultar a Contratada reiteradas vezes acerca de compatibilidade de peças indicadas pelo mercado ou ainda para sanar outras incertezas;

vi) A Contratada deverá providenciar a substituição da peça/componente defeituoso no menor tempo possível, para verificação da adequação da mesma, considerando prazo máximo de 48 horas

50. A Contratada deverá atender tanto quanto possível a res. CNJ 307/2019, acerca da inclusão social de egressos, abaixo transcrita:

"Art. 11. Na contratação de serviços, os órgãos do Poder Judiciário deverão observar o emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional pela empresa contratada, na seguinte proporção:

I – quatro por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta ou menos funcionários;

II – cinco por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta e um a oitenta funcionários; ou

III – seis por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de oitenta funcionários.

§ 1o A efetiva contratação do percentual indicado nos incisos I a III do caput será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato.

§ 2o O percentual descrito deverá ser respeitado durante toda a execução do contrato, cabendo ao Poder Judiciário fiscalizar seu cumprimento."

51. responder, por intermédio do preposto ou outro funcionário com competência equivalente ou superior, os pedidos de esclarecimentos formulados pela Fiscalização em até 24 horas, após contato telefônico ou por e-mail.

14. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

| | |
|--|--|
| Gestor do Contrato: | Maria Aparecida Grulli Deboni Leoncini |
| Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal): | Maria Angelica Marques |

14.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

Não se aplica

14.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

Não se aplica

14.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Os prazos de garantia serão acompanhados pela Seção de Máquinas e Hidráulica da Coordenadoria de Manutenção

| 14.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada | | | |
|--|------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| Tipo | Forma | Periodicidade | Emissor |
| <input type="checkbox"/> | Encaminhamento de Ordem de Serviço | Conforme especificações da descrição | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | E-mail | Quando necessário | Coordenadoria de Manutenção |
| <input type="checkbox"/> | Abertura de chamado | Conforme especificações da descrição | |
| <input type="checkbox"/> | Reunião Presencial | Quando necessário | |
| <input type="checkbox"/> | Reunião Videoconferência | Quando necessário | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Telefone | Quando necessário | Coordenadoria de Manutenção |
| <input type="checkbox"/> | Outra | | |

| 14.6 Forma de recebimento provisório e definitivo |
|---|
| Mediante ateste da nota fiscal |

| 14.7 Forma de pagamento |
|---|
| O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993. |
| *Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada. |

| 14.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento (VER EXEMPLO NA ABA IMR - EXEMPLO) | |
|---|---|
| Indicador 1 | Atender ao prazo e Rotinas de Manutenção Preventiva - apresentar Relatório das Manutenções |
| Finalidade | Manter o pleno funcionamento do sistema de ar condicionado |
| Meta a cumprir | Executar todo o checklist de manutenção preventivas a serem apresentadas pela empresa contratada, nas prazos indicados. |
| Instrumento de Medição | Relatório das Manutenções a ser apresentado para o Fiscal do Contrato. |
| Forma de Acompanhamento | Pelo Fiscal Técnico |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de cálculo | Serão contados os dias de atraso na realização das manutenções preventivas |
| Faixas de Ajuste no pagamento mensal | - até 5 dias de atraso dos prazos previstos no CHECK LIST= 100% (cem por cento); - de 6 a 10 dias de atraso após os prazos previstos no CHECK LIST = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - de 11 e 15 dias de atraso após os prazos previstos no CHECK LIST= 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento) |
| Sanções | Acima de 15 (quinze) dias de atraso, conforme cláusula de sanções |
| Indicador 2 | Pontualidade de atendimento das MANUTENÇÕES CORRETIVAS |
| Finalidade | Garantir a realização tempestiva das manutenções corretivas |
| Meta a cumprir | Iniciar o atendimento em até 01(um) dia úteis após a abertura do chamado |
| Instrumento de Medição | Ordens de Serviço a serem abertas no recebimento das solicitações |
| Forma de Acompanhamento | Pelo Fiscal Setorial |
| Periodicidade | Por evento |
| Mecanismo de cálculo | Serão contados os dias corridos de atraso na realização da manutenção corretiva |
| Faixas de Ajuste no pagamento mensal | - até o 2º dia útil = 100% (cem por cento); - até o 3º dia útil após a abertura do chamado = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - entre o 4º (quarto) e o 7º (sétimo) dia útil após a abertura do chamado = 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento). |
| Sanções | Acima de 7 (sete) dias de atraso, conforme cláusula de sanções. |
| Indicador 3 | Pontualidade de Atendimento das Manutenções Emergenciais |
| Finalidade | Garantir a celeridade no atendimento de manutenções emergenciais |
| Meta a cumprir | Iniciar o atendimento em até 2 horas, a partir do chamado |
| Instrumento de Medição | Ordens de Serviço a serem abertas no recebimento das solicitações |
| Forma de Acompanhamento | Pelo Fiscal Setorial |
| Periodicidade | Quando ocorrer o evento |
| Mecanismo de cálculo | Serão contadas e somadas as horas inteiras que excederem os prazos estabelecidos nas metas a cumprir, para todos os chamados de manutenção emergencial ocorridos no mês e que forem atendidos com atraso. |
| Faixas de Ajuste no pagamento mensal | • 0 hora = 100% (cem por cento) • de 1 a 12 horas = 99,00% (noventa e nove por cento) • de 12 a 24 horas = 96,00% (noventa e sete por cento) |
| Sanções | acima de 24 horas, conforme item sanções |

| 14.9 Sanções |
|--|
| 1. O atraso injustificado na execução dos serviços contratados implicará as seguintes multas à CONTRATADA, cumulativamente consideradas e calculadas sobre o valor mensal dos serviços vigentes no mês da ocorrência do inadimplemento, sem prejuízo do IMR estabelecido neste instrumento: a) 1% (um por cento) por dia de atraso que exceder o prazo máximo das faixas de ajuste do indicador 1 do IMR, considerado a partir do primeiro dia útil posterior; b) 1% (um por cento) por dia de atraso que exceder o prazo máximo das faixas de ajuste do indicador 2 do IMR; e c) 1% (um por cento) por hora de atraso que exceder o prazo máximo das faixas de ajuste do indicador 3 do IMR. |
| 2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa, por evento, de 5% (cinco por cento) do valor mensal dos serviços vigentes no mês da ocorrência do inadimplemento. |
| 3. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro, sendo considerada reincidente a inexecução ocorrida antes de completados 12 (doze) meses da mesma inexecução anterior, contados a partir da ocorrência. |
| 4. As penalidades de multa estabelecidas nesta cláusula ficam limitadas a 10% (dez por cento) do valor total deste contrato. |
| 5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT. |
| 6. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do art. 86, da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993. |
| 7. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa. |
| 8. O atraso injustificado na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva por período superior a 20 (vinte) dias ou o atraso injustificado no atendimento de chamados de manutenção emergencial por período superior a 96 (noventa e seis) horas, caracterizará a inexecução total das respectivas obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral da contratação, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa da PRESTADORA DE SERVIÇOS. |

| 14.10 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado) | | | | |
|---|-----------|--------------------|-------------------|--|
| conforme abaixo | | | | |
| Item | Descrição | Valor Mensal (R\$) | Valor Total (R\$) | |
| | | | | |
| | | | | |

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | |
|-------------------------------|--|--|--|--|--|
| 15. DISPOSIÇÕES GERAIS | | | | | |
| | | | | | |

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| 16. ANÁLISE de RISCOS (deverão ser preenchidos os Riscos do Serviço - Item 15.2) | | | | | |
| 16.1 Riscos do Processo de Contratação: | | | | | |

| | | | |
|--|--|---|------|
| Risco 1 | Impugnação durante o processo de licitação | | |
| Probabilidade | Média | Impacto | Alto |
| Dano | Atrasos na contratação | | |
| Ação Preventiva | | Responsável | |
| Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. | | Gestor | |
| Ação de Contingência | | Responsável | |
| Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste. | | Gestor e Coord. Licitações e Contratos. | |

| | | | |
|--|--|-------------|------|
| Risco 2 | Falta de orçamento para concluir a contratação | | |
| Probabilidade | Média | Impacto | Alto |
| Dano | Indisponibilidade do serviço | | |
| Ação Preventiva | | Responsável | |
| Previsão no Plano de Contratações | | Gestor | |
| Ação de Contingência | | Responsável | |
| Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação. | | Gestor | |

| | | | |
|--|---------------------------------|-------------|------|
| Risco 3 | Licitação fracassada ou deserta | | |
| Probabilidade | Média | Impacto | Alto |
| Dano | Inviabilizar a contratação | | |
| Ação Preventiva | | Responsável | |
| Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência. | | Gestor | |
| Ação de Contingência | | Responsável | |
| Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou reedição de nova licitação | | Gestor | |

| | | | |
|---|------------------------------|---------------------------------------|------|
| Risco 4 | Atraso na licitação | | |
| Probabilidade | Baixa | Impacto | Alto |
| Dano | Indisponibilidade do serviço | | |
| Ação Preventiva | | Responsável | |
| Início do DOD com antecedência | | Equipe de planejamento da contratação | |
| Ação de Contingência | | Responsável | |
| Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos | | Gestor | |

| | | | |
|------------------------|---|-----------------------------|------|
| 16.2 Riscos do Objeto: | | | |
| Risco 1 | Deficiência na descrição do objeto, acarretando problemas no funcionamento dos sistemas de refrigeração do Edifício-Sede Judicial | | |
| Probabilidade | Baixa | Impacto | Alto |
| Dano | Prédio sem refrigeração | | |
| Ação Preventiva | | Responsável | |
| Conferência do DOD | | Coordenadoria de Manutenção | |
| Ação de Contingência | | Responsável | |
| Conferência do DOD | | Equipe de Planejamento | |

| | | | | | |
|---|-----|--|--|--|--|
| 17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO | | | | | |
| Contratação é viável? | | | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Sim | | | | |
| <input type="checkbox"/> | Não | | | | |

| | | | | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------|-----------------|--------------------------|--|
| Data: | 17/05/22 | | | | |
| Integrante Demandante: | Maria Aparecida Gruli Deboni Leoncini | | | | |
| Integrante Técnico: | Paulo Fernando Furlan | | | | |
| - Integrante Administrativo: | Titular: | Christiano Carneiro Ferreira | Suplente | Douglas Suetsugo Mitsuse | |

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| ANEXO | | | | | |
| TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO- Parte 1 | | | | | |
| 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade) | | | | | |
| 1.1 Descrição resumida do Objeto: | | | | | |
| Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado instalados no Edifício Sede Judicial deste E. Tribunal, com disponibilização de mão de obra residente e não residente, incluindo o fornecimento dos materiais, ferramentas, instrumentais e equipamentos, inclusive de proteção, necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços. | | | | | |

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de técnico responsável.

1 - Do Objeto

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado instalados no Edifício Sede Judicial deste E. Tribunal, com disponibilização de mão de obra residente e não residente, incluindo o fornecimento dos materiais, ferramentas, instrumentais e equipamentos, inclusive de proteção, necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços. A presente contratação inclui todas as atividades e serviços necessários para a efetiva manutenção e conservação dos sistemas, relacionados à seguir, além de outros inerentes e não relacionados:

a) manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado instalado no Edifício Sede Judicial do TRT 15ª Região, incluindo automação do sistema, ventilação, pressurização e exaustão mecânica, tratamento químico de água gelada e de condensação de todo o sistema, conforme especificações constantes deste Termo de Referência e com o fornecimento de peças e serviços específicos, como referência, constantes do Anexo "A";

b) elaboração do PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), conforme Lei 13.859/2018. A Contratada terá prazo máximo de 45 dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, para apresentação do PMOC à Fiscalização do Contrato;

c) análise da qualidade do ar coletado em todos os ambientes por laboratório credenciado junto à ANVISA com emissão de relatório semestral, conforme PMOC elaborado pela Contratada.

1.2. A empresa será responsável pela atualização do sistema de automação e gerenciamento instalado, que gerencia todo o sistema de ar condicionado central do prédio, com exceção dos equipamentos do tipo cassete e dos equipamentos instalados no primeiro e segundo pavimentos, as licenças serão de propriedade do Tribunal. O Tribunal será responsável pela aquisição dos periféricos necessários para interligar o sistema de gerenciamento ao sistema instalado no primeiro e segundo pavimentos, conforme necessário.

1.3. Deverão ser observadas na prestação de serviços as Normas específicas e usuais ao exercício das respectivas atividades e funções, principalmente as Normas: NBR 16.401, NBR 14.644, NBR 7.256, NBR 13.971, NBR 5.410, SBCC-RN-001/002/003/004, RDC nº 50, Portaria nº 3.523 de 1998 e Resolução – RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, do Ministério da Saúde e demais normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e/ou qualquer outro normativo vigente.

2. Da Qualificação Técnica

2.1. Deverão ser apresentados os documentos de habilitação técnica constantes no item específico de Qualificação Técnica;

3. Das Manutenções e Serviços:

A Contratada será responsável pela execução de todos os serviços necessários para o adequado funcionamento do sistema de climatização do prédio, combinando todas as ações técnicas e administrativas, incluindo as de supervisão, destinadas a manter ou recolocar os equipamentos no estado no qual possa desempenhar a função requerida.

3.1. Manutenção Preventiva: ação desenvolvida através do trabalho de acompanhamento e monitoramento das condições dos equipamentos, de seus parâmetros operacionais e o tempo estabelecido pelo fabricante dos componentes quanto à sua otimização e após vencimento, acompanhar com maior rigor os efeitos de diminuição de rendimento do componente, programando a parada técnica para a substituição;

3.2. Manutenção Preditiva: ação desenvolvida através do trabalho de acompanhamento e monitoramento das condições dos equipamentos, de seus parâmetros operacionais e o tempo estabelecido pelo fabricante dos componentes quanto à sua otimização e após vencimento, acompanhar com mais rigos os efeitos de diminuição de rendimento do componente, programando a parada técnica para substituição;

3.1.3. Manutenção Corretiva: ação desenvolvida com o objetivo de fazer retornar às condições de funcionamento de um equipamento após a ocorrência de defeito ou falha, no prazo máximo de 24 horas, sendo essa condição uma ação extraordinária e esporádica, diante das aplicações das manutenções preventivas e preditivas.

3.1.4. Ordem de Serviço (O.S.): é o documento emitido para a realização de qualquer trabalho executado pelas equipes de manutenção. Nos casos de manutenção preventiva a O.S. será emitida de acordo com a programação estabelecida. Para os casos de manutenção corretiva, serviços extra-manutenção, retrabalho ou outros, a O.S. poderá ser emitida durante ou até mesmo, em casos emergenciais, após a conclusão dos eventos. Deverá conter os seguintes campos obrigatoriamente: data, horário, equipamento com o código conforme ANEXO B, tipo de manutenção, com o diagnóstico da sua causa, atividades ou serviços executados, relação das peças a serem substituídas se for o caso, tempo de execução e outros quando necessário, assinatura e nome do executante bem como do usuário, assinatura do Técnico designado pela Administração do Tribunal.

3.1.5. Relatório Mensal de Manutenção: é o instrumento de apresentação dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva desenvolvido pela Contratada. Deverá conter relatórios e O.S., conforme modelo previamente aprovado, com descrição do nome e função dos funcionários, data, local, horários de início e término, tempo, relação de pendências, visto do executante e assinatura do Técnico designado pela Administração do Tribunal, conforme previsto no item 3.1.4. Em caso de manutenção corretiva deverá constar da ordem de serviço o tempo decorrido entre o chamado e a efetiva intervenção. O relatório deverá conter ainda, programação de serviços de manutenção do próximo período, dividido em serviços preventivos, pendentes e históricos dos equipamentos.

4. Da Prestação de Serviços e Metodologia

4.1. A contratada deverá prestar serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos equipamentos de ar condicionado – água gelada, automatização, self e split – e do sistema de ventilação, pressurização e exaustão em todas as suas instalações, com ferramental próprio e pessoal técnico especializado, devidamente uniformizado e identificado.

4.2. Os serviços deverão ser executados na forma e condições determinadas pela Administração do Tribunal.

4.2.1. Os chamados técnicos de serviços de manutenção corretiva, inclusive os que se encontrarem em garantia, conforme previsto no item anterior, deverão ser atendidos pela Contratada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da data de abertura do chamado, não havendo limite para o número de chamados.

4.2.2. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser concluídos no atendimento do chamado, ou até o prazo de 48 horas do atendimento inicial, se houver justificativa para tal, sempre lançada em relatório.

4.2.3. Em caso de serviços emergenciais, assim consideradas pelo TRT aquelas imprescindíveis ao funcionamento das atividades, a empresa deverá executá-los no prazo máximo de 12 (doze) horas após o acionamento, salvo quando a dilação deste prazo for expressamente justificada através de parecer técnico aplicável ao caso.

4.3. Todos os serviços deverão obedecer à melhor técnica vigente, enquadrando-se rigorosamente nos preceitos das normas técnicas/ABNT referentes às instalações mecânicas e elétricas.

4.4. A execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva deverá ser realizada por 02 (dois) técnicos especializados em ar condicionado e 02 (dois) auxiliares prático que deverão prestar seus serviços durante todo o período de funcionamento do Tribunal, das 7h às 19h, em jornadas de 8h, em horários a serem definidos pela Administração do Tribunal. Também deverão dar assistência aos plantões judiciários em finais de semana e em feriados durante o ano todo, e aos eventos ocasionais em horário noturno.

4.5. Ficará sob a responsabilidade da contratada a prestação de serviços de assistência técnica especializada para manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado, automação do sistema, ventilação, pressurização e exaustão mecânica, supervisão predial e tratamento químico de água gelada instalado bem como gerenciamento dos equipamentos integrantes dos sistemas conforme horários indicados neste descritivo.

4.6. A manutenção preventiva, preditiva e corretiva do objeto desta licitação deverá ser feita no sentido de se atingir as metas abaixo:

4.6.1. Manter o sistema de ar condicionado em perfeitas condições de funcionamento através do cumprimento de toda a programação de manutenção.

4.6.2. Após a substituição dos filtros, efetuar a certificação das áreas que sejam atendidas por equipamentos com filtragem no mínimo classe A1, através de empresa especializada, previamente aprovada pela Administração do Tribunal com o respectivo recolhimento da ART.

4.6.3. Efetuar a análise microbiológica do ar ambiente climatizado com periodicidade semestral, conforme determina a legislação vigente, salvo os casos de solicitação.

a) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle ambiental de possível colonização, multiplicação e disseminação de fungos em ar ambiental interior com periodicidade semestral;

b) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle de processo de renovação de ar em ambiente climatizado com periodicidade semestral (marcador epidemiológico: CO₂);

c) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle de processo de climatização de ar em ambientes climatizados (marcadores: temperatura do ar, umidade do ar e velocidade do ar);

d) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle de aero dispersóides totais em ambientes interiores climatizados com periodicidade semestral (marcador epidemiológico: poeira total);

e) Responsabilidade técnica, relativa à análise da qualidade do ar, proveniente de laboratório;

f) Portanto deverão ser providenciadas avaliações biológica, química e física das condições do ar interior dos ambientes climatizados, com fornecimento de laudo respectivo;

g) Promover a correção das condições encontradas mantendo disponível o registro das avaliações e correções realizadas;

h) Os procedimentos de amostragem, medições e análises laboratoriais deverão ter responsável técnico de nível superior, com habilitação na área de química ou área de biologia, tudo elaborado por laboratório credenciado junto à ANVISA.

4.7. Efetuar as análises termográficas nos painéis das máquinas constantes na relação do ANEXO B, anualmente conforme cronograma a ser fornecido pela contratada no primeiro mês de vigência do contrato, e a cada prorrogação se houver, gravando as mesmas em mídia DVD, com relato integral dos pontos e partes vistoriadas, inclusive com o recolhimento da ART dos serviços, atendendo para o que segue.

I. O ensaio de termografia deverá ser desenvolvido em horário de maior pico e carga da instalação, registrando-se a temperatura ambiente e os dados nominais da instalação.

II. Efetuar manutenção corretiva nos quadros de força e de comando, apontados pela termografia.

III. Efetuar em seguida nova termografia para constatar a eliminação dos defeitos.

IV. Efetuar anualmente nova termografia e, se necessário, repetir os procedimentos dos incisos II e III acima, com recolhimento da ART dos serviços.

4.8. Manter o sistema balanceado em termos de temperatura, pressão de trabalho e vazões de ar e água conforme projeto.

4.9. Estudo, análise e proposta para melhoria do sistema quando necessário e quando solicitado pela Administração do Tribunal.

4.10. A contratada deverá prestar manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos relacionados no ANEXO C, por intermédio de profissionais habilitados pelos fabricantes e no caso de garantia com o próprio fabricante ou empresas credenciadas com a supervisão da empresa Contratada;

4.11. Caberá à contratada seguir a rotina de manutenção conforme ANEXO B.

4.12. Deverá elaborar planilha e mantê-la atualizada, relacionando todos os equipamentos especificando marca, modelo e tipo. Incluem-se nessa planilha a listagem os motores e os controladores (termostatos, umidostatos, entre outros).

4.13. As planilhas de checagem deverão ser preenchidas e a cada mês deverá ser fornecido um relatório contendo as planilhas que serão encaminhadas à Administração do Tribunal, juntamente com o Relatório Técnico das chamadas recebidas e atendidas.

4.14. A contratada fornecerá cronograma anual de manutenção preventiva dos equipamentos, devendo o mesmo ser revisado e reavaliado periodicamente.

4.15. A contratada fornecerá cronograma anual de manutenção preditiva dos equipamentos críticos, devendo o mesmo ser revisado e reavaliado periodicamente.

4.16. Caberá à contratada, o fornecimento, guarda e aplicação dos produtos químicos utilizados nos sistemas de águas gelada das instalações do edifício sede judicial, conforme objeto desta licitação, responsabilizando-se pelo atendimento das exigências relativas à dosagem especificada através de boletins técnicos a serem elaborados pela contratada, através de análises de água que deverão ser realizadas em todos os sistemas.

a) O tratamento de água deverá ser efetuado nos sistemas de água gelada do edifício sede judicial, por ser objeto deste Termo de Referência.

b) O tratamento da água será para fins industriais no sentido de que o fornecimento dos produtos químicos garanta a qualidade das águas dos sistemas descritos de modo a dotá-las de parâmetros aceitáveis no sentido de preservar os sistemas evitando-se com isso a produção de incrustações e corrosões nas tubulações.

Os produtos necessários para o tratamento consistirão em:

b.1) Para o sistema de condensação: inibidor de corrosão consistido em dispersante à base de organo fosforatos, sais de zinco, terpolímeros e inibidor para cobre; biocida à base de hipoclorito e limpeza alcalina à base de agentes sequestrantes e antiespumantes.

b.2) Para os sistemas fechados, os programas de tratamento deverão conter inibidor de corrosão à base de nitrito bórax e azóis e limpeza alcalina à base de agentes sequestrantes e antiespumantes.

c) Será obrigatória a apresentação de relatórios mensais para todos os sistemas incluindo todos os parâmetros indicando os valores obtidos que deverão ser comparados com os padrões para cada item. Os relatórios deverão ser assinados por responsável com registro no CREA/CONFEA. Os relatórios deverão conter os valores aferidos dos seguintes parâmetros: alcalinidade total em ppm CaCO₃, condutividade em Micro Mhos. Cm⁻¹, Cloreto em ppm Cl⁻, Dureza Total em PO₄ ⁻³, Nitrito em ppm NO₂ ⁻, Silica Total em ppm SiO₂, Sólidos Dissolvidos em ppmNaCl, Ph (Condensação) em upH, pH (Água Gelada) em upH e comparados com os valores padrão. O relatório deverá conter as conclusões em função dos resultados obtidos, bem como os procedimentos e recomendações necessárias visando às manutenções dos sistemas.

d) A empresa contratada deverá também ser responsável por eventual dosagem de choque, caso as análises físico-químicas apontem para essa necessidade.

e) Caso ocorra o desperdício ou aplicação errônea dos produtos químicos, ficará a contratada responsável pelos eventuais danos causados aos equipamentos e pela reposição dos produtos químicos.

f) O Tratamento Químico de Água Gelada, se houver, será realizado às expensas da contratada

4.17. Caso seja necessária a execução de serviços de retífica em componentes de equipamentos será de responsabilidade da contratada a desmontagem e remontagem desse componente, bem como o transporte para retífica e de igual modo o retorno do componente.

4.18. A manutenção preditiva deverá ser composta por medições e apresentação de relatórios periódicos aplicando as melhores técnicas pertinentes, visando acompanhar a performance de funcionamento de todos os equipamentos do tipo expansão direta, splits system e expansão indireta, fan-coil, fancoletes, ventiladores, bombas, chillers, torres de resfriamento, válvulas motorizadas, painéis de automação, painéis elétricos e software de monitoramento, objeto desta licitação, identificando e fornecendo os diagnósticos e recomendações necessárias para a correção dos equipamentos que ultrapassarem os limites permitidos. Em função de resultados negativos, caberá a contratada corrigir e eliminar as possíveis falhas, incluindo-se todo e qualquer serviço incluindo a mão-de-obra para balanceamento dinâmico ou estático do equipamento.

5. Da Conservação do Sistema (Equipamentos)

5.1. Sempre que houver danos nos equipamentos pertencentes aos sistemas de ar condicionado, refrigeração, automação, ventilação, pressurização, exaustão mecânica e supervisão predial, a Administração do Tribunal, efetuará diligências para apurar negligências e causa principal; ficando comprovado que houve imperícia técnica no manuseio do equipamento, a Administração do Tribunal, procederá à contratação de uma empresa especializada para elaborar um Laudo Técnico. Se neste laudo for caracterizada a imperícia técnica, caberá à contratada as despesas do laudo e o conserto do equipamento após sindicância instaurada e julgada, bem como responder pelos danos em todos e quaisquer equipamentos.

6. Do Fornecimento de Materiais e do Instrumental

6.1. A contratada fornecerá sob sua responsabilidade todos os materiais de consumo, instrumental, ferramentas e equipamentos, inclusive de proteção EPI's e EPC's, necessários à execução dos serviços objeto desta licitação.

6.2. Peças e serviços específicos referidos no ANEXO A serão fornecidos pela contratada mediante apresentação de tabela de preços do fabricante ou a entrega de 03 (três) orçamentos e receberá autorização para o fornecimento ou a execução dos serviços específicos, após o recebimento do empenho.

6.2.1. Entenda-se por materiais de consumo, os materiais que serão consumidos durante a execução dos serviços objetos desta licitação, conforme descrito na Tabela II – Relação de Materiais de Consumo disponíveis no local de trabalho.

6.2.2. Entenda-se por instrumental todas as ferramentas, instrumentos e aparelhagem e quaisquer outros recursos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação, conforme descrito na Tabela I – Relação de Ferramentas disponíveis no local de trabalho.

6.2.3. Entenda-se por peças e materiais de reposição todas as peças de equipamentos ou instalações, e materiais que substituem outras, equivalentes, que façam parte do sistema de Ar Condicionado e Refrigeração que devam ser substituídos, por razões de quebra, desgaste ou funcionamento indevido, tais como rolamentos, mancais, filtros, gases refrigerantes, contactores, termostatos, pressostatos, umidostatos, correias, condutores elétricos, fusíveis, lâmpadas chaves, botoeiras, gaxetas para equipamentos, entre outros componentes do sistema, devidamente identificados e relacionados, sendo todos estes, fornecidos pela Administração do Tribunal.

6.3. Caberá à contratada fornecer cadastro e lista de peças sobressalentes para todos os equipamentos instalados, prevendo assim a garantia e o funcionamento do sistema sem interrupção a serem preenchidas em formulários conforme Cadastro de Equipamentos, objetivando ainda contemplar as manutenções periódicas, preventivas e preditivas, de todos os equipamentos.

6.4. Caberá à contratada elaborar e preencher planilha de checagem de cada equipamento, as quais deverão ser aprovadas pelo Centro de Engenharia de Manutenção da contratada, sob orientações de seu engenheiro, em acordo com a Administração do Tribunal, sendo essa uma decisão em conjunto diante da relação de chamadas solicitadas e atendidas. Deverão ser elaboradas as fichas de cadastros de equipamentos contendo a identificação dos componentes. De posse destas fichas, e com as informações dos fabricantes, a contratada deverá elaborar o cronograma geral de manutenção periódica, entendendo-se sendo essas as preventivas e preditivas.

6.4.1. Mensalmente deverá ser elaborado relatório técnico contendo as planilhas conforme descrito no item 6.4, que deverão ser encaminhadas ao Centro de Engenharia de Manutenção da contratada, sob orientações de seu engenheiro e a Administração do Tribunal, com apresentação do relatório das chamadas técnicas recebidas e atendidas.

6.5. As peças e serviços, a serem fornecidos pela contratada, deverão contar com estoque mínimo e com os serviços previamente relatados à Administração do Tribunal.

6.6. As informações estatísticas, de manutenção, de materiais, serviços de rotina e as intercorrências com manutenção corretiva, deverão ser apresentadas tendo como base software de manutenção específica do contratado e disponibilizado à Administração do Tribunal.

6.7. Relação contendo o mínimo de Ferramentas a serem disponibilizadas pela Contratada e que deverão estar disponíveis no local de trabalho:

- Máquina de solda a arco elétrico;
- Maçarico oxiacetileno por corte e solda portátil;
- Termômetro;
- Higrômetro;
- Rádio comunicador;
- Bomba de vácuo;
- Anemômetro;
- Termômetro laser;
- Jogo de chave estrela, boca, combinada, allen, soquete de ¼ a 2" e 3" Polegada e Métrica;
- Microcomputador com vídeo, CPU, teclado e impressora;
- Malas de ferramentas de mecânico;
- Saca polia P, M, G.;
- Instrumentos de medição, paquímetros e micrômetros;
- Furadeira e Rebitadeira;
- Multímetro;
- Recolhedora de gás de refrigeração;
- Alicates amperímetro;
- Mala de ferramenta de eletricitista;
- Mala de ferramenta de mecânico;
- Máquina lava jato alta pressão portátil;
- Manifold de Refrigeração;
- Detector de vazamento de gás refrigerante.

Obs: Todos os instrumentos de medição acima descritos deverão apresentar Certificado de Calibração periódica dentro do prazo de validade.

6.8 Materiais de Consumo mínimos que deverão ser disponibilizados pela Contratada e que deverão estar disponíveis no local de trabalho:

- Estopa;
- Graxa lubrificante;
- Óleo lubrificante CP – 32;
- Desengraxante;
- Querosene;
- Solventes
- Rolos de fita isolante (20m);
- Rolos ft. teflon ¼ x 50 mts;
- Rolos de fita crepe;

- Durepoxi;
- Cola de contacto;
- Massa calafetar;
- Lixa de ferro n.º 180;
- Lixa de ferro n.º 120;
- Lixa de ferro n.º 80;
- Desoxidante WD-40;
- Rebites e parafusos diversos.

NOTA: O rol de materiais descritos nos itens acima não são exaustivos, sendo responsabilidade da empresa o fornecimento de quaisquer outras ferramentas e materiais de consumo necessários à plena execução dos serviços.

6.9. Relação de peças e serviços específicos, dados como referência e incluso no objeto dessa contratação, que mediante apresentação de tabela de preços do fabricante ou a entrega de três orçamentos pela contratada, a qual receberá autorização para o fornecimento ou a execução dos serviços específicos, após o recebimento do empenho. - Conforme ANEXO A.

7. Dos Procedimentos e Normatização para Emissão de Orçamentos.

7.1. A contratada, diante de necessidade da aquisição de materiais e serviços necessários não cobertos pela contratação, deverá apresentar orçamentos para peças de reposição ou serviços especializados em manutenção corretiva ou melhoria do sistema, de acordo com avaliação feita em conjunto com a Administração do Tribunal. O prazo para apresentação da proposta será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação.

7.2. Em todo orçamento emitido pela contratada deverá constar:

- A descrição dos serviços a serem realizados;
- Justificativa técnica para sua execução;
- A descrição detalhada dos materiais, peças e os equipamentos onde as peças serão instaladas;
- O valor unitário e total dos materiais e peças;
- Prazo de validade da proposta (no mínimo 45 dias);
- Prazo de execução;
- Garantia;
- Pagamento somente com o fornecimento do material e término dos serviços.
- Todos os serviços de mão-de-obra necessária para a substituição das peças (retirada e reinstalação) estarão cobertos pelo objeto desta licitação, não cabendo dessa maneira a apresentação de custo adicional de mão-de-obra.

7.3 O orçamento será aprovado somente mediante avaliação dos preços, diante de comparações com os preços de mercado efetuado pela Administração do Tribunal. Caso a proposta não seja aprovada, a contratada será notificada.

8. Da Equipe Operacional, Técnica Administrativa e Engenharia de Apoio (no edifício Sede Judicial)

8.1. A equipe operacional é a equipe de pessoal constituída por funcionários da contratada, com o objetivo de zelar e manter todos os equipamentos em totais condições de uso, sendo de sua responsabilidade todos os serviços de manutenção do sistema de ar condicionado do edifício sede judicial.

8.2. A equipe operacional necessária para o pleno cumprimento do objeto desta licitação será composta por um (1) Engenheiro Mecânico, dois (2) Técnicos em Mecânica e dois (2) Auxiliares, com qualificação técnica conforme especificado nos subitens 8.4.1 a 8.4.3.

8.2.1. O profissional engenheiro mecânico será responsável por toda a equipe e por acompanhar todas as operações necessárias ao desenvolvimento do trabalho, supervisionar e passar todas as orientações de manutenção das instalações e manutenção na automação, sugerir melhorias nas instalações, principalmente nos sistemas de ventilação, pressurização e exaustão.

8.2.2. A equipe residente será a formada pelos dois técnicos em mecânica e pelos dois auxiliares especializado.

8.3. A jornada de trabalho da equipe residente deverá ser de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, observando os plantões judiciais em todos os finais de semana e feriados, que ocorrem das 8h às 12h.

8.3.1. O engenheiro mecânico deverá comparecer no edifício sede judiciário cumprindo jornada de 8 h semanais, e ainda comparecer sempre que solicitado pela Administração do Tribunal, quando identificar necessidade e quando solicitado pelos Técnicos residentes.

8.4. A contratada deverá comprovar a qualidade técnica e o nível de escolaridade dos funcionários designados para trabalhar no Edifício Sede Judicial, objeto desta licitação, conforme abaixo exposto:

8.4.1. Engenheiro Mecânico com especialidade em ar condicionado – refrigeração, automatização e elétrica, curso superior, formado em Engenharia Mecânica com especialidade em ar condicionado – refrigeração e elétrica, registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) ou CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e preferencialmente com conhecimentos em grandes sistemas de ar condicionado. Deverá ser apresentada cópia de Diploma de Engenheiro Mecânico.

8.4.2. Técnico em Mecânica especialidade em refrigeração e Ar Condicionado e conhecimentos básicos de elétrica e informática. – Conhecimentos em ar condicionado e refrigeração, com bons conhecimentos em sistema de refrigeração aplicado em ambientes conforto, Fan Coils, aparelhos de janela, splits, chillers, além de conhecimento em controles elétricos, automatização e pneumáticos, manutenção de compressores, bombas, válvulas controladoras, válvulas reguladoras, filtros, purgadores, separadores e estação redutora de pressão. Preferencialmente com conhecimentos específicos em grandes sistemas de ar condicionado. Deverá ser apresentada cópia de Diploma de Técnico em Mecânica

8.4.3. Auxiliar com prática em manutenção de ar condicionado em sistemas de ar condicionado em ambientes de conforto, em instalações de grande porte. Deverá ser apresentada cópia de Diploma de Ensino médio.

8.4.4. Verificado pelo fiscal técnico que o funcionário da Contratada não demonstra aptidão para o desempenho de suas funções no exercício regular do seu trabalho, na manutenção dos equipamentos, manuseio de ferramentas, organização e segurança no trabalho, no cuidado com as instalações e equipamentos, será solicitada sua substituição ao preposto.

9. Do Gerenciamento do Sistema

9.1. Serviços específicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva a serem efetuados em determinados locais em que haja necessidade de paralisação do sistema de climatização, deverão esses ser agendados com antecedência junto a Administração do Tribunal, salvo os casos emergenciais. Em casos não emergenciais poderão ser executados em finais de semana, feriados ou fora do horário de expediente, sempre a serem combinados previamente com a Administração do Tribunal, e sem quaisquer ônus adicionais.

9.2. Em acordo com a metodologia (ANVISA) publicada, a temperatura dos ambientes deverá estar em torno de 23°C com variação em 1°C. Casos extraordinários, serão tratados entre a contratada e a Administração do Tribunal.

9.3. Caberá à contratada avaliar o estado de funcionamento de todo sistema de filtragem, apresentando relatório com todas as observações pertinentes, mensalmente.

9.4. Deverá a contratada implantar sistema de gerenciamento de manutenção, computadorizado, no prazo máximo de 30 dias contados após o início de vigência do contrato, com as seguintes características:

- Emissão e gerenciamento de ordens de serviço e solicitações de atendimento.
- Programação de todas as manutenções preventivas e seus respectivos checklists.
- Históricos de atendimentos, ordem de serviços e consumo de peças.
- Gerenciamento do consumo e estoque mínimo de peças.
- Gerenciamento da agenda de atividades da equipe técnica.

9.5. Caberá à contratada a designação de um profissional Técnico de Manutenção, para mensalmente, até o 15º dia do mês, realizar reuniões técnico-administrativas objetivando o bom andamento da manutenção do sistema.

9.6. A contratada deverá manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e em casos de necessidade de manutenção corretiva ou outra intervenção necessária os chamados deverão ser atendidos em trinta minutos.

10. Das Considerações Gerais

10.1. O pessoal designado para prestar serviços nas instalações do edifício sede judiciário deverá trabalhar em perfeitas condições de higiene, devidamente uniformizado, portando crachá de identificação com nome, foto, logotipo da empresa, e portando todos os equipamentos de proteção individual.

10.2. Deverá ser comprovada a escolaridade, cursos de especialização, e serviços prestados compatíveis com objeto desse memorial descritivo, de todos os funcionários integrantes da equipe operacional da contratada.

10.3. Deverá haver sistemas de comunicação imediata por intermédio de e-mail, telefonia móvel, fixo ou rádio chamada, cujos dados, tais como endereço de e-mail, número de telefones, etc, deverão ser divulgados à Administração do Tribunal.

10.4. A Administração do Tribunal poderá requerer junto ao preposto da Contratada que sejam tomadas as medidas cabíveis perante qualquer funcionário da Contratada, quando atitudes e ações dos mesmos forem inconvenientes às normas disciplinares do TRT.

10.5. Quando houver alguma reforma ou adequação em determinada área que inclua a desativação ou implementação com modernização de algum sistema de ar condicionado, refrigeração, ventilação, pressurização e exaustão mecânica, os equipamentos que compõem este sistema serão reduzidos ou incorporados por meio de termo aditivo ao contrato firmado com a contratada, com o desconto ou acréscimo conforme previsto em lei.

10.6. Sempre que necessário, a contratada deverá enviar outros profissionais, visando a manutenção dos referidos sistemas para mantê-los em totais condições de funcionamento. Os custos terão que ser antecipadamente apresentados em orçamento para apreciação da Administração do Tribunal.

10.7. Os serviços de supervisão e assistência técnica deverão ser prestados por equipe especializada em sistema de ar condicionado e refrigeração, pelos residentes ou por equipe terceirizada com serviços compatíveis, em acordo com objeto deste termo de referência, sendo todos os serviços de inteira responsabilidade da contratada.

10.8. As peças e os componentes substituídos deverão ser apresentadas ao Fiscal do Contrato para autorização para descarte;

10.9. A contratada obrigará-se a fornecer a seus funcionários todos os instrumentos, ferramentas, utensílios e equipamentos adequados para a execução dos serviços, relacionados neste Termo de Referência.

10.10. O transporte de materiais, componentes, peças, acessórios e de seus funcionários será de inteira responsabilidade da contratada;

10.11. Quaisquer modificações nos equipamentos existentes, quando solicitadas, sempre por escrito e com fundamentação técnica avalizada pelo Engenheiro da contratada, passarão por avaliação da Administração do Tribunal, que decidirá o assunto.

10.12. Os serviços que não estejam em concordância com as especificações técnicas requeridas, serão prontamente identificados e reprovados pela Administração do Tribunal.

10.13. A Contratante disponibilizará um ramal na sala dos técnicos, para chamadas internas, não sendo permitido chamadas externas. A Contratada será responsável pela instalação de uma linha telefônica fixa própria, com despesas a cargo da contratada, se entender necessário.

10.14. A Administração do Tribunal, sempre que entender necessário, solicitará a especificação técnica de peças e/ou acessórios, não isentando responsabilidade da contratada sobre esses quesitos.

10.15. Para atendimentos pela equipe residente, a contratada deverá fornecer à Administração do Tribunal as seguintes informações:

a) Telefone Fixo, Celular e e-mail do Engenheiro mecânico da Contratada;

b) Telefone Fixo, Celular e e-mail do Técnico Mecânico responsável pelo plantão;

c) Telefone Fixo, Celular e e-mail que possa ser contatada a Contratada;

10.16. Os serviços que requeiram que os equipamentos sejam abertos, calibrados, usinados e remontados deverão ser realizados na oficina da contratada, excetuando-se os equipamentos que podem ser abertos e reparados no local em que se encontram instalados.

a) É responsabilidade da contratada adequar o espaço cedido para montar seu escritório e oficina, fornecendo toda a mobília e equipamentos que julgar necessários tais como bancadas, computadores, aparelhos telefônicos (exceto aquele ligado ao ramal do Tribunal). A Contratante fornecerá mesas e cadeiras;

b) O Tribunal disponibilizará toda a segurança do local e sistemas de apoio tais como: ramal com aparelho, energia elétrica, iluminação adequada, água potável e para higienização dos equipamentos, higienização periódica do local, gaveteiros de aço para pastas suspensas e armários em vestiários para os funcionários da contratada.

10.17. A manutenção preventiva será executada de acordo com rotinas de manutenção e operação próprias dos equipamentos e conforme descrito no item – Rotinas de Manutenção Preventiva deste Termo de Referência.

10.18. As manutenções corretivas e emergenciais serão executadas tantas vezes quantas se fizerem necessárias, conforme chamadas através do ramal interno fornecido pela Administração do Tribunal, devendo ser registradas em livro e fichas próprias para fins de controle e estatística mensal, sendo esse controle utilizado para melhor planejamento evitando a manutenção corretiva com as aplicações devidas das manutenções preventivas e preditivas.

10.19. A contratada deverá manter seus empregados devidamente uniformizados, com identificação própria, portando suas credenciais regulamentares e a documentação exigida por lei sem ônus adicionais para a Administração do Tribunal.

10.20. O fornecimento e uso dos EPIs serão obrigatórios e de inteira responsabilidade da contratada, atendida a NR6.

10.21. A contratada deverá orientar seus empregados quanto à obrigatoriedade de uso de roupas apropriadas nas áreas em que as mesmas forem exigidas.

10.22. Jornada de trabalho de acordo com a categoria. De segunda a sexta-feira das 7h às 19h, de maneira escalonada de modo a ter-se a equipe completa das 10h às 16h. Deverá ser mantida fora do horário acima estipulado, assistência técnica permanente para contatos de emergência quanto aos serviços de manutenção corretiva, sem ônus à Administração do Tribunal.

A Contratada deverá alterar o horário de trabalho do prestador de serviço quando houver necessidade de plantão além do horário estipulado, a ser previamente informado pela Contratante, sem ônus ao Tribunal.

11. Das Rotinas de Manutenção Preventiva

11.1. Os checklists constantes do Anexo B são os mínimos a serem observados pela Contratada, salientando que a Contratada será responsável pela elaboração do PMOC e deverá elaborar o próprio checklist para Manutenção Preventiva, a ser aprovado pela Fiscalização do contrato.

12. Da Segurança do Trabalho

12.1. A empresa contratada para execução dos serviços deverá atender as seguintes recomendações:

12.1.1. Possuir e fornecer todos os equipamentos especializados, inclusive os Equipamentos de Proteção Individual- EPI (NR-06), para execução adequada dos serviços de limpeza e higienização requeridos;

12.1.2. A empresa contratada deverá possuir e manter atualizados os seguintes documentos, que poderão ser solicitados a qualquer momento pelo TRT:

a) PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), conforme NR 07 do Ministério do Trabalho;

b) PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), conforme NR 09 do Ministério do Trabalho.

13. Dos Equipamentos instalados no Edifício-Sede Judicial: Conforme ANEXO C

14. Dos Relatórios

14.1 Os relatórios de manutenção deverão ser assinados pelo(s) responsável(is), deverão estar legíveis e serem entregues na Coordenadoria de Manutenção aos cuidados da Seção de Máquinas e Hidráulica.

14.2. Os relatórios de análise do ar deverão ser assinados pelo(s) responsável(is), deverão estar legíveis e serem entregues por e-mail para manutencao.secadm@trt15.jus.br aos cuidados da Seção de Máquinas e Hidráulica.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado.

30 meses. A critério das partes, sendo possível a prorrogação por prazo diverso do inicialmente firmado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, tudo conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017

Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços

Conforme abaixo:

| Endereço | Horário | Dias da semana/Outro | Agendamento, indicar nome, telefone/ramal |
|--|--|---|---|
| Rua Barão de Jaguara, 901, Centro, Campinas - SP | 07h às 19h podendo ocorrer em outro horário de acordo com a necessidade do TRT. | Dias úteis, podendo ocorrerem em finais de semana e feriado a depender da necessidade do TRT. | Agendar com a Coordenadoria de Manutenção pelo e-mail manutencao.secadm@trt15.jus.br ou ainda pelo telefone (19) 3231- 9500 ramal: 2208 ou 2205 |
| Outros: | | | |

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Motivação

Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

| | |
|--------------------------|--|
| Solução escolhida | Prestação de serviços de manutenção continuados |
| Justificativa | Não foram encontradas outras soluções que atendessem o objeto a contento |
| Valor estimado | R\$ 76.476,44 conforme pesquisa de preços. |
| Outros | . |

2.2 Objetivos a serem alcançados, incluindo benefícios diretos e indiretos esperados

Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Adequação das instalações físicas |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Preservação das instalações |
| <input type="checkbox"/> | Manutenção da segurança dos usuários |
| <input type="checkbox"/> | Adequação de eventos promovidos por este Tribunal |
| <input type="checkbox"/> | Outro benefício: |

2.3 Alinhamento Estratégico <http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020>
Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

2.4 Referência aos Estudos Preliminares
10509/2022

2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado
A demanda prevista é igual a quantidade de serviço a ser contratado

2.6 Natureza do objeto
Serviço continuado

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

| | | | |
|-------------------------------------|---|----------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade | | |
| <input type="checkbox"/> | Grupo com vários itens | Justificativa: | |
| <input type="checkbox"/> | Grupo único, tendo em vista a padronização | Justificativa: | |
| <input type="checkbox"/> | Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço | Justificativa: | |
| <input type="checkbox"/> | Outro: | Justificativa: | |

2.8 Impacto ambiental
Não se vislumbram impactos ambientais relevantes

3. GESTÃO DO CONTRATO

3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

| | |
|--|---------------------------------------|
| Gestor do Contrato: | Maria Aparecida Gruli Deboni Leoncini |
| Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal): | Maria Angelica Marques |

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO

Catálogo (CATMAT/CATSER)

22454
Ar condicionado - manutenção sistema central

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado instalados no Edifício Sede Judicial deste E. Tribunal, com disponibilização de mão de obra residente e não residente, incluindo o fornecimento dos materiais, ferramentas, instrumentais e equipamentos, inclusive de proteção, necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto

1 - Do Objeto

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado instalados no Edifício Sede Judicial deste E. Tribunal, com disponibilização de mão de obra residente e não residente, incluindo o fornecimento dos materiais, ferramentas, instrumentais e equipamentos, inclusive de proteção, necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços. A presente contratação inclui todas as atividades e serviços necessários para a efetiva manutenção e conservação dos sistemas, relacionados a seguir, além de outros inerentes e não relacionados:

a) manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado instalado no Edifício Sede Judicial do TRT 15ª Região, incluindo automação do sistema, ventilação, pressurização e exaustão mecânica, tratamento químico de água gelada e de condensação de todo o sistema, conforme especificações constantes deste Termo de Referência e com o fornecimento de peças e serviços específicos, como referência, constantes do Anexo "A";

b) elaboração do PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), conforme Lei 13.859/2018. A Contratada terá prazo máximo de 45 dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, para apresentação do PMOC à Fiscalização do Contrato;

c) análise da qualidade do ar coletado em todos os ambientes por laboratório credenciado junto à ANVISA com emissão de relatório semestral, conforme PMOC elaborado pela Contratada.

1.2. A empresa será responsável pela atualização do sistema de automação e gerenciamento instalado, que gerencia todo o sistema de ar condicionado central do prédio, com exceção dos equipamentos do tipo cassete e dos equipamentos instalados no primeiro e segundo pavimentos, as licenças serão de propriedade do Tribunal. O Tribunal será responsável pela aquisição dos periféricos necessários para interligar o sistema de gerenciamento ao sistema instalado no primeiro e segundo pavimentos, conforme necessário.

1.3. Deverão ser observadas na prestação de serviços as Normas específicas e usuais ao exercício das respectivas atividades e funções, principalmente as Normas: NBR 16.401, NBR 14.644, NBR 7.256, NBR 13.971, NBR 5.410, SBCC-RN-001/002/003/004, RDC nº 50, Portaria nº 3.523 de 1998 e Resolução – RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, do Ministério da Saúde e demais normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e/ou qualquer outro normativo vigente.

2. Da Qualificação Técnica

2.1. Deverão ser apresentados os documentos de habilitação técnica constantes no item específico de Qualificação Técnica;

3. Das Manutenções e Serviços:

A Contratada será responsável pela execução de todos os serviços necessários para o adequado funcionamento do sistema de climatização do prédio, combinando todas as ações técnicas e administrativas, incluindo as de supervisão, destinadas a manter ou recolocar os equipamentos no estado no qual possa desempenhar a função requerida.

3.1. Manutenção Preventiva: ação desenvolvida através do trabalho de acompanhamento e monitoramento das condições dos equipamentos, de seus parâmetros operacionais e o tempo estabelecido pelo fabricante dos componentes quanto à sua otimização e após vencimento, acompanhar com maior rigor os efeitos de diminuição de rendimento do componente, programando a parada técnica para a substituição;

3.2. Manutenção Preditiva: ação desenvolvida através do trabalho de acompanhamento e monitoramento das condições dos equipamentos, de seus parâmetros operacionais e o tempo estabelecido pelo fabricante dos componentes quanto à sua otimização e após vencimento, acompanhar com mais rigos os efeitos de diminuição de rendimento do componente, programando a parada técnica para substituição;

3.1.3. Manutenção Corretiva: ação desenvolvida com o objetivo de fazer retornar às condições de funcionamento de um equipamento após a ocorrência de defeito ou falha, no prazo máximo de 24 horas, sendo essa condição uma ação extraordinária e esporádica, diante das aplicações das manutenções preventivas e preditivas.

3.1.4. Ordem de Serviço (O.S): é o documento emitido para a realização de qualquer trabalho executado pelas equipes de manutenção. Nos casos de manutenção preventiva a O.S. será emitida de acordo com a programação estabelecida. Para os casos de manutenção corretiva, serviços extra-manutenção, retrabalho ou outros, a O.S. poderá ser emitida durante ou até mesmo, em casos emergenciais, após a conclusão dos eventos. Deverá conter os seguintes campos obrigatoriamente: data, horário, equipamento com o código conforme ANEXO B, tipo de manutenção, com o diagnóstico da sua causa, atividades ou serviços executados, relação das peças a serem substituídas se for o caso, tempo de execução e outros quando necessário, assinatura e nome do executante bem como do usuário, assinatura do Técnico designado pela Administração do Tribunal.

3.1.5. Relatório Mensal de Manutenção: é o instrumento de apresentação dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva desenvolvido pela Contratada. Deverá conter relatórios e O.S., conforme modelo previamente aprovado, com descrição do nome e função dos funcionários, data, local, horários de início e término, tempo, relação de pendências, visto do executante e assinatura do Técnico designado pela Administração do Tribunal, conforme previsto no item 3.1.4. Em caso de manutenção corretiva deverá constar da ordem de serviço o tempo decorrido entre o chamado e a efetiva intervenção. O relatório deverá conter ainda, programação de serviços de manutenção do próximo período, dividido em serviços preventivos, pendentes e históricos dos equipamentos.

4. Da Prestação de Serviços e Metodologia

4.1. A contratada deverá prestar serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos equipamentos de ar condicionado – água gelada, automatização, self e split – e do sistema de ventilação, pressurização e exaustão em todas as suas instalações, com ferramental próprio e pessoal técnico especializado, devidamente uniformizado e identificado.

4.2. Os serviços deverão ser executados na forma e condições determinadas pela Administração do Tribunal.

4.2.1. Os chamados técnicos de serviços de manutenção corretiva, inclusive os que se encontrarem em garantia, conforme previsto no item anterior, deverão ser atendidos pela Contratada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da data de abertura do chamado, não havendo limite para o número de chamados.

4.2.2. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser concluídos no atendimento do chamado, ou até o prazo de 48 horas do atendimento inicial, se houver justificativa para tal, sempre lançada em relatório.

4.2.3. Em caso de serviços emergenciais, assim consideradas pelo TRT aquelas imprescindíveis ao funcionamento das atividades, a empresa deverá executá-los no prazo máximo de 12 (doze) horas após o acionamento, salvo quando a dilação deste prazo for expressamente justificada através de parecer técnico aplicável ao caso.

4.3. Todos os serviços deverão obedecer à melhor técnica vigente, enquadrando-se rigorosamente nos preceitos das normas técnicas/ABTN referentes às instalações mecânicas e elétricas.

4.4. A execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva deverá ser realizada por 02 (dois) técnicos especializados em ar condicionado e 02 (dois) auxiliares prático que deverão prestar seus serviços durante todo o período de funcionamento do Tribunal, das 7h às 19h, em jornadas de 8h, em horários a serem definidos pela Administração do Tribunal. Também deverão dar assistência aos plantões judiciários em finais de semana e em feriados durante o ano todo, e aos eventos ocasionais em horário noturno.

4.5. Ficará sob a responsabilidade da contratada a prestação de serviços de assistência técnica especializada para manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado, automação do sistema, ventilação, pressurização e exaustão mecânica, supervisão predial e tratamento químico de água gelada instalado bem como gerenciamento dos equipamentos integrantes dos sistemas conforme horários indicados neste descritivo.

4.6. A manutenção preventiva, preditiva e corretiva do objeto desta licitação deverá ser feita no sentido de se atingir as metas abaixo:

4.6.1. Manter o sistema de ar condicionado em perfeitas condições de funcionamento através do cumprimento de toda a programação de manutenção.

4.6.2. Após a substituição dos filtros, efetuar a certificação das áreas que sejam atendidas por equipamentos com filtragem no mínimo classe A1, através de empresa especializada, previamente aprovada pela Administração do Tribunal com o respectivo recolhimento da ART.

4.6.3. Efetuar a análise microbiológica do ar ambiente climatizado com periodicidade semestral, conforme determina a legislação vigente, salvo os casos de solicitação.

a) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle ambiental de possível colonização, multiplicação e disseminação de fungos em ar ambiente interior com periodicidade semestral;

b) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle de processo de renovação de ar em ambiente climatizado com periodicidade semestral (marcador epidemiológico: CO²);

c) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle de processo de climatização de ar em ambientes climatizados (marcadores: temperatura do ar, umidade do ar e velocidade do ar);

d) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle de aero dispersóides totais em ambientes interiores climatizados com periodicidade semestral (marcador epidemiológico: poeira total);

e) Responsabilidade técnica, relativa à análise da qualidade do ar, proveniente de laboratório;

f) Portanto deverão ser providenciadas avaliações biológica, química e física das condições do ar interior dos ambientes climatizados, com fornecimento de laudo respectivo;

g) Promover a correção das condições encontradas mantendo disponível o registro das avaliações e correções realizadas;

h) Os procedimentos de amostragem, medições e análises laboratoriais deverão ter responsável técnico de nível superior, com habilitação na área de química ou área de biologia, tudo elaborado por laboratório credenciado junto à ANVISA.

4.7. Efetuar as análises termográficas nos painéis das máquinas constantes na relação do ANEXO B, anualmente conforme cronograma a ser fornecido pela contratada no primeiro mês de vigência do contrato, e a cada prorrogação se houver, gravando as mesmas em mídia DVD, com relato integral dos pontos e partes vistoriadas, inclusive com o recolhimento da ART dos serviços, atentando para o que segue.

I. O ensaio de termografia deverá ser desenvolvido em horário de maior pico e carga da instalação, registrando-se a temperatura ambiente e os dados nominais da instalação.

II. Efetuar manutenção corretiva nos quadros de força e de comando, apontados pela termografia.

III. Efetuar em seguida nova termografia para constatar a eliminação dos defeitos.

IV. Efetuar anualmente nova termografia e, se necessário, repetir os procedimentos dos incisos II e III acima, com recolhimento da ART dos serviços.

4.8. Manter o sistema balanceado em termos de temperatura, pressão de trabalho e vazões de ar e água conforme projeto.

4.9. Estudo, análise e proposta para melhoria do sistema quando necessário e quando solicitado pela Administração do Tribunal.

4.10. A contratada deverá prestar manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos relacionados no ANEXO C, por intermédio de profissionais habilitados pelos fabricantes e no caso de garantia com o próprio fabricante ou empresas credenciadas com a supervisão da empresa Contratada;

4.11. Caberá à contratada seguir a rotina de manutenção conforme ANEXO B.

4.12. Deverá elaborar planilha e mantê-la atualizada, relacionando todos os equipamentos especificando marca, modelo e tipo. Incluem-se nessa planilha a listagem os motores e os controladores (termostatos, umidostatos, entre outros).

4.13. As planilhas de checagem deverão ser preenchidas e a cada mês deverá ser fornecido um relatório contendo as planilhas que serão encaminhadas à Administração do Tribunal, juntamente com o Relatório Técnico das chamadas recebidas e atendidas.

4.14. A contratada fornecerá cronograma anual de manutenção preventiva dos equipamentos, devendo o mesmo ser revisado e reavaliado periodicamente.

4.15. A contratada fornecerá cronograma anual de manutenção preditiva dos equipamentos críticos, devendo o mesmo ser revisado e reavaliado periodicamente.

4.16. Caberá à contratada, o fornecimento, guarda e aplicação dos produtos químicos utilizados nos sistemas de águas gelada das instalações do edifício sede judicial, conforme objeto desta licitação, responsabilizando-se pelo atendimento das exigências relativas à dosagem especificada através de boletins técnicos a serem elaborados pela contratada, através de análises de água que deverão ser realizadas em todos os sistemas.

a) O tratamento de água deverá ser efetuado nos sistemas de água gelada do edifício sede judicial, por ser objeto deste Termo de Referência.

b) O tratamento da água será para fins industriais no sentido de que o fornecimento dos produtos químicos garanta a qualidade das águas dos sistemas descritos de modo a dotá-las de parâmetros aceitáveis no sentido de preservar os sistemas evitando-se com isso a produção de incrustações e corrosões nas tubulações.

Os produtos necessários para o tratamento consistirão em:

b.1) Para o sistema de condensação: inibidor de corrosão consistido em dispersante à base de organo fosforatos, sais de zinco, terpolímeros e inibidor para cobre; biocida à base de hipoclorito e limpeza alcalina à base de agentes sequestrantes e antiespumantes.

b.2) Para os sistemas fechados, os programas de tratamento deverão conter inibidor de corrosão à base de nitrito bórx e azóis e limpeza alcalina à base de agentes sequestrantes e antiespumantes.

c) Será obrigatória a apresentação de relatórios mensais para todos os sistemas incluindo todos os parâmetros indicando os valores obtidos que deverão ser comparados com os padrões para cada item. Os relatórios deverão ser assinados por responsável com registro no CREA/CONFEA. Os relatórios deverão conter os valores aferidos dos seguintes parâmetros: alcalinidade total em ppm CaCO₃, condutividade em Micro Mhos. Cm⁻¹, Cloreto em ppm Cl⁻, Dureza Total em PO₄ ⁻³, Nitrito em ppm NO₂ ⁻, Silica Total em ppm SiO₂, Sólidos Dissolvidos em ppmNaCl, Ph (Condensação) em upH, pH (Água Gelada) em upH e comparados com os valores padrão. O relatório deverá conter as conclusões em função dos resultados obtidos, bem como os procedimentos e recomendações necessárias visando às manutenções dos sistemas.

d) A empresa contratada deverá também ser responsável por eventual dosagem de choque, caso as análises físico-químicas apontem para essa necessidade.

e) Caso ocorra o desperdício ou aplicação errônea dos produtos químicos, ficará a contratada responsável pelos eventuais danos causados aos equipamentos e pela reposição dos produtos químicos.

f) O Tratamento Químico de Água Gelada, se houver, será realizado às expensas da contratada

4.17. Caso seja necessária a execução de serviços de retífica em componentes de equipamentos será de responsabilidade da contratada a desmontagem e remontagem desse componente, bem como o transporte para retífica e de igual modo o retorno do componente.

4.18. A manutenção preditiva deverá ser composta por medições e apresentação de relatórios periódicos aplicando as melhores técnicas pertinentes, visando acompanhar a performance de funcionamento de todos os equipamentos do tipo expansão direta, splits system e expansão indireta, fan-coil, fancoletes, ventiladores, bombas, chillers, torres de resfriamento, válvulas motorizadas, painéis de automação, painéis elétricos e software de monitoramento, objeto desta licitação, identificando e fornecendo os diagnósticos e recomendações necessárias para a correção dos equipamentos que ultrapassarem os limites permitidos. Em função de resultados negativos, caberá a contratada corrigir e eliminar as possíveis falhas, incluindo-se todo e qualquer serviço incluindo a mão-de-obra para balanceamento dinâmico ou estático do equipamento.

5. Da Conservação do Sistema (Equipamentos)

5.1. Sempre que houver danos nos equipamentos pertencentes aos sistemas de ar condicionado, refrigeração, automação, ventilação, pressurização, exaustão mecânica e supervisão predial, a Administração do Tribunal, efetuará diligências para apurar negligências e causa principal; ficando comprovado que houve imperícia técnica no manuseio do equipamento, a Administração do Tribunal, procederá à contratação de uma empresa especializada para elaborar um Laudo Técnico. Se neste laudo for caracterizada a imperícia técnica, caberá à contratada as despesas do laudo e o conserto do equipamento após sindicância instaurada e julgada, bem como responder pelos danos em todos e quaisquer equipamentos.

6. Do Fornecimento de Materiais e do Instrumental

6.1. A contratada fornecerá sob sua responsabilidade todos os materiais de consumo, instrumental, ferramentas e equipamentos, inclusive de proteção EPI's e EPC's, necessários à execução dos serviços objeto desta licitação.

6.2. Peças e serviços específicos referidos no ANEXO A serão fornecidos pela contratada mediante apresentação de tabela de preços do fabricante ou a entrega de 03 (três) orçamentos e receberá autorização para o fornecimento ou a execução dos serviços específicos, após o recebimento do empenho.

6.2.1. Entenda-se por materiais de consumo, os materiais que serão consumidos durante a execução dos serviços objetos desta licitação, conforme descrito na Tabela II – Relação de Materiais de Consumo disponíveis no local de trabalho.

6.2.2. Entenda-se por instrumental todas as ferramentas, instrumentos e aparelhagem e quaisquer outros recursos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação, conforme descrito na Tabela I – Relação de Ferramentas disponíveis no local de trabalho.

6.2.3. Entenda-se por peças e materiais de reposição todas as peças de equipamentos ou instalações, e materiais que substituem outras, equivalentes, que façam parte do sistema de Ar Condicionado e Refrigeração que devam ser substituídos, por razões de quebra, desgaste ou funcionamento indevido, tais como rolamentos, mancais, filtros, gases refrigerantes, contactores, termostatos, pressostatos, umidostatos, correias, condutores elétricos, fusíveis, lâmpadas chaves, botoeiras, gaxetas para equipamentos, entre outros componentes do sistema, devidamente identificados e relacionados, sendo todos estes, fornecidos pela Administração do Tribunal.

6.3. Caberá à contratada fornecer cadastro e lista de peças sobressalentes para todos os equipamentos instalados, prevendo assim a garantia e o funcionamento do sistema sem interrupção a serem preenchidas em formulários conforme Cadastro de Equipamentos, objetivando ainda contemplar as manutenções periódicas, preventivas e preditivas, de todos os equipamentos.

6.4. Caberá à contratada elaborar e preencher planilha de checagem de cada equipamento, as quais deverão ser aprovadas pelo Centro de Engenharia de Manutenção da contratada, sob orientações de seu engenheiro, em acordo com a Administração do Tribunal, sendo essa uma decisão em conjunto diante da relação de chamadas solicitadas e atendidas. Deverão ser elaboradas as fichas de cadastros de equipamentos contendo a identificação dos componentes. De posse destas fichas, e com as informações dos fabricantes, a contratada deverá elaborar o cronograma geral de manutenção periódica, entendendo-se sendo essas as preventivas e preditivas.

6.4.1. Mensalmente deverá ser elaborado relatório técnico contendo as planilhas conforme descrito no item 6.4, que deverão ser encaminhadas ao Centro de Engenharia de Manutenção da contratada, sob orientações de seu engenheiro e a Administração do Tribunal, com apresentação do relatório das chamadas técnicas recebidas e atendidas.

6.5. As peças e serviços, a serem fornecidos pela contratada, deverão contar com estoque mínimo e com os serviços previamente relatados à Administração do Tribunal.

6.6. As informações estatísticas, de manutenção, de materiais, serviços de rotina e as intercorrências com manutenção corretiva, deverão ser apresentadas tendo como base software de manutenção específica do contratado e disponibilizado à Administração do Tribunal.

6.7. Relação contendo o mínimo de Ferramentas a serem disponibilizadas pela Contratada e que deverão estar disponíveis no local de trabalho:

- Máquina de solda a arco elétrico;
- Maçarico oxiacetileno por corte e solda portátil;
- Termômetro;
- Higrômetro;
- Rádio comunicador;
- Bomba de vácuo;
- Anemômetro;
- Termômetro laser;
- Jogo de chave estrela, boca, combinada, allen, soquete de ¼ a 2" e 3" Polegada e Métrica;
- Microcomputador com vídeo, CPU, teclado e impressora;
- Malas de ferramentas de mecânico;
- Saca polia P, M, G.;
- Instrumentos de medição, paquímetros e micrômetros;
- Furadeira e Rebitadeira;
- Multímetro;
- Recolhedora de gás de refrigeração;
- Alicates amperímetro;
- Mala de ferramenta de eletricitista;
- Mala de ferramenta de mecânico;
- Máquina lava jato alta pressão portátil;
- Manifold de Refrigeração;
- Detector de vazamento de gás refrigerante.

Obs: Todos os instrumentos de medição acima descritos deverão apresentar Certificado de Calibração periódica dentro do prazo de validade.

6.8 Materiais de Consumo mínimos que deverão ser disponibilizados pela Contratada e que deverão estar disponíveis no local de trabalho:

- Estopa;
- Graxa lubrificante;
- Óleo lubrificante CP – 32;
- Desengraxante;
- Querosene;
- Solventes
- Rolos de fita isolante (20m);
- Rolos ft. teflon ¼ x 50 mts;
- Rolos de fita crepe;
- Durepoxi;
- Cola de contacto;
- Massa calafetar;
- Lixa de ferro n.º 180;
- Lixa de ferro n.º 120;
- Lixa de ferro n.º 80;
- Desoxidante WD-40;
- Rebites e parafusos diversos.

NOTA: O rol de materiais descritos nos itens acima não são exaustivos, sendo responsabilidade da empresa o fornecimento de quaisquer outras ferramentas e materiais de consumo necessários à plena execução dos serviços.

6.9. Relação de peças e serviços específicos, dados como referência e incluso no objeto dessa contratação, que mediante apresentação de tabela de preços do fabricante ou a entrega de três orçamentos pela contratada, a qual receberá autorização para o fornecimento ou a execução dos serviços específicos, após o recebimento do empenho. - Conforme ANEXO A.

7. Dos Procedimentos e Normatização para Emissão de Orçamentos.

7.1. A contratada, diante de necessidade da aquisição de materiais e serviços necessários não cobertos pela contratação, deverá apresentar orçamentos para peças de reposição ou serviços especializados em manutenção corretiva ou melhoria do sistema, de acordo com avaliação feita em conjunto com a Administração do Tribunal. O prazo para apresentação da proposta será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação.

7.2. Em todo orçamento emitido pela contratada deverá constar:

- a) A descrição dos serviços a serem realizados;
- b) Justificativa técnica para sua execução;
- c) A descrição detalhada dos materiais, peças e os equipamentos onde as peças serão instaladas;
- d) O valor unitário e total dos materiais e peças;
- e) Prazo de validade da proposta (no mínimo 45 dias);
- f) Prazo de execução;
- g) Garantia;
- h) Pagamento somente com o fornecimento do material e término dos serviços.
- i) Todos os serviços de mão-de-obra necessária para a substituição das peças (retirada e reinstalação) estarão cobertos pelo objeto desta licitação, não cabendo dessa maneira a apresentação de custo adicional de mão-de-obra.

7.3 O orçamento será aprovado somente mediante avaliação dos preços, diante de comparações com os preços de mercado efetuado pela Administração do Tribunal. Caso a proposta não seja aprovada, a contratada será notificada.

8. Da Equipe Operacional, Técnica Administrativa e Engenharia de Apoio (no edifício Sede Judicial)

- 8.1. A equipe operacional é a equipe de pessoal constituída por funcionários da contratada, com o objetivo de zelar e manter todos os equipamentos em totais condições de uso, sendo de sua responsabilidade todos os serviços de manutenção do sistema de ar condicionado do edifício sede judicial.
- 8.2. A equipe operacional necessária para o pleno cumprimento do objeto desta licitação será composta por um (1) Engenheiro Mecânico, dois (2) Técnicos em Mecânica e dois (2) Auxiliares, com qualificação técnica conforme especificado nos subitens 8.4.1 a 8.4.3.
- 8.2.1. O profissional engenheiro mecânico será responsável por toda a equipe e por acompanhar todas as operações necessárias ao desenvolvimento do trabalho, supervisionar e passar todas as orientações de manutenção das instalações e manutenção na automação, sugerir melhorias nas instalações, principalmente nos sistemas de ventilação, pressurização e exaustão.
- 8.2.2. A equipe residente será a formada pelos dois técnicos em mecânica e pelos dois auxiliares especializado.
- 8.3. A jornada de trabalho da equipe residente deverá ser de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, observando os plantões judiciais em todos os finais de semana e feriados, que ocorrem das 8h às 12h.
- 8.3.1. O engenheiro mecânico deverá comparecer no edifício sede judiciário cumprindo jornada de 8 h semanais, e ainda comparecer sempre que solicitado pela Administração do Tribunal, quando identificar necessidade e quando solicitado pelos Técnicos residentes.
- 8.4. A contratada deverá comprovar a qualidade técnica e o nível de escolaridade dos funcionários designados para trabalhar no Edifício Sede Judicial, objeto desta licitação, conforme abaixo exposto:
- 8.4.1. Engenheiro Mecânico com especialidade em ar condicionado – refrigeração, automatização e elétrica, curso superior, formado em Engenharia Mecânica com especialidade em ar condicionado – refrigeração e elétrica, registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) ou CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e preferencialmente com conhecimentos em grandes sistemas de ar condicionado. Deverá ser apresentado cópia de Diploma de Engenheiro Mecânico.
- 8.4.2. Técnico em Mecânica especialidade em refrigeração e Ar Condicionado e conhecimentos básicos de elétrica e informática. – Conhecimentos em ar condicionado e refrigeração, com bons conhecimentos em sistema de refrigeração aplicado em ambientes conforto, Fan Coils, aparelhos de janela, splits, chillers, além de conhecimento em controles elétricos, automatização e pneumáticos, manutenção de compressores, bombas, válvulas controladoras, válvulas reguladoras, filtros, purgadores, separadores e estação redutora de pressão. Preferencialmente com conhecimentos específicos em grandes sistemas de ar condicionado. Deverá ser apresentada cópia de Diploma de Técnico em Mecânica
- 8.4.3. Auxiliar com prática em manutenção de ar condicionado em sistemas de ar condicionado em ambientes de conforto, em instalações de grande porte. Deverá ser apresentada cópia de Diploma de Ensino médio.
- 8.4.4. Verificado pelo fiscal técnico que o funcionário da Contratada não demonstra aptidão para o desempenho de suas funções no exercício regular do seu trabalho, na manutenção dos equipamentos, manuseio de ferramentas, organização e segurança no trabalho, no cuidado com as instalações e equipamentos, será solicitada sua substituição ao preposto.

9. Do Gerenciamento do Sistema

- 9.1. Serviços específicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva a serem efetuados em determinados locais em que haja necessidade de paralisação do sistema de climatização, deverão esses ser agendados com antecedência junto a Administração do Tribunal, salvo os casos emergenciais. Em casos não emergenciais poderão ser executados em finais de semana, feriados ou fora do horário de expediente, sempre a serem combinados previamente com a Administração do Tribunal, e sem quaisquer ônus adicionais.
- 9.2. Em acordo com a metodologia (ANVISA) publicada, a temperatura dos ambientes deverá estar em torno de 23°C com variação em 1°C. Casos extraordinários, serão tratados entre a contratada e a Administração do Tribunal.
- 9.3. Caberá à contratada avaliar o estado de funcionamento de todo sistema de filtragem, apresentando relatório com todas as observações pertinentes, mensalmente.
- 9.4. Deverá a contratada implantar sistema de gerenciamento de manutenção, computadorizado, no prazo máximo de 30 dias contados após o início de vigência do contrato, com as seguintes características:
- 9.4.1. Emissão e gerenciamento de ordens de serviço e solicitações de atendimento.
- 9.4.2. Programação de todas as manutenções preventivas e seus respectivos checklists.
- 9.4.3. Históricos de atendimentos, ordem de serviços e consumo de peças.
- 9.4.4. Gerenciamento do consumo e estoque mínimo de peças.
- 9.4.5. Gerenciamento da agenda de atividades da equipe técnica.
- 9.5. Caberá à contratada a designação de um profissional Técnico de Manutenção, para mensalmente, até o 15º dia do mês, realizar reuniões técnico-administrativas objetivando o bom andamento da manutenção do sistema.
- 9.6. A contratada deverá manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e em casos de necessidade de manutenção corretiva ou outra intervenção necessária os chamados deverão ser atendidos em trinta minutos.

10. Das Considerações Gerais

- 10.1. O pessoal designado para prestar serviços nas instalações do edifício sede judiciário deverá trabalhar em perfeitas condições de higiene, devidamente uniformizado, portando crachá de identificação com nome, foto, logotipo da empresa, e portando todos os equipamentos de proteção individual.
- 10.2. Deverá ser comprovada a escolaridade, cursos de especialização, e serviços prestados compatíveis com objeto desse memorial descritivo, de todos os funcionários integrantes da equipe operacional da contratada.
- 10.3. Deverá haver sistemas de comunicação imediata por intermédio de e-mail, telefonia móvel, fixo ou rádio chamada, cujos dados, tais como endereço de e-mail, número de telefones, etc, deverão ser divulgados à Administração do Tribunal.
- 10.4. A Administração do Tribunal poderá requerer junto ao preposto da Contratada que sejam tomadas as medidas cabíveis perante qualquer funcionário da Contratada, quando atitudes e ações dos mesmos forem inconvenientes às normas disciplinares do TRT.
- 10.5. Quando houver alguma reforma ou adequação em determinada área que inclua a desativação ou implementação com modernização de algum sistema de ar condicionado, refrigeração, ventilação, pressurização e exaustão mecânica, os equipamentos que compõem este sistema serão reduzidos ou incorporados por meio de termo aditivo ao contrato firmado com a contratada, com o desconto ou acréscimo conforme previsto em lei.
- 10.6. Sempre que necessário, a contratada deverá enviar outros profissionais, visando a manutenção dos referidos sistemas para mantê-los em totais condições de funcionamento. Os custos terão que ser antecipadamente apresentados em orçamento para apreciação da Administração do Tribunal.
- 10.7. Os serviços de supervisão e assistência técnica deverão ser prestados por equipe especializada em sistema de ar condicionado e refrigeração, pelos residentes ou por equipe terceirizada com serviços compatíveis, em acordo com objeto deste termo de referência, sendo todos os serviços de inteira responsabilidade da contratada.
- 10.8. As peças e os componentes substituídos deverão ser apresentadas ao Fiscal do Contrato para autorização para descarte;
- 10.9. A contratada obrigará-se a fornecer a seus funcionários todos os instrumentos, ferramentas, utensílios e equipamentos adequados para a execução dos serviços, relacionados neste Termo de Referência.
- 10.10. O transporte de materiais, componentes, peças, acessórios e de seus funcionários será de inteira responsabilidade da contratada;
- 10.11. Quaisquer modificações nos equipamentos existentes, quando solicitadas, sempre por escrito e com fundamentação técnica avalizada pelo Engenheiro da contratada, passarão por avaliação da Administração do Tribunal, que decidirá o assunto.
- 10.12. Os serviços que não estejam em concordância com as especificações técnicas requeridas, serão prontamente identificados e reprovados pela Administração do Tribunal.
- 10.13. A Contratante disponibilizará um ramal na sala dos técnicos, para chamadas internas, não sendo permitido chamadas externas. A Contratada será responsável pela instalação de uma linha telefônica fixa própria, com despesas a cargo da contratada, se entender necessário.
- 10.14. A Administração do Tribunal, sempre que entender necessário, solicitará a especificação técnica de peças e/ou acessórios, não isentando responsabilidade da contratada sobre esses quesitos.
- 10.15. Para atendimentos pela equipe residente, a contratada deverá fornecer à Administração do Tribunal as seguintes informações:
- a) Telefone Fixo, Celular e e-mail do Engenheiro mecânico da Contratada;
- b) Telefone Fixo, Celular e e-mail do Técnico Mecânico responsável pelo plantão;
- c) Telefone Fixo, Celular e e-mail que possa ser contatada a Contratada;
- 10.16. Os serviços que requeiram que os equipamentos sejam abertos, calibrados, usinados e remontados deverão ser realizados na oficina da contratada, excetuando-se os equipamentos que podem ser abertos e reparados no local em que se encontram instalados.
- a) É responsabilidade da contratada adequar o espaço cedido para montar seu escritório e oficina, fornecendo toda a mobília e equipamentos que julgar necessários tais como bancadas, computadores, aparelhos telefônicos (exceto aquele ligado ao ramal do Tribunal). A Contratante fornecerá mesas e cadeiras;
- b) O Tribunal disponibilizará toda a segurança do local e sistemas de apoio tais como: ramal com aparelho, energia elétrica, iluminação adequada, água potável e para higienização dos equipamentos, higienização periódica do local, gaveteiros de aço para pastas suspensas e armários em vestiários para os funcionários da contratada.
- 10.17. A manutenção preventiva será executada de acordo com rotinas de manutenção e operação próprias dos equipamentos e conforme descrito no item – Rotinas de Manutenção Preventiva deste Termo de Referência.

10.18. As manutenções corretivas e emergenciais serão executadas tantas vezes quantas se fizerem necessárias, conforme chamadas através do ramal interno fornecido pela Administração do Tribunal, devendo ser registradas em livro e fichas próprias para fins de controle e estatística mensal, sendo esse controle utilizado para melhor planejamento evitando a manutenção corretiva com as aplicações devidas das manutenções preventivas e preditivas.

10.19. A contratada deverá manter seus empregados devidamente uniformizados, com identificação própria, portando suas credenciais regulamentares e a documentação exigida por lei sem ônus adicionais para a Administração do Tribunal.

10.20. O fornecimento e uso dos EPIs serão obrigatórios e de inteira responsabilidade da contratada, atendida a NR6.

10.21. A contratada deverá orientar seus empregados quanto à obrigatoriedade de uso de roupas apropriadas nas áreas em que as mesmas forem exigidas.

10.22. Jornada de trabalho de acordo com a categoria. De segunda a sexta-feira das 7h às 19h, de maneira escalonada de modo a ter-se a equipe completa das 10h às 16h. Deverá ser mantida fora do horário acima estipulado, assistência técnica permanente para contatos de emergência quanto aos serviços de manutenção corretiva, sem ônus à Administração do Tribunal. A Contratada deverá alterar o horário de trabalho do prestador de serviço quando houver necessidade de plantão além do horário estipulado, a ser previamente informado pela Contratante, sem ônus ao Tribunal.

11. Das Rotinas de Manutenção Preventiva

11.1. Os checklists constantes do Anexo B são os mínimos a serem observados pela Contratada, salientando que a Contratada será responsável pela elaboração do PMOC e deverá elaborar o próprio checklist para Manutenção Preventiva, a ser aprovado pela Fiscalização do contrato.

12. Da Segurança do Trabalho

12.1. A empresa contratada para execução dos serviços deverá atender as seguintes recomendações:

12.1.1. Possuir e fornecer todos os equipamentos especializados, inclusive os Equipamentos de Proteção Individual- EPI (NR-06), para execução adequada dos serviços de limpeza e higienização requeridos;

12.1.2. A empresa contratada deverá possuir e manter atualizados os seguintes documentos, que poderão ser solicitados a qualquer momento pelo TRT:

- a) PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), conforme NR 07 do Ministério do Trabalho;
- b) PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), conforme NR 09 do Ministério do Trabalho.

13. Dos Equipamentos instalados no Edifício-Sede Judicial: Conforme ANEXO C

14. Dos Relatórios

14.1 Os relatórios de manutenção deverão ser assinados pelo(s) responsável(is), deverão estar legíveis e serem entregues na Coordenadoria de Manutenção aos cuidados da Seção de Máquinas e Hidráulica.

14.2. Os relatórios de análise do ar deverão ser assinados pelo(s) responsável(is), deverão estar legíveis e serem entregues por e-mail para manutencao.secadm@trt15.jus.br aos cuidados da Seção de Máquinas e Hidráulica.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.

30 meses. A critério das partes, sendo possível a prorrogação por prazo diverso do inicialmente firmado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, tudo conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017

Outro

2. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

2.1 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas

Pregão eletrônico

2.2 Forma de julgamento:

Menor preço

2.3 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)

Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

2.4. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

2.4 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Não

Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.

2.4.1 Fundamentação para a opção por SRP:

Não se aplica

2.4.2 Histórico de consumo:

Não se aplica

2.4.3 Estimativa de consumo:

Não se aplica

2.4.4 Quantidade para Consumo Imediato:

Não se aplica

2.4.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:

Não se aplica

2.4.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

Não se aplica

2.4.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?

| |
|--|
| Não se aplica |
| 2.4.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique |
| Não se aplica |

| 3. REQUISITOS TÉCNICO-LEGAIS DA CONTRATAÇÃO | | | |
|--|--|--|---|
| 3.1. Há critérios de sustentabilidade a serem observado? | | | |
| Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada: | | | |
| Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados: | | | |
| grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo) | Objeto/Item | Critério (somente é possível selecionar um item por linha) | Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério) |
| <div> <div></div> <div>todos os grupos</div> </div> | <div> <div></div> <div>todos os itens</div> </div> | <div> <div></div> <div>3.4.2. Ar condicionado</div> </div> | <div> <div></div> <div> Recomendações Nas atividades de manutenção predial deve-se prezar pela boa gestão do sistema de condicionamento de ar, por meio de ações como: • Especificação de equipamentos e aparelhos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), aposta ao produto e/ou embalagem, da classe de maior eficiência, representada pela letra "A"; Anexo 1 - Resolução CSJT Nº 310/2021 Anexo - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho 3325/2021 - Quinta-feira, 07 de Outubro de 2021 Conselho Superior da Justiça do Trabalho • Vedação de aparelhos de ar-condicionado que façam uso de gás refrigerante clorofluorcarbono "CFC" destrutivo à camada de ozônio, conforme disposto no Decreto nº 2.783/1998; • Aparelhos de ar-condicionado que respeitem o limite sonoro de 65 dB, máximo aceitável para ambientes internos, conforme Norma Regulamentadora MTE nº 17 e ABNT NBR 10152:2017; • Prazo de garantia igual ou superior a 2 (dois) anos para aparelhos e 5 (cinco) anos para compressores. Caso o fabricante e/ou fornecedor informem prazos superiores a esses, serão considerados os prazos mais vantajosos à contratante; e • Instalação por empresa credenciada pelo fabricante. Caso não seja credenciada, a empresa deve assumir todas as obrigações relativas à garantia do aparelho instalado. A contratada deve efetuar recolhimento e descarte de produtos eletroeletrônicos e seus componentes após utilização, bem como de seus resíduos e embalagens, enviando o material ao fabricante ou empresa recicladora onde ocorrerá reciclagem ou descarte ambientalmente adequado. Deverá, ainda, comprovar a destinação adequada por meio de histórico e documentações comprobatórias dos descartes efetuados. Os equipamentos irre recuperáveis ou antieconômicos devem ser inutilizados, descartados ou submetidos ao desfazimento com destinação ambientalmente adequada, de acordo com a natureza e tipo do bem. </div> </div> |

| | | | |
|-----------------|----------------|----------------------------|--|
| | | 2. Contratação de Serviços | <p>Normas gerais</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.❖ Decreto-Lei nº 5.452/1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).❖ Alto Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 – Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho – PNRSJT.❖ Decreto nº 10.936/2022 – Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.❖ Decreto nº 7.746/2012 – Critérios e práticas sustentáveis para contratações realizadas pela administração pública federal.❖ Resolução CNJ nº 400/2021 – Política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.❖ Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 – Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.❖ Instrução Normativa MPOG nº 05/2017 – Regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal.❖ Instrução Normativa Ibama nº 06/2013 – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP. <p>Recomendações gerais</p> <p>As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta devem observar os critérios e práticas de sustentabilidade62. Nos contratos para prestação de serviços, a Justiça do Trabalho deve:</p> <ul style="list-style-type: none">● Promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades;● Contribuir para a erradicação do trabalho infantil e para proteger o adolescente do trabalho ilegal;● Contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; e● Promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho63. <p>Inclusão Social</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Lei nº 8.213/1991 – Planos de Benefícios da Previdência Social.❖ Lei nº 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial.❖ Decreto nº 9.450/2018 – Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional. <p>62 Alto Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014, Decreto nº 7.746/2012 e Instrução Normativa MPOG nº 05/2017.</p> <p>63 Alto Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014.</p> <p>Anexo 1 - Resolução CSJT Nº 310/2021 Anexo - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho</p> <p>3325/2021 - Quinta-feira, 07 de Outubro de 2021 Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <p>Deve-se exigir das empresas contratadas para a prestação de serviços que empreguem um número de jovens aprendizes equivalente a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).</p> <p>Conforme estabelece o Decreto nº 9.450/2018, na contratação de serviços com valor anual acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), deve-se exigir da contratada o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressas do sistema prisional, nos termos dispostos na Lei nº 8.666/199364.</p> <p>A empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes proporções65:</p> <ul style="list-style-type: none">● 3% das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários;● 4% das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos e um a quinhentos funcionários;● 5% das vagas, quando a execução do contrato demandar quinhentos e um a mil funcionários; ou● 6% das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de mil empregados. <p>A contratada deverá cumprir as cotas raciais, de gênero e de pessoas com deficiência:</p> <ul style="list-style-type: none">● Gênero: manter o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de pessoas do sexo feminino;● Raça: manter um percentual mínimo de pessoas negras, visando atender ao disposto nos arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); e● Deficientes: cumprimento ao quantitativo mínimo previsto, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência. <p>Combate ao Trabalho Infantil e ao Trabalho Forçado</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Lei nº 8.069/1990 (ECA) – Estatuto da Criança e do Adolescente.❖ Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal. (Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo. Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência).❖ Decreto nº 5.017/2004 – Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas. <p>64 Conforme o § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666/1993, a administração pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização do reeducando.</p> <p>65 O Decreto nº 9.450/2018, em seu Art. 5, § 4º, prevê que a administração pública poderá deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável. Esse é o caso, por exemplo, das contratações de empresas de segurança privada, que deverão excepcionalizar a exigência da cota estabelecida no Decreto nº 9.450/18, visto que as pessoas presas e egressas dosistema prisional não terão como cumprir a exigência legal de não ter antecedentes criminais registrados.</p> <p>Anexo 1 - Resolução CSJT Nº 310/2021 Anexo - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho</p> <p>3325/2021 - Quinta-feira, 07 de Outubro de 2021 Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Decreto nº 6.481/2008 – Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da OIT que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.❖ Convenções da OIT nº 29 e nº 105 – Convenção concernente a trabalho forçado ou obrigatório / Convenção concernente à abolição do trabalho forçado.❖ Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016 – Regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.❖ Portaria MTB 1.293/2017 – Conceitos de trabalho em condições análogas à de escravo e Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, estabelecido pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016. <p>A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:</p> <p>a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:</p> <ul style="list-style-type: none">● Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXII) e 170 da Constituição Federal de 1988;● Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;● No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);● Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;● No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);● Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;● No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. <p>Saúde e Segurança do Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Normas Regulamentadoras MTE – nº 01 a nº 36 - As Normas Regulamentadoras (NR) são disposições complementares ao capítulo V da CLT, consistindo em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.❖ Norma Regulamentadora MTE nº 06 – EPI – Equipamento de Proteção Individual – EPI. <p>Nos contratos de prestação de serviços, deve-se obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.</p> <p>Nos termos de referência para contratação de serviços com mão de obra residente, deverá constar como obrigação da contratada assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98/2012.</p> <p>A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.</p> <p>Sustentabilidade</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.❖ Decreto nº 10936/2022 – Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Nos termos de referência para contratação de serviços com mão de obra residente, deverá constar como obrigação da contratada promover, nos três primeiros meses de contrato, curso sobre as práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão67, acerca de: <ul style="list-style-type: none">● Normas de segurança do trabalho;● Redução no consumo de energia, água e demais recursos naturais;● Gestão dos resíduos sólidos no ambiente onde se prestar o serviço;● Demais assuntos pertinentes, a serem definidos pela contratante. <p>Sugere-se que os cursos de formação sejam repetidos toda vez que 25% do efetivo presente nas dependências da contratante for constituído de trabalhadores novos, seja por substituição, seja por aumento no quantitativo. Ainda em relação aos serviços com mão de obra residente, a contratada deverá proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10936/2022.</p> |
| todos os grupos | todos os itens | | |

| | | |
|-----------------|----------------|---|
| todos os grupos | todos os itens | 1.1.7.3. Óleo Lubrificante Óleos lubrificantes que, em decorrência do seu uso normal ou por motivo de contaminação, tenham se tornado inadequados à sua finalidade original são considerados resíduos perigosos, por apresentarem alta toxicidade. Dessa forma, todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser recolhido, coletado e ter destinação final adequada, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação de seus constituintes. É responsabilidade do importador e/ou produtor coletar e dar a destinação final ao produto usado ou contaminado. Anexo 1 – Resolução CSJT Nº 310/2021 Anexo - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho 3325/2021 - Quinta-feira, 07 de Outubro de 2021 Conselho Superior da Justiça do Trabalho Normas específicas ✦ Resolução Conama nº 362/2005 – Recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado. ✦ Resolução ANP nº 804/2019 – Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional. Recomendações Empresas Na aquisição de óleo lubrificante, deve-se exigir o comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Instrução Normativa Ibama nº 06/2013, que regulamenta o CTF-APP, com prazo de validade em vigor. A validade do Certificado de Regularidade emitido pelo Ibama deverá ser consultada no sítio eletrônico do órgão. Gestão de Resíduos Conforme o art. 33 da Lei nº 12.305/2010, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de óleo lubrificante, seus resíduos e embalagens são obrigados a estruturar sistemas de logística reversa. Recomenda-se exigir que a contratada efetue o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagem, conforme disposto na Resolução Conama nº 362/2005 (ver item "Critérios e Práticas de Sustentabilidade"). |
| todos os grupos | todos os itens | 2.6 Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos Recomendações Nos contratos de manutenção de equipamentos, utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente. Para execução dos serviços, a contratada deverá utilizar produtos de limpeza, lubrificação, antiferrugem, dentre outros, menos ofensivos, conforme previsto na Instrução Normativa SLT/MP/OG nº 01/2010, que estabelece como possível critério de sustentabilidade que os bens sejam constituídos por material atóxico e biodegradável. A contratada deve efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão, procedendo ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de resíduos de logística reversa, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 10.936, de 2022 |
| | | |
| | | |

| | | |
|--|-----|---------------|
| Há especificação de ROHs? | Não | Não se aplica |
| Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar: | | |
| Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT. Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição | | |

| |
|--|
| 3.2 ARQUIVOS |
| Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados? |
| Não se aplica |
| Indicar anexo ou local em que pode ser baixado |
| No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer: |

| | |
|---|--|
| 3.3 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário) | |
| A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível. | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Operacional: Atestado(s) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado, satisfatoriamente, serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do edital, qual seja manutenção em pelo menos um sistema de de ar condicionado com chiller e VRF. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com a IN 05/2017, ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO. "10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante: b) comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata a alínea "b" do subitem 10.6 acima, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos" |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Registro da empresa no respectivo conselho profissional: Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou junto a outro Conselho de Profissionais com atribuição para a presente contratação, comprovando sua validade. Caso a empresa vencedora tenha registro no CREA ou em outro Conselho com atribuição para o objeto em questão, em seccional distinta do local da prestação dos serviços, será exigido o visto no respectivo Conselho do Estado de São Paulo, no momento da assinatura do contrato. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico). Atestado de capacidade técnico-profissional emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou outro CONSELHO DE PROFISSIONAIS com atribuição para a presente contratação, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA ou outro Conselho de Profissionais, da qual conste a execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste Edital, qual seja, manutenção em sistema de refrigeração contendo ao menos um Chiller a Ar com capacidade de 120 TR e uma Condensadora tipo VRF com capacidade de 200.000BTU |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA ou por outra entidade profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços semelhantes ao objeto deste Edital, qual seja: manutenção em sistemas de ar condicionado. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo: 1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; 2) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente; 3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; 4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da contratação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura. |

| |
|---|
| 3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA? |
| Sim |
| Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade): Deverão ser observadas na prestação de serviços as Normas específicas e usuais ao exercício das respectivas atividades e funções, principalmente as Normas: NBR 16.401, NBR 14.644, NBR 7.256, NBR 13.971, NBR 5.410, SBCC-RN-001/002/003/004, RDC nº 50, Portaria nº 3.523 de 1998 e Resolução – RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, do Ministério da Saúde e demais normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e/ou qualquer outro normativo vigente. |

| | | | |
|--|---|---|---|
| | | | |
| 4. VISTORIA / VISITA TÉCNICA | | | |
| Há previsão de vistoria/visita técnica? | | | |
| Facultativa | | | |
| | | 1. Para a correta elaboração de sua proposta, a empresa poderá proceder a uma vistoria prévia dos locais onde os serviços serão executados. Para tanto, deverá haver prévio agendamento junto à Unidade a ser vistoriada, em dias úteis, das 12:00 h às 17:00 h. 2. É de inteira responsabilidade da empresa apurar na vistoria todas as interferências, peculiaridades, dificuldades, condições locais, medidas, quantidades e técnicas necessárias à perfeita execução do objeto, inserindo os respectivos custos no valor final de sua proposta financeira. 3. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos ou aspectos que impossibilitem a execução dos serviços. | |
| Se sim. Justificar: | | | |
| OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário) | | | |
| 4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário): | | | |
| Agendar com antecedência de 48 horas com a Coordenadoria de Manutenção pelo e-mail manutencao.secadm@trt15.jus.br ou ainda pelo telefone (19) 3231- 9500 ramal: 2208 ou 2205 a/c Paulo Fernando Furlan e/ou Maria Aparecia Gruli Deboni Leoncini | | | |
| 5. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS | | | |
| 01/10/2022 | | | |
| 6. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS | | | |
| Conforme abaixo: | | | |
| Endereço | Horário | Dias da semana/Outro | Agendamento, indicar nome, telefone/ramal |
| Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas - SP | 07h às 19h podendo ocorrer em outro horário de acordo com a necessidade do TRT. | Dias úteis, podendo ocorrer em finais de semana e feriado a depender da necessidade do TRT. | Agendar com a Coordenadoria de Manutenção pelo e-mail manutencao.secadm@trt15.jus.br ou ainda pelo telefone (19) 3231- 9500 ramal: 2208 ou 2205 |
| Outros: | | | |
| 7. GARANTIA | | | |
| 7.1 Garantia do objeto | | | |
| Especificar o objeto e a qual grupo se refere: | | | |
| As garantias do objeto, contadas do seu recebimento definitivo, serão: a) de, no mínimo, 06 meses, para peças e componentes caso não sejam indicados outros prazos de garantias pelos fabricantes. b) de, no mínimo, 3 (três) meses para os serviços executados. O prazo para atendimento da garantia será de 15 dias a contar da comunicação do defeito/problema. No caso do descumprimento desse prazo serão aplicadas as mesmas sanções previstas no item "Sanções". A garantia de peças e componentes será validada de acordo com as recomendações do fabricante e tal garantia será contada a partir da emissão do relatório correspondente. Dentro desse período de garantia, a CONTRATADA deverá proceder às correções, substituições e reparos necessários, sem qualquer ônus para o TRT. A garantia das peças e componentes será determinada de acordo com o que for estabelecido em cada orçamento a ser elaborado pela CONTRATADA, na ocasião da necessidade de troca de peças. Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado. | | | |
| 7.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais) | | | |
| A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: 1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato; 2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e 3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato. | | | |
| 5% | | | |
| Justificativa | Tendo em vista o custo dos equipamentos envolvidos e o vulto da contratação | | |
| 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA | | | |
| Especificações: | | | |
| 8.1. Obrigações da Contratante (TRT) | | | |
| 1) proporcionar todas as facilidades necessárias à execução deste contrato, mantendo o acesso às dependências correlatas livre e desimpedido; 2) interromper imediatamente o funcionamento dos aparelhos quando apresentarem irregularidades, comunicando de imediato o fato à CONTRATADA; 3) executar os serviços que fuja à especialidade da CONTRATADA, mas indicados por ela como necessários para a segurança e o bom funcionamento dos aparelhos; 4) dar providências às recomendações da CONTRATADA concernentes às condições e ao uso correto dos aparelhos, divulgando orientações e fiscalizando procedimentos; 5) autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por lei ou por determinação de autoridades superiores; e 6) efetuar o pagamento dos serviços contratados, no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento. | | | |
| 8.2. Obrigações da Contratada | | | |
| PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO | | | |
| O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução n° 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada. | | | |

Além das rotinas elencadas na descrição detalhada do objeto a contratada deverá ainda:

1. indicar preposto e disponibilizar número de telefone para rápido e fácil contato para, durante todo o período de vigência, representá-la na execução dos serviços contratados. Em caso de necessidade de substituição desse preposto, durante a vigência deste contrato, o TRT deverá ser previamente notificado, com as informações sobre o novo preposto;
2. cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com o gestor do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados. Responder, por intermédio do preposto ou outro funcionário com competência equivalente ou superior, os pedidos de esclarecimentos formulados pela Fiscalização em até 24 horas, após contato telefônico ou por e-mail, salientando que o descumprimento desta obrigação poderá ensejar sanções previstas no contrato;
3. manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRT a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
4. cuidar da apresentação pessoal dos seus empregados, mantendo-os devidamente identificados por crachá e uniforme, conforme disposto neste contrato;
5. responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, produtividade, comportamento, disciplina e confiabilidade de seus funcionários durante o desenvolvimento das suas atividades no âmbito do TRT;
6. responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos serviços contratados, inclusive a de pagamento de seguro contra acidentes de trabalho, responsabilizando-se também por danos a terceiros;
7. acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus funcionários, as disposições contidas na legislação específica do trabalho;
8. orientar seus funcionários a circularem somente em áreas a eles autorizadas, sempre devidamente identificados com o crachá e usando uniforme limpo e passado;
9. comunicar à Administração do TRT, por escrito, qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
10. arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto do contrato;
11. fazer com que seus empregados observem rigidamente as normas disciplinares do TRT;
12. acatar as decisões e observações feitas pela Administração ou pelo gestor do contrato, relativamente à prestação dos serviços;
13. administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
14. informar seus funcionários que em nenhuma hipótese há vínculo empregatício com o TRT, e que a CONTRATADA responderá única e exclusivamente pelas ações trabalhistas impetradas por seus funcionários, relativas ao período em que trabalharam nas dependências do TRT, isentando este, desde já, de quaisquer ônus, processuais e financeiros, decorrentes dessas demandas;
15. registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao TRT o acesso ao controle de frequência;
16. responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do TRT onde devem ser executados os serviços, por meio próprio ou mediante vale-transporte, nos termos da Lei n.º 7.418/85, regulamentada pelo Decreto n.º 95.247/87. Tal responsabilidade persiste inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos;
17. providenciar para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite a consulta e recebimentos de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;
18. providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
19. efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;
20. pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
21. responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRT;
22. responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em trânsito no trajeto relativo ao trabalho;
23. responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
24. apresentar, no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:
 - a) até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF. Em nenhuma hipótese será admitido o acesso às dependências de prestação dos serviços de empregados que não constem da referida relação. Eventuais alterações dessa relação devem ser imediatamente comunicadas ao gestor;
 - b) até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, inclusive após a admissão de novo empregado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, onde constem fotografia, dados pessoais do empregado e o contrato de trabalho, além dos laudos dos exames médicos admissionais;
 - c) até 30 (trinta) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:
 - c.1) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - c.2) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - c.3) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.
25. apresentar ao TRT a nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, dos serviços prestados, emitida a partir do 1º dia útil do mês subsequente a que se referem, acompanhada do relatório mensal de frequência relativo ao mês faturado, contendo faltas, licenças, férias e substituições dos funcionários, apurados conforme o item "15", com o visto do gestor deste contrato, observado modelo constante do anexo deste instrumento;
26. apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da solicitação do TRT, os seguintes documentos: a) extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o TRT; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários; c) os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; d) os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei; e) demais documentos concernentes à relação entre os empregados e a CONTRATADA, tais como: alterações de contrato de trabalho, controle de horas, recibos de entrega dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), Atestado de Saúde Ocupacional, Comunicado de Acidente do Trabalho, Aviso de Concessão de Férias, Recibo de Pagamento de Férias, Aviso Prévio e Pedido de Demissão, Comunicado de Dispensa e Requerimento de Seguro Desemprego; f) outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.
27. não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
28. não ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato a terceiros, salvo nas hipóteses de transformação empresarial a que se refere a cláusula vinte e quatro, desde que previamente autorizada por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;
29. manter durante a vigência deste contrato, devidamente válidos e atualizados, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet: a) expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão de Regularidade relativa às contribuições sociais, a créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União. b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF). c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
30. elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
31. elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
32. preencher, durante toda a vigência deste contrato, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas previstas neste contrato por trabalhadores afrodescendentes, conforme disposto na Resolução CSJT nº 131/2013; 34. manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRT ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução deste contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

33. não veicular, sob nenhuma hipótese, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato;

34. dar conhecimento prévio à fiscalização do TRT das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, férias, exclusões ou inclusões necessárias.

35. manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e substituir os danificados no prazo máximo de 5 (cinco) dias. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

36. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, entre outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do TRT;

37. Respeitar, e fazer com que seus funcionários respeitem, as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do TRT;

38. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do TRT, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, ou igualmente de seus funcionários, durante a execução deste contrato;

41. Comunicar à Administração do TRT qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

39. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

40. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

41. Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento das unidades do TRT;

42. Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como: a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes; b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; c) Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA; d) Racionalização do consumo de energia elétrica e de água, adotando medidas previstas cabíveis nos termos da Lei 9.433/1997 bem como legislação local; e) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação; f) Orientação periódica dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e g) Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído; observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

43. responder, nos prazos legais, por todos os benefícios decorrentes da prestação do serviço, tais como: cesta básica, tiquete-refeição ou auxílio alimentação, auxílio creche, e quaisquer outros exigidos pela Convenção Coletiva da categoria ou que porventura venham a ser criados e exigidos pelo Poder Público;

44. providenciar, em caso de greve da categoria, contingente mínimo necessário para o fiel cumprimento do objeto contratado.

45. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região. Além disso, para adentrar nos prédios do Tribunal, está sendo exigido o gesto vacinal completo.

46. fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao acesso da CONTRATADA e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD);

47) Indicar tombo, marca e modelo do equipamento que eventualmente venha necessitar de substituição de peças;

48) Responsabilizar-se tecnicamente pela escolha das peças a serem substituídas, ratificando em até 02 dias úteis se as peças indicadas pelo TRT são compatíveis para o conserto do equipamento.

49) Enviar, por e-mail, fotos em formato digital das peças que serão substituídas, indicando se possível os principais fabricantes existentes no mercado que atendam plenamente o conserto.

49.1.) Observar as seguintes orientações:

i) apresentar à Unidade relatório detalhado, indicando o problema verificado e relacionando as peças necessárias para solução do mesmo, no prazo máximo de 48 horas a contar do dia da verificação do problema;

ii) a relação de peças deverá conter a descrição detalhada do componente/peça a ser adquirido pela Contratante, incluindo todas as especificações necessárias para aquisição da peça/componente, como código da peça, tipo, modelo; especificações do equipamento onde a mesma será utilizada; indicação de marcas compatíveis ou apresentar justificativa técnica para aquisição de determinada marca;

iii) apresentar à Unidade o preço de referência para a aquisição das mesmas, podendo ser apresentada tabela de preços do fabricante ou no mínimo um orçamento de empresas fornecedoras;

iv) a própria Contratada poderá fornecer as peças/componentes, desde que apresente à Unidade no mínimo 3 orçamentos de empresas fornecedoras. Referidos orçamentos serão previamente aprovados pelo Tribunal e o serviço será executado após emissão de nota de empenho para aquisição das peças/componentes necessários, em favor da Contratada;

v) após apresentação do relatório do problema, descrição da peça/componente e apresentação de orçamento referencial pela Contratada, o Tribunal poderá solicitar à Contratada análise da melhor proposta encontrada para fornecimento do componente necessário, sendo que a empresa deverá responder acerca da compatibilidade no prazo de 48 horas. O Tribunal poderá consultar a Contratada reiteradas vezes acerca de compatibilidade de peças indicadas pelo mercado ou ainda para sanar outras incertezas;

vi) A Contratada deverá providenciar a substituição da peça/componente defeituoso no menor tempo possível, para verificação da adequação da mesma, considerando prazo máximo de 48 horas

50. A Contratada deverá atender tanto quanto possível a res. CNJ 307/2019, acerca da inclusão social de egressos, abaixo transcrita:

"Art. 11. Na contratação de serviços, os órgãos do Poder Judiciário deverão observar o emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional pela empresa contratada, na seguinte proporção:

I – quatro por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta ou menos funcionários;

II – cinco por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta e um a oitenta funcionários; ou

III – seis por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de oitenta funcionários.

§ 1º A efetiva contratação do percentual indicado nos incisos I a III do caput será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato.

§ 2º O percentual descrito deverá ser respeitado durante toda a execução do contrato, cabendo ao Poder Judiciário fiscalizar seu cumprimento."

51. responder, por intermédio do preposto ou outro funcionário com competência equivalente ou superior, os pedidos de esclarecimentos formulados pela Fiscalização em até 24 horas, após contato telefônico ou por e-mail.

9. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

| | |
|--|--|
| Gestor do Contrato: | Maria Aparecida Grulii Deboni Leoncini |
| Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal): | Maria Angelica Marques |

9.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

Não se aplica

9.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

Não se aplica

9.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Os prazos de garantia serão acompanhados pela Seção de Máquinas e Hidráulica da Coordenadoria de Manutenção

9.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

| Tipo | Forma | Periodicidade | Emissor |
|-------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| <input type="checkbox"/> | Encaminhamento de Ordem de Serviço | Conforme especificações da descrição | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | E-mail | Quando necessário | Coordenadoria de Manutenção |
| <input type="checkbox"/> | Abertura de chamado | Conforme especificações da descrição | |
| <input type="checkbox"/> | Reunião Presencial | Quando necessário | |
| <input type="checkbox"/> | Reunião Videoconferência | Quando necessário | |
| <input type="checkbox"/> | Telefone | Quando necessário | Coordenadoria de Manutenção |
| <input type="checkbox"/> | Outra | | |

9.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

Mediante ateste da nota fiscal

9.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

*Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.

9.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento

| | |
|---|---|
| Indicador 1 | Atender ao prazo e Rotinas de Manutenção Preventiva - apresentar Relatório das Manutenções |
| Finalidade | Manter o pleno funcionamento do sistema de ar condicionado |
| Meta a cumprir | Executar todo o checklist de manutenção preventivas a serem apresentadas pela empresa contratada, nas prazos indicados. |
| Instrumento de Medição | Relatório das Manutenções a ser apresentado para o Fiscal do Contrato. |
| Forma de Acompanhamento | Pelo Fiscal Técnico |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de cálculo | Serão contados os dias de atraso na realização das manutenções preventivas |
| Faixas de Ajuste no pagamento mensal | - até 5 dias de atraso dos prazos previstos no CHECK LIST= 100% (cem por cento); - de 6 a 10 dias de atraso após os prazos previstos no CHECK LIST = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - de 11 e 15 dias de atraso após os prazos previstos no CHECK LIST= 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento) |
| Sanções | Acima de 15 (quinze) dias de atraso, conforme cláusula de sanções |
| Indicador 2 | Pontualidade de atendimento das MANUTENÇÕES CORRETIVAS |
| Finalidade | Garantir a realização tempestiva das manutenções corretivas |
| Meta a cumprir | Iniciar o atendimento em até 01(um) dia úteis após a abertura do chamado |
| Instrumento de Medição | Ordens de Serviço a serem abertas no recebimento das solicitações |
| Forma de Acompanhamento | Pelo Fiscal Setorial |
| Periodicidade | Por evento |
| Mecanismo de cálculo | Serão contados os dias corridos de atraso na realização da manutenção corretiva |
| Faixas de Ajuste no pagamento mensal | - até o 2º dia útil = 100% (cem por cento); - até o 3º dia útil após a abertura do chamado = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - entre o 4º (quarto) e o 7º (sétimo) dia útil após a abertura do chamado = 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento). |
| Sanções | Acima de 7 (sete) dias de atraso, conforme cláusula de sanções. |
| Indicador 3 | Pontualidade de Atendimento das Manutenções Emergenciais |
| Finalidade | Garantir a celeridade no atendimento de manutenções emergenciais |
| Meta a cumprir | Iniciar o atendimento em até 2 horas, a partir do chamado |
| Instrumento de Medição | Ordens de Serviço a serem abertas no recebimento das solicitações |
| Forma de Acompanhamento | Pelo Fiscal Setorial |
| Periodicidade | Quando ocorrer o evento |
| Mecanismo de cálculo | Serão contadas e somadas as horas inteiras que excederem os prazos estabelecidos nas metas a cumprir, para todos os chamados de manutenção emergencial ocorridos no mês e que forem atendidos com atraso. |
| Faixas de Ajuste no pagamento mensal | • 0 hora = 100% (cem por cento) • de 1 a 12 horas = 99,00% (noventa e nove por cento) • de 12 a 24 horas = 96,00% (noventa e sete por cento) |
| Sanções | acima de 24 horas, conforme item sanções |

9.9 Sanções

1. O atraso injustificado na execução dos serviços contratados implicará as seguintes multas à CONTRATADA, cumulativamente consideradas e calculadas sobre o valor mensal dos serviços vigentes no mês da ocorrência do inadimplemento, sem prejuízo do IMR estabelecido neste instrumento:

a) 1% (um por cento) por dia de atraso que exceder o prazo máximo das faixas de ajuste do indicador 1 do IMR, considerado a partir do primeiro dia útil posterior;

b) 1% (um por cento) por dia de atraso que exceder o prazo máximo das faixas de ajuste do indicador 2 do IMR; e

c) 1% (um por cento) por hora de atraso que exceder o prazo máximo das faixas de ajuste do indicador 3 do IMR.

2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa, por evento, de 5% (cinco por cento) do valor mensal dos serviços vigentes no mês da ocorrência do inadimplemento.

3. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro, sendo considerada reincidente a inexecução ocorrida antes de completados 12 (doze) meses da mesma inexecução anterior, contados a partir da ocorrência.

4. As penalidades de multa estabelecidas nesta cláusula ficam limitadas a 10% (dez por cento) do valor total deste contrato.

5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.

6. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do art. 86, da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.

7. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

8. O atraso injustificado na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva por período superior a 20 (vinte) dias ou o atraso injustificado no atendimento de chamados de manutenção emergencial por período superior a 96 (noventa e seis) horas, caracterizará a inexecução total das respectivas obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral da contratação, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa da PRESTADORA DE SERVIÇOS.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

| | | | | |
|-----------------|-----------|--------------------|-------------------|--|
| conforme abaixo | | | | |
| Item | Descrição | Valor Mensal (R\$) | Valor Total (R\$) | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS

| | |
|-------------------------------|---|
| Data: | 17/05/22 |
| Número do PROAD aberto | 10509/2022 |
| Área Demandante: | Coordenadoria de Manutenção |
| Área Requisitante: | Seção de Máquinas e Hidráulica |
| | <input checked="" type="checkbox"/> Contrato/ata vence nos próximos 4 meses |

| | | |
|----------------------|--------------------------|--|
| Contratação urgente? | <input type="checkbox"/> | Contratada está com certidão irregular |
| | <input type="checkbox"/> | Houve rescisão do contrato |
| | <input type="checkbox"/> | Outra justificativa: |

CONTRATAÇÃO É URGENTE

| |
|--|
| Catálogo (CATMAT/CATSER) |
| 22454 |
| Ar condicionado - manutenção sistema central |
| |
| |

| |
|---|
| 1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) |
| É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)? |
| Não |
| Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo. |
| 1.1 Fundamentação para a opção por SRP: |
| Não se aplica |
| 1.2 Histórico de consumo: |
| Não se aplica |
| 1.3 Estimativa de consumo: |
| Não se aplica |
| 1.4 Quantidade para Consumo Imediato: |
| Não se aplica |
| 1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição: |
| Não se aplica |
| 1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido: |
| Não se aplica |
| 1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ? |
| Não se aplica |
| 1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique |
| Não se aplica |

| |
|---|
| 2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA? |
| Sim |
| Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade): |
| Deverão ser observadas na prestação de serviços as Normas específicas e usuais ao exercício das respectivas atividades e funções, principalmente as Normas: NBR 16.401, NBR 14.644, NBR 7.256, NBR 13.971, NBR 5.410, SBCC-RN-001/002/003/004, RDC nº 50, Portaria nº 3.523 de 1998 e Resolução – RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, do Ministério da Saúde e demais normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e/ou qualquer outro normativo vigente. |

| |
|---|
| 3. OBJETO |
| 3.1 Descrição Detalhada do Objeto |
| 1 - Do Objeto |
| 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado instalados no Edifício Sede Judicial deste E. Tribunal, com disponibilização de mão de obra residente e não residente, incluindo o fornecimento dos materiais, ferramentas, instrumentais e equipamentos, inclusive de proteção, necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços. A presente contratação inclui todas as atividades e serviços necessários para a efetiva manutenção e conservação dos sistemas, relacionados à seguir, além de outros inerentes e não relacionados: a) manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado instalado no Edifício Sede Judicial do TRT 15ª Região, incluindo automação do sistema, ventilação, pressurização e exaustão mecânica, tratamento químico de água gelada e de condensação de todo o sistema, conforme especificações constantes deste Termo de Referência e com o fornecimento de peças e serviços específicos, como referência, constantes do Anexo "A"; b) elaboração do PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), conforme Lei 13.859/2018. A Contratada terá prazo máximo de 45 dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, para apresentação do PMOC à Fiscalização do Contrato; c) análise da qualidade do ar coletado em todos os ambientes por laboratório credenciado junto à ANVISA com emissão de relatório semestral, conforme PMOC elaborado pela Contratada. 1.2. A empresa será responsável pela atualização do sistema de automação e gerenciamento instalado, que gerencia todo o sistema de ar condicionado central do prédio, com exceção dos equipamentos do tipo cassete e dos equipamentos instalados no primeiro e segundo pavimentos, as licenças serão de propriedade do Tribunal. O Tribunal será responsável pela aquisição dos periféricos necessários para interligar o sistema de gerenciamento ao sistema instalado no primeiro e segundo pavimentos, conforme necessário. 1.3. Deverão ser observadas na prestação de serviços as Normas específicas e usuais ao exercício das respectivas atividades e funções, principalmente as Normas: NBR 16.401, NBR 14.644, NBR 7.256, NBR 13.971, NBR 5.410, SBCC-RN-001/002/003/004, RDC nº 50, Portaria nº 3.523 de 1998 e Resolução – RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, do Ministério da Saúde e demais normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e/ou qualquer outro normativo vigente. |
| 2. Da Qualificação Técnica |
| 2.1. Deverão ser apresentados os documentos de habilitação técnica constantes no item específico de Qualificação Técnica; |
| 3. Das Manutenções e Serviços: |
| A Contratada será responsável pela execução de todos os serviços necessários para o adequado funcionamento do sistema de climatização do prédio, combinando todas as ações técnicas e administrativas, incluindo as de supervisão, destinadas a manter ou recolocar os equipamentos no estado no qual possa desempenhar a função requerida. |
| 3.1. Manutenção Preventiva: ação desenvolvida através do trabalho de acompanhamento e monitoramento das condições dos equipamentos, de seus parâmetros operacionais e o tempo estabelecido pelo fabricante dos componentes quanto à sua otimização e após vencimento, acompanhar com maior rigor os efeitos de diminuição de rendimento do componente, programando a parada técnica para a substituição; |
| 3.2. Manutenção Preditiva: ação desenvolvida através do trabalho de acompanhamento e monitoramento das condições dos equipamentos, de seus parâmetros operacionais e o tempo estabelecido pelo fabricante dos componentes quanto à sua otimização e após vencimento, acompanhar com mais rigos os efeitos de diminuição de rendimento do componente, programando a parada técnica para substituição; |

3.1.3. Manutenção Corretiva: ação desenvolvida com o objetivo de fazer retornar às condições de funcionamento de um equipamento após a ocorrência de defeito ou falha, no prazo máximo de 24 horas, sendo essa condição uma ação extraordinária e esporádica, diante das aplicações das manutenções preventivas e preditivas.

3.1.4. Ordem de Serviço (O.S): é o documento emitido para a realização de qualquer trabalho executado pelas equipes de manutenção. Nos casos de manutenção preventiva a O.S. será emitida de acordo com a programação estabelecida. Para os casos de manutenção corretiva, serviços extra-manutenção, retrabalho ou outros, a O.S. poderá ser emitida durante ou até mesmo, em casos emergenciais, após a conclusão dos eventos. Deverá conter os seguintes campos obrigatoriamente: data, horário, equipamento com o código conforme ANEXO B, tipo de manutenção, com o diagnóstico da sua causa, atividades ou serviços executados, relação das peças a serem substituídas se for o caso, tempo de execução e outros quando necessário, assinatura e nome do executante bem como do usuário, assinatura do Técnico designado pela Administração do Tribunal.

3.1.5. Relatório Mensal de Manutenção: é o instrumento de apresentação dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva desenvolvido pela Contratada. Deverá conter relatórios e O.S., conforme modelo previamente aprovado, com descrição do nome e função dos funcionários, data, local, horários de início e término, tempo, relação de pendências, visto do executante e assinatura do Técnico designado pela Administração do Tribunal, conforme previsto no item 3.1.4. Em caso de manutenção corretiva deverá constar da ordem de serviço o tempo decorrido entre o chamado e a efetiva intervenção. O relatório deverá conter ainda, programação de serviços de manutenção do próximo período, dividido em serviços preventivos, pendentes e históricos dos equipamentos.

4. Da Prestação de Serviços e Metodologia

4.1. A contratada deverá prestar serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos equipamentos de ar condicionado – água gelada, automatização, self e split – e do sistema de ventilação, pressurização e exaustão em todas as suas instalações, com ferramental próprio e pessoal técnico especializado, devidamente uniformizado e identificado.

4.2. Os serviços deverão ser executados na forma e condições determinadas pela Administração do Tribunal.

4.2.1. Os chamados técnicos de serviços de manutenção corretiva, inclusive os que se encontrarem em garantia, conforme previsto no item anterior, deverão ser atendidos pela Contratada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da data de abertura do chamado, não havendo limite para o número de chamados.

4.2.2. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser concluídos no atendimento do chamado, ou até o prazo de 48 horas do atendimento inicial, se houver justificativa para tal, sempre lançada em relatório.

4.2.3. Em caso de serviços emergenciais, assim consideradas pelo TRT aquelas imprescindíveis ao funcionamento das atividades, a empresa deverá executá-los no prazo máximo de 12 (doze) horas após o acionamento, salvo quando a dilação deste prazo for expressamente justificada através de parecer técnico aplicável ao caso.

4.3. Todos os serviços deverão obedecer à melhor técnica vigente, enquadrando-se rigorosamente nos preceitos das normas técnicas/ABTN referentes às instalações mecânicas e elétricas.

4.4. A execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva deverá ser realizada por 02 (dois) técnicos especializados em ar condicionado e 02 (dois) auxiliares prático que deverão prestar seus serviços durante todo o período de funcionamento do Tribunal, das 7h às 19h, em jornadas de 8h, em horários a serem definidos pela Administração do Tribunal. Também deverão dar assistência aos plantões judiciários em finais de semana e em feriados durante o ano todo, e aos eventos ocasionais em horário noturno.

4.5. Ficará sob a responsabilidade da contratada a prestação de serviços de assistência técnica especializada para manutenção preventiva, corretiva, preditiva e operação dos sistemas de ar condicionado, automação do sistema, ventilação, pressurização e exaustão mecânica, supervisão predial e tratamento químico de água gelada instalado bem como gerenciamento dos equipamentos integrantes dos sistemas conforme horários indicados neste descritivo.

4.6. A manutenção preventiva, preditiva e corretiva do objeto desta licitação deverá ser feita no sentido de se atingir as metas abaixo:

4.6.1. Manter o sistema de ar condicionado em perfeitas condições de funcionamento através do cumprimento de toda a programação de manutenção.

4.6.2. Após a substituição dos filtros, efetuar a certificação das áreas que sejam atendidas por equipamentos com filtragem no mínimo classe A1, através de empresa especializada, previamente aprovada pela Administração do Tribunal com o respectivo recolhimento da ART.

4.6.3. Efetuar a análise microbiológica do ar ambiente climatizado com periodicidade semestral, conforme determina a legislação vigente, salvo os casos de solicitação.

a) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle ambiental de possível colonização, multiplicação e disseminação de fungos em ar ambiental interior com periodicidade semestral;

b) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle de processo de renovação de ar em ambiente climatizado com periodicidade semestral (marcador epidemiológico: CO²);

c) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle de processo de climatização de ar em ambientes climatizados (marcadores: temperatura do ar, umidade do ar e velocidade do ar);

d) Efetuar pesquisa, monitoramento e controle de aero dispersóides totais em ambientes interiores climatizados com periodicidade semestral (marcador epidemiológico: poeira total);

e) Responsabilidade técnica, relativa à análise da qualidade do ar, proveniente de laboratório;

f) Portanto deverão ser providenciadas avaliações biológica, química e física das condições do ar interior dos ambientes climatizados, com fornecimento de laudo respectivo;

g) Promover a correção das condições encontradas mantendo disponível o registro das avaliações e correções realizadas;

h) Os procedimentos de amostragem, medições e análises laboratoriais deverão ter responsável técnico de nível superior, com habilitação na área de química ou área de biologia, tudo elaborado por laboratório credenciado junto à ANVISA.

4.7. Efetuar as análises termográficas nos painéis das máquinas constantes na relação do ANEXO B, anualmente conforme cronograma a ser fornecido pela contratada no primeiro mês de vigência do contrato, e a cada prorrogação se houver, gravando as mesmas em mídia DVD, com relato integral dos pontos e partes vistoriadas, inclusive com o recolhimento da ART dos serviços, atentando para o que segue.

I. O ensaio de termografia deverá ser desenvolvido em horário de maior pico e carga da instalação, registrando-se a temperatura ambiente e os dados nominais da instalação.

II. Efetuar manutenção corretiva nos quadros de força e de comando, apontados pela termografia.

III. Efetuar em seguida nova termografia para constatar a eliminação dos defeitos.

IV. Efetuar anualmente nova termografia e, se necessário, repetir os procedimentos dos incisos II e III acima, com recolhimento da ART dos serviços.

4.8. Manter o sistema balanceado em termos de temperatura, pressão de trabalho e vazões de ar e água conforme projeto.

4.9. Estudo, análise e proposta para melhoria do sistema quando necessário e quando solicitado pela Administração do Tribunal.

4.10. A contratada deverá prestar manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos relacionados no ANEXO C, por intermédio de profissionais habilitados pelos fabricantes e no caso de garantia com o próprio fabricante ou empresas credenciadas com a supervisão da empresa Contratada;

4.11. Caberá à contratada seguir a rotina de manutenção conforme ANEXO B.

4.12. Deverá elaborar planilha e mantê-la atualizada, relacionando todos os equipamentos especificando marca, modelo e tipo. Incluem-se nessa planilha a listagem os motores e os controladores (termostatos, umidostatos, entre outros).

4.13. As planilhas de checagem deverão ser preenchidas e a cada mês deverá ser fornecido um relatório contendo as planilhas que serão encaminhadas à Administração do Tribunal, juntamente com o Relatório Técnico das chamadas recebidas e atendidas.

4.14. A contratada fornecerá cronograma anual de manutenção preventiva dos equipamentos, devendo o mesmo ser revisado e reavaliado periodicamente.

4.15. A contratada fornecerá cronograma anual de manutenção preditiva dos equipamentos críticos, devendo o mesmo ser revisado e reavaliado periodicamente.

4.16. Caberá à contratada, o fornecimento, guarda e aplicação dos produtos químicos utilizados nos sistemas de águas gelada das instalações do edifício sede judicial, conforme objeto desta licitação, responsabilizando-se pelo atendimento das exigências relativas à dosagem especificada através de boletins técnicos a serem elaborados pela contratada, através de análises de água que deverão ser realizadas em todos os sistemas.

a) O tratamento de água deverá ser efetuado nos sistemas de água gelada do edifício sede judicial, por ser objeto deste Termo de Referência.

b) O tratamento da água será para fins industriais no sentido de que o fornecimento dos produtos químicos garanta a qualidade das águas dos sistemas descritos de modo a dotá-las de parâmetros aceitáveis no sentido de preservar os sistemas evitando-se com isso a produção de incrustações e corrosões nas tubulações.

Os produtos necessários para o tratamento consistirão em:

b.1) Para o sistema de condensação: inibidor de corrosão consistido em dispersante à base de organo fosforatos, sais de zinco, terpolímeros e inibidor para cobre; biocida à base de hipoclorito e limpeza alcalina à base de agentes sequestrantes e antiespumantes.

b.2) Para os sistemas fechados, os programas de tratamento deverão conter inibidor de corrosão à base de nitrito bórx e azóis e limpeza alcalina à base de agentes sequestrantes e antiespumantes.

c) Será obrigatória a apresentação de relatórios mensais para todos os sistemas incluindo todos os parâmetros indicando os valores obtidos que deverão ser comparados com os padrões para cada item. Os relatórios deverão ser assinados por responsável com registro no CREA/CONFEA. Os relatórios deverão conter os valores aferidos dos seguintes parâmetros: alcalinidade total em ppm CaCO₃, condutividade em Micro Mhos. Cm⁻¹, Cloreto em ppm Cl⁻, Dureza Total em PO₄ ⁻³, Nitrito em ppm NO₂ ⁻, Silica Total em ppm SiO₂, Sólidos Dissolvidos em ppmNaCl, Ph (Condensação) em upH, pH (Água Gelada) em upH e comparados com os valores padrão. O relatório deverá conter as conclusões em função dos resultados obtidos, bem como os procedimentos e recomendações necessárias visando às manutenções dos sistemas.

d) A empresa contratada deverá também ser responsável por eventual dosagem de choque, caso as análises físico-químicas apontem para essa necessidade.

e) Caso ocorra o desperdício ou aplicação errônea dos produtos químicos, ficará a contratada responsável pelos eventuais danos causados aos equipamentos e pela reposição dos produtos químicos.

f) O Tratamento Químico de Água Gelada, se houver, será realizado às expensas da contratada

4.17. Caso seja necessária a execução de serviços de retífica em componentes de equipamentos será de responsabilidade da contratada a desmontagem e remontagem desse componente, bem como o transporte para retífica e de igual modo o retorno do componente.

4.18. A manutenção preditiva deverá ser composta por medições e apresentação de relatórios periódicos aplicando as melhores técnicas pertinentes, visando acompanhar a performance de funcionamento de todos os equipamentos do tipo expansão direta, splits system e expansão indireta, fan-coil, fancoletes, ventiladores, bombas, chillers, torres de resfriamento, válvulas motorizadas, painéis de automação, painéis elétricos e software de monitoramento, objeto desta licitação, identificando e fornecendo os diagnósticos e recomendações necessárias para a correção dos equipamentos que ultrapassarem os limites permitidos. Em função de resultados negativos, caberá a contratada corrigir e eliminar as possíveis falhas, incluindo-se todo e qualquer serviço incluindo a mão-de-obra para balanceamento dinâmico ou estático do equipamento.

5. Da Conservação do Sistema (Equipamentos)

5.1. Sempre que houver danos nos equipamentos pertencentes aos sistemas de ar condicionado, refrigeração, automação, ventilação, pressurização, exaustão mecânica e supervisão predial, a Administração do Tribunal, efetuará diligências para apurar negligências e causa principal; ficando comprovado que houve imperícia técnica no manuseio do equipamento, a Administração do Tribunal, procederá à contratação de uma empresa especializada para elaborar um Laudo Técnico. Se neste laudo for caracterizada a imperícia técnica, caberá à contratada as despesas do laudo e o conserto do equipamento após sindicância instaurada e julgada, bem como responder pelos danos em todos e quaisquer equipamentos.

6. Do Fornecimento de Materiais e do Instrumental

6.1. A contratada fornecerá sob sua responsabilidade todos os materiais de consumo, instrumental, ferramentas e equipamentos, inclusive de proteção EPI's e EPC's, necessários à execução dos serviços objeto desta licitação.

6.2. Peças e serviços específicos referidos no ANEXO A serão fornecidos pela contratada mediante apresentação de tabela de preços do fabricante ou a entrega de 03 (três) orçamentos e receberá autorização para o fornecimento ou a execução dos serviços específicos, após o recebimento do empenho.

6.2.1. Entenda-se por materiais de consumo, os materiais que serão consumidos durante a execução dos serviços objetos desta licitação, conforme descrito na Tabela II – Relação de Materiais de Consumo disponíveis no local de trabalho.

6.2.2. Entenda-se por instrumental todas as ferramentas, instrumentos e aparelhagem e quaisquer outros recursos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação, conforme descrito na Tabela I – Relação de Ferramentas disponíveis no local de trabalho.

6.2.3. Entenda-se por peças e materiais de reposição todas as peças de equipamentos ou instalações, e materiais que substituem outras, equivalentes, que façam parte do sistema de Ar Condicionado e Refrigeração que devam ser substituídos, por razões de quebra, desgaste ou funcionamento indevido, tais como rolamentos, mancais, filtros, gases refrigerantes, contactores, termostatos, pressostatos, umidostatos, correias, condutores elétricos, fusíveis, lâmpadas, chaves, botoeiras, gaxetas para equipamentos, entre outros componentes do sistema, devidamente identificados e relacionados, sendo todos estes, fornecidos pela Administração do Tribunal.

6.3. Caberá à contratada fornecer cadastro e lista de peças sobressalentes para todos os equipamentos instalados, prevendo assim a garantia e o funcionamento do sistema sem interrupção a serem preenchidas em formulários conforme Cadastro de Equipamentos, objetivando ainda contemplar as manutenções periódicas, preventivas e preditivas, de todos os equipamentos.

6.4. Caberá à contratada elaborar e preencher planilha de checagem de cada equipamento, as quais deverão ser aprovadas pelo Centro de Engenharia de Manutenção da contratada, sob orientações de seu engenheiro, em acordo com a Administração do Tribunal, sendo essa uma decisão em conjunto diante da relação de chamadas solicitadas e atendidas. Deverão ser elaboradas as fichas de cadastros de equipamentos contendo a identificação dos componentes. De posse destas fichas, e com as informações dos fabricantes, a contratada deverá elaborar o cronograma geral de manutenção periódica, entendendo-se sendo essas as preventivas e preditivas.

6.4.1. Mensalmente deverá ser elaborado relatório técnico contendo as planilhas conforme descrito no item 6.4, que deverão ser encaminhadas ao Centro de Engenharia de Manutenção da contratada, sob orientações de seu engenheiro e a Administração do Tribunal, com apresentação do relatório das chamadas técnicas recebidas e atendidas.

6.5. As peças e serviços, a serem fornecidos pela contratada, deverão contar com estoque mínimo e com os serviços previamente relatados à Administração do Tribunal.

6.6. As informações estatísticas, de manutenção, de materiais, serviços de rotina e as intercorrências com manutenção corretiva, deverão ser apresentadas tendo como base software de manutenção específica do contratado e disponibilizado à Administração do Tribunal.

6.7. Relação contendo o mínimo de Ferramentas a serem disponibilizadas pela Contratada e que deverão estar disponíveis no local de trabalho:

- Máquina de solda a arco elétrico;
- Maçarico oxiacetileno por corte e solda portátil;
- Termômetro;
- Higrômetro;
- Rádio comunicador;
- Bomba de vácuo;
- Anemômetro;
- Termômetro laser;
- Jogo de chave estrela, boca, combinada, allen, soquete de 1/4 a 2" e 3" Polegada e Métrica;
- Microcomputador com vídeo, CPU, teclado e impressora;
- Malas de ferramentas de mecânico;
- Saca polia P, M, G.;
- Instrumentos de medição, paquímetros e micrômetros;
- Furadeira e Rebitadeira;
- Multímetro;
- Recolhedora de gás de refrigeração;
- Alicates amperímetro;
- Mala de ferramenta de eletricitista;
- Mala de ferramenta de mecânico;
- Máquina lava jato alta pressão portátil;
- Manifold de Refrigeração;
- Detector de vazamento de gás refrigerante.

Obs: Todos os instrumentos de medição acima descritos deverão apresentar Certificado de Calibração periódica dentro do prazo de validade.

6.8. Materiais de Consumo mínimos que deverão ser disponibilizados pela Contratada e que deverão estar disponíveis no local de trabalho:

- Estopa;
- Graxa lubrificante;
- Óleo lubrificante CP – 32;
- Desengraxante;
- Querosene;
- Solventes;
- Rolos de fita isolante (20m);
- Rolos ft. teflon 1/4 x 50 mts;
- Rolos de fita crepe;
- Durepoxi;
- Cola de contacto;
- Massa calafetar;
- Lixa de ferro n.º 180;
- Lixa de ferro n.º 120;
- Lixa de ferro n.º 80;
- Desoxidante WD-40;
- Rebites e parafusos diversos.

NOTA: O rol de materiais descritos nos itens acima não são exaustivos, sendo responsabilidade da empresa o fornecimento de quaisquer outras ferramentas e materiais de consumo necessários à plena execução dos serviços.

6.9. Relação de peças e serviços específicos, dados como referência e inclusos no objeto dessa contratação, que mediante apresentação de tabela de preços do fabricante ou a entrega de três orçamentos pela contratada, a qual receberá autorização para o fornecimento ou a execução dos serviços específicos, após o recebimento do empenho. - Conforme ANEXO A.

7. Dos Procedimentos e Normatização para Emissão de Orçamentos.

7.1. A contratada, diante de necessidade da aquisição de materiais e serviços necessários não cobertos pela contratação, deverá apresentar orçamentos para peças de reposição ou serviços especializados em manutenção corretiva ou melhoria do sistema, de acordo com avaliação feita em conjunto com a Administração do Tribunal. O prazo para apresentação da proposta será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação.

7.2. Em todo orçamento emitido pela contratada deverá constar:

- a) A descrição dos serviços a serem realizados;
- b) Justificativa técnica para sua execução;
- c) A descrição detalhada dos materiais, peças e os equipamentos onde as peças serão instaladas;
- d) O valor unitário e total dos materiais e peças;
- e) Prazo de validade da proposta (no mínimo 45 dias);
- f) Prazo de execução;
- g) Garantia;
- h) Pagamento somente com o fornecimento do material e término dos serviços.
- i) Todos os serviços de mão-de-obra necessária para a substituição das peças (retirada e reinstalação) estarão cobertos pelo objeto desta licitação, não cabendo dessa maneira a apresentação de custo adicional de mão-de-obra.

7.3 O orçamento será aprovado somente mediante avaliação dos preços, diante de comparações com os preços de mercado efetuado pela Administração do Tribunal. Caso a proposta não seja aprovada, a contratada será notificada.

8. Da Equipe Operacional, Técnica Administrativa e Engenharia de Apoio (no edifício Sede Judicial)

- 8.1. A equipe operacional é a equipe de pessoal constituída por funcionários da contratada, com o objetivo de zelar e manter todos os equipamentos em totais condições de uso, sendo de sua responsabilidade todos os serviços de manutenção do sistema de ar condicionado do edifício sede judicial.
- 8.2. A equipe operacional necessária para o pleno cumprimento do objeto desta licitação será composta por um (1) Engenheiro Mecânico, dois (2) Técnicos em Mecânica e dois (2) Auxiliares, com qualificação técnica conforme especificado nos subitens 8.4.1 a 8.4.3.
- 8.2.1. O profissional engenheiro mecânico será responsável por toda a equipe e por acompanhar todas as operações necessárias ao desenvolvimento do trabalho, supervisionar e passar todas as orientações de manutenção das instalações e manutenção na automação, sugerir melhorias nas instalações, principalmente nos sistemas de ventilação, pressurização e exaustão.
- 8.2.2. A equipe residente será formada pelos dois técnicos em mecânica e pelos dois auxiliares especializado.
- 8.3. A jornada de trabalho da equipe residente deverá ser de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, observando os plantões judiciais em todos os finais de semana e feriados, que ocorrem das 8h às 12h.
- 8.3.1. O engenheiro mecânico deverá comparecer no edifício sede judiciário cumprindo jornada de 8 h semanais, e ainda comparecer sempre que solicitado pela Administração do Tribunal, quando identificar necessidade e quando solicitado pelos Técnicos residentes.
- 8.4. A contratada deverá comprovar a qualidade técnica e o nível de escolaridade dos funcionários designados para trabalhar no Edifício Sede Judicial, objeto desta licitação, conforme abaixo exposto:
- 8.4.1. Engenheiro Mecânico com especialidade em ar condicionado – refrigeração, automatização e elétrica, curso superior, formado em Engenharia Mecânica com especialidade em ar condicionado – refrigeração e elétrica, registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) ou CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e preferencialmente com conhecimentos em grandes sistemas de ar condicionado. Deverá ser apresentado cópia de Diploma de Engenheiro Mecânico.
- 8.4.2. Técnico em Mecânica especialidade em refrigeração e Ar Condicionado e conhecimentos básicos de elétrica e informática. – Conhecimentos em ar condicionado e refrigeração, com bons conhecimentos em sistema de refrigeração aplicado em ambientes conforto, Fan Coils, aparelhos de janela, splits, chillers, além de conhecimento em controles elétricos, automatização e pneumáticos, manutenção de compressores, bombas, válvulas controladoras, válvulas reguladoras, filtros, purgadores, separadores e estação redutora de pressão. Preferencialmente com conhecimentos específicos em grandes sistemas de ar condicionado. Deverá ser apresentada cópia de Diploma de Técnico em Mecânica
- 8.4.3. Auxiliar com prática em manutenção de ar condicionado em sistemas de ar condicionado em ambientes de conforto, em instalações de grande porte. Deverá ser apresentada cópia de Diploma de Ensino médio.
- 8.4.4. Verificado pelo fiscal técnico que o funcionário da Contratada não demonstra aptidão para o desempenho de suas funções no exercício regular do seu trabalho, na manutenção dos equipamentos, manuseio de ferramentas, organização e segurança no trabalho, no cuidado com as instalações e equipamentos, será solicitada sua substituição ao preposto.

9. Do Gerenciamento do Sistema

- 9.1. Serviços específicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva a serem efetuados em determinados locais em que haja necessidade de paralisação do sistema de climatização, deverão esses ser agendados com antecedência junto a Administração do Tribunal, salvo os casos emergenciais. Em casos não emergenciais poderão ser executados em finais de semana, feriados ou fora do horário de expediente, sempre a serem combinados previamente com a Administração do Tribunal, e sem quaisquer ônus adicionais.
- 9.2. Em acordo com a metodologia (ANVISA) publicada, a temperatura dos ambientes deverá estar em torno de 23°C com variação em 1°C. Casos extraordinários, serão tratados entre a contratada e a Administração do Tribunal.
- 9.3. Caberá à contratada avaliar o estado de funcionamento de todo sistema de filtragem, apresentando relatório com todas as observações pertinentes, mensalmente.
- 9.4. Deverá a contratada implantar sistema de gerenciamento de manutenção, computadorizado, no prazo máximo de 30 dias contados após o início de vigência do contrato, com as seguintes características:
- 9.4.1. Emissão e gerenciamento de ordens de serviço e solicitações de atendimento.
- 9.4.2. Programação de todas as manutenções preventivas e seus respectivos checklists.
- 9.4.3. Históricos de atendimentos, ordem de serviços e consumo de peças.
- 9.4.4. Gerenciamento do consumo e estoque mínimo de peças.
- 9.4.5. Gerenciamento da agenda de atividades da equipe técnica.
- 9.5. Caberá à contratada a designação de um profissional Técnico de Manutenção, para mensalmente, até o 15º dia do mês, realizar reuniões técnico-administrativas objetivando o bom andamento da manutenção do sistema.
- 9.6. A contratada deverá manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e em casos de necessidade de manutenção corretiva ou outra intervenção necessária os chamados deverão ser atendidos em trinta minutos.

10. Das Considerações Gerais

- 10.1. O pessoal designado para prestar serviços nas instalações do edifício sede judiciário deverá trabalhar em perfeitas condições de higiene, devidamente uniformizado, portando crachá de identificação com nome, foto, logotipo da empresa, e portando todos os equipamentos de proteção individual.
- 10.2. Deverá ser comprovada a escolaridade, cursos de especialização, e serviços prestados compatíveis com objeto desse memorial descritivo, de todos os funcionários integrantes da equipe operacional da contratada.
- 10.3. Deverá haver sistemas de comunicação imediata por intermédio de e-mail, telefonia móvel, fixo ou rádio chamada, cujos dados, tais como endereço de e-mail, número de telefones, etc, deverão ser divulgados à Administração do Tribunal.
- 10.4. A Administração do Tribunal poderá requerer junto ao preposto da Contratada que sejam tomadas as medidas cabíveis perante qualquer funcionário da Contratada, quando atitudes e ações dos mesmos forem inconvenientes às normas disciplinares do TRT.
- 10.5. Quando houver alguma reforma ou adequação em determinada área que inclua a desativação ou implementação com modernização de algum sistema de ar condicionado, refrigeração, ventilação, pressurização e exaustão mecânica, os equipamentos que compõem este sistema serão reduzidos ou incorporados por meio de termo aditivo ao contrato firmado com a contratada, com o desconto ou acréscimo conforme previsto em lei.
- 10.6. Sempre que necessário, a contratada deverá enviar outros profissionais, visando a manutenção dos referidos sistemas para mantê-los em totais condições de funcionamento. Os custos terão que ser antecipadamente apresentados em orçamento para apreciação da Administração do Tribunal.
- 10.7. Os serviços de supervisão e assistência técnica deverão ser prestados por equipe especializada em sistema de ar condicionado e refrigeração, pelos residentes ou por equipe terceirizada com serviços compatíveis, em acordo com objeto deste termo de referência, sendo todos os serviços de inteira responsabilidade da contratada.
- 10.8. As peças e os componentes substituídos deverão ser apresentadas ao Fiscal do Contrato para autorização para descarte;
- 10.9. A contratada obrigará-se a fornecer a seus funcionários todos os instrumentos, ferramentas, utensílios e equipamentos adequados para a execução dos serviços, relacionados neste Termo de Referência.
- 10.10. O transporte de materiais, componentes, peças, acessórios e de seus funcionários será de inteira responsabilidade da contratada;
- 10.11. Quaisquer modificações nos equipamentos existentes, quando solicitadas, sempre por escrito e com fundamentação técnica avalizada pelo Engenheiro da contratada, passarão por avaliação da Administração do Tribunal, que decidirá o assunto.
- 10.12. Os serviços que não estejam em concordância com as especificações técnicas requeridas, serão prontamente identificados e reprovados pela Administração do Tribunal.
- 10.13. A Contratante disponibilizará um ramal na sala dos técnicos, para chamadas internas, não sendo permitido chamadas externas. A Contratada será responsável pela instalação de uma linha telefônica fixa própria, com despesas a cargo da contratada, se entender necessário.
- 10.14. A Administração do Tribunal, sempre que entender necessário, solicitará a especificação técnica de peças e/ou acessórios, não isentando responsabilidade da contratada sobre esses quesitos.
- 10.15. Para atendimentos pela equipe residente, a contratada deverá fornecer à Administração do Tribunal as seguintes informações:
- a) Telefone Fixo, Celular e e-mail do Engenheiro mecânico da Contratada;
- b) Telefone Fixo, Celular e e-mail do Técnico Mecânico responsável pelo plantão;
- c) Telefone Fixo, Celular e e-mail que possa ser contatada a Contratada;
- 10.16. Os serviços que requeiram que os equipamentos sejam abertos, calibrados, usinados e remontados deverão ser realizados na oficina da contratada, excetuando-se os equipamentos que podem ser abertos e reparados no local em que se encontram instalados.
- a) É responsabilidade da contratada adequar o espaço cedido para montar seu escritório e oficina, fornecendo toda a mobília e equipamentos que julgar necessários tais como bancadas, computadores, aparelhos telefônicos (exceto aquele ligado ao ramal do Tribunal). A Contratante fornecerá mesas e cadeiras;
- b) O Tribunal disponibilizará toda a segurança do local e sistemas de apoio tais como: ramal com aparelho, energia elétrica, iluminação adequada, água potável e para higienização dos equipamentos, higienização periódica do local, gaveteiros de aço para pastas suspensas e armários em vestiários para os funcionários da contratada.
- 10.17. A manutenção preventiva será executada de acordo com rotinas de manutenção e operação próprias dos equipamentos e conforme descrito no item – Rotinas de Manutenção Preventiva deste Termo de Referência.

10.18. As manutenções corretivas e emergenciais serão executadas tantas vezes quantas se fizerem necessárias, conforme chamadas através do ramal interno fornecido pela Administração do Tribunal, devendo ser registradas em livro e fichas próprias para fins de controle e estatística mensal, sendo esse controle utilizado para melhor planejamento evitando a manutenção corretiva com as aplicações devidas das manutenções preventivas e preditivas.

10.19. A contratada deverá manter seus empregados devidamente uniformizados, com identificação própria, portando suas credenciais regulamentares e a documentação exigida por lei sem ônus adicionais para a Administração do Tribunal.

10.20. O fornecimento e uso dos EPIs serão obrigatórios e de inteira responsabilidade da contratada, atendida a NR6.

10.21. A contratada deverá orientar seus empregados quanto à obrigatoriedade de uso de roupas apropriadas nas áreas em que as mesmas forem exigidas.

10.22. Jornada de trabalho de acordo com a categoria. De segunda a sexta-feira das 7h às 19h, de maneira escalonada de modo a ter-se a equipe completa das 10h às 16h. Deverá ser mantida fora do horário acima estipulado, assistência técnica permanente para contatos de emergência quanto aos serviços de manutenção corretiva, sem ônus à Administração do Tribunal.

A Contratada deverá alterar o horário de trabalho do prestador de serviço quando houver necessidade de plantão além do horário estipulado, a ser previamente informado pela Contratante, sem ônus ao Tribunal.

11. Das Rotinas de Manutenção Preventiva

11.1. Os checklists constantes do Anexo B são os mínimos a serem observados pela Contratada, salientando que a Contratada será responsável pela elaboração do PMOC e deverá elaborar o próprio checklist para Manutenção Preventiva, a ser aprovado pela Fiscalização do contrato.

12. Da Segurança do Trabalho

12.1. A empresa contratada para execução dos serviços deverá atender as seguintes recomendações:

12.1.1. Possuir e fornecer todos os equipamentos especializados, inclusive os Equipamentos de Proteção Individual- EPI (NR-06), para execução adequada dos serviços de limpeza e higienização requeridos;

12.1.2. A empresa contratada deverá possuir e manter atualizados os seguintes documentos, que poderão ser solicitados a qualquer momento pelo TRT:

- PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), conforme NR 07 do Ministério do Trabalho;
- PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), conforme NR 09 do Ministério do Trabalho.

13. Dos Equipamentos instalados no Edifício-Sede Judicial: Conforme ANEXO C

14. Dos Relatórios

14.1 Os relatórios de manutenção deverão ser assinados pelo(s) responsável(is), deverão estar legíveis e serem entregues na Coordenadoria de Manutenção aos cuidados da Seção de Máquinas e Hidráulica.

14.2. Os relatórios de análise do ar deverão ser assinados pelo(s) responsável(is), deverão estar legíveis e serem entregues por e-mail para manutencao.secadm@trt15.jus.br aos cuidados da Seção de Máquinas e Hidráulica.

4. EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 Local e horário da prestação dos serviços

Conforme abaixo:

Endereço

Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas - SP

Outros:

4.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

Não se aplica

4.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

Não se aplica

4.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

| Tipo | Forma | Periodicidade | Emissor |
|-------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| <input type="checkbox"/> | Encaminhamento de Ordem de Serviço | Conforme especificações da descrição | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | E-mail | Quando necessário | Coordenadoria de Manutenção |
| <input type="checkbox"/> | Abertura de chamado | Conforme especificações da descrição | |
| <input type="checkbox"/> | Reunião Presencial | Quando necessário | |
| <input type="checkbox"/> | Reunião Videoconferência | Quando necessário | |
| <input type="checkbox"/> | Telefone | Quando necessário | Coordenadoria de Manutenção |
| <input type="checkbox"/> | Outra | | |

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade a serem observados?

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

| grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo) | Objeto/Item | Critério (somente é possível selecionar um item por linha) | Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério) |
|--|----------------|--|---|
| todos os grupos | todos os itens | 3.4.2. Ar condicionado | <p>Recomendações</p> <p>Nas atividades de manutenção predial deve-se prezar pela boa gestão do sistema de condicionamento de ar, por meio de ações como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especificação de equipamentos e aparelhos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), aposta ao produto e/ou embalagem, da classe de maior eficiência, representada pela letra "A"; Anexo 1 - Resolução CSJT Nº 310/2021 Anexo - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho 3325/2021 - Quinta-feira, 07 de Outubro de 2021 Conselho Superior da Justiça do Trabalho • Vedação de aparelhos de ar-condicionado que façam uso de gás refrigerante clorofluorcarbono "CFC" destrutivo à camada de ozônio, conforme disposto no Decreto nº 2.783/1998; • Aparelhos de ar-condicionado que respeitem o limite sonoro de 65 dB, máximo aceitável para ambientes internos, conforme Norma Regulamentadora MTE nº 17 e ABNT NBR 10152:2017; • Prazo de garantia igual ou superior a 2 (dois) anos para aparelhos e 5 (cinco) anos para compressores. Caso o fabricante e/ou fornecedor informem prazos superiores a esses, serão considerados os prazos mais vantajosos à contratante; e • Instalação por empresa credenciada pelo fabricante. Caso não seja credenciada, a empresa deve assumir todas as obrigações relativas à garantia do aparelho instalado. <p>A contratada deve efetuar recolhimento e descarte de produtos eletroeletrônicos e seus componentes após utilização, bem como de seus resíduos e embalagens, enviando o material ao fabricante ou empresa recicladora onde ocorrerá reciclagem ou descarte ambientalmente adequado. Deverá, ainda, comprovar a destinação adequada por meio de histórico e documentações comprobatórias dos descartes efetuados. Os equipamentos irre recuperáveis ou antieconômicos devem ser inutilizados, descartados ou submetidos ao desfazimento com destinação ambientalmente adequada, de acordo com a natureza e tipo do bem.</p> |

| | | | |
|-----------------|----------------|----------------------------|--|
| | | 2. Contratação de Serviços | <p>Normas gerais</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.❖ Decreto-Lei nº 5.452/1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).❖ Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 – Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho – PNRSJT.❖ Decreto nº 10.936/2022 – Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.❖ Decreto nº 7.746/2012 – Critérios e práticas sustentáveis para contratações realizadas pela administração pública federal.❖ Resolução CNJ nº 400/2021 – Política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.❖ Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 – Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.❖ Instrução Normativa MPOG nº 05/2017 – Regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal.❖ Instrução Normativa Ibama nº 06/2013 – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP. <p>Recomendações gerais</p> <p>As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta devem observar os critérios e práticas de sustentabilidade⁶². Nos contratos para prestação de serviços, a Justiça do Trabalho deve:</p> <ul style="list-style-type: none">● Promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades;● Contribuir para a erradicação do trabalho infantil e para proteger o adolescente do trabalho ilegal;● Contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; e● Promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho⁶³. <p>Inclusão Social</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Lei nº 8.213/1991 – Planos de Benefícios da Previdência Social.❖ Lei nº 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial.❖ Decreto nº 9.450/2018 – Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional. <p>62 Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014, Decreto nº 7.746/2012 e Instrução Normativa MPOG nº 05/2017.</p> <p>63 Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014.</p> <p>Anexo 1 - Resolução CSJT Nº 310/2021 Anexo - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho</p> <p>3325/2021 - Quinta-feira, 07 de Outubro de 2021 Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <p>Deve-se exigir das empresas contratadas para a prestação de serviços que empreguem um número de jovens aprendizes equivalente a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).</p> <p>Conforme estabelece o Decreto nº 9.450/2018, na contratação de serviços com valor anual acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), deve-se exigir da contratada o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressas do sistema prisional, nos termos dispostos na Lei nº 8.666/1993⁶⁴.</p> <p>A empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes proporções⁶⁵:</p> <ul style="list-style-type: none">● 3% das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários;● 4% das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos e um a quinhentos funcionários;● 5% das vagas, quando a execução do contrato demandar quinhentos e um a mil funcionários; ou● 6% das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de mil empregados. <p>A contratada deverá cumprir as cotas raciais, de gênero e de pessoas com deficiência:</p> <ul style="list-style-type: none">● Gênero: manter o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de pessoas do sexo feminino;● Raça: manter um percentual mínimo de pessoas negras, visando atender ao disposto nos arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); e● Deficientes: cumprimento ao quantitativo mínimo previsto, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência. <p>Combate ao Trabalho Infantil e ao Trabalho Forçado</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Lei nº 8.069/1990 (ECA) – Estatuto da Criança e do Adolescente.❖ Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal. (Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo. Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência).❖ Decreto nº 5.017/2004 – Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas. <p>64 Conforme o § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666/1993, a administração pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização do reeducando.</p> <p>65 O Decreto nº 9.450/2018, em seu Art. 5, § 4º, prevê que a administração pública poderá deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável. Esse é o caso, por exemplo, das contratações de empresas de segurança privada, que deverão excepcionalizar a exigência da cota estabelecida no Decreto nº 9.450/18, visto que as pessoas presas e egressas do sistema prisional não terão como cumprir a exigência legal de não ter antecedentes criminais registrados.</p> <p>Anexo 1 - Resolução CSJT Nº 310/2021 Anexo - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho</p> <p>3325/2021 - Quinta-feira, 07 de Outubro de 2021 Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Decreto nº 6.481/2008 – Regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da OIT que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.❖ Convenções da OIT nº 29 e nº 105 – Convenção concernente a trabalho forçado ou obrigatório / Convenção concernente à abolição do trabalho forçado.❖ Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016 – Regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.❖ Portaria MTB 1.293/2017 – Conceitos de trabalho em condições análogas à de escravo e Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, estabelecido pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016. <p>A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:</p> <p>a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:</p> <ul style="list-style-type: none">● Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;● Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;● No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);● Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;● No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);● Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;● No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. <p>Saúde e Segurança do Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Normas Regulamentadoras MTE – nº 01 a nº 36 - As Normas Regulamentadoras (NR) são disposições complementares ao capítulo V da CLT, consistindo em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.❖ Norma Regulamentadora MTE nº 06 – EPI – Equipamento de Proteção Individual – EPI. <p>Nos contratos de prestação de serviços, deve-se obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.</p> <p>Nos termos de referência para contratação de serviços com mão de obra residente, deverá constar como obrigação da contratada assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98/2012.</p> <p>A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.</p> <p>Sustentabilidade</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.❖ Decreto nº 10936/2022 – Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Nos termos de referência para contratação de serviços com mão de obra residente, deverá constar como obrigação da contratada promover, nos três primeiros meses de contrato, curso sobre as práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão⁶⁷, acerca de: <ul style="list-style-type: none">● Normas de segurança do trabalho;● Redução no consumo de energia, água e demais recursos naturais;● Gestão dos resíduos sólidos no ambiente onde se prestar o serviço;● Demais assuntos pertinentes, a serem definidos pela contratante. <p>Sugere-se que os cursos de formação sejam repetidos toda vez que 25% do efetivo presente nas dependências da contratante for constituído de trabalhadores novos, seja por substituição, seja por aumento no quantitativo. Ainda em relação aos serviços com mão de obra residente, a contratada deverá proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10936/2022.</p> |
| todos os grupos | todos os itens | | |

| | | | |
|---|----------------|---|---|
| todos os grupos | todos os itens | 1.1.7.3. Óleo Lubrificante | <p>1.1.7.3. Óleo Lubrificante</p> <p>Óleos lubrificantes que, em decorrência do seu uso normal ou por motivo de contaminação, tenham se tornado inadequados à sua finalidade original são considerados resíduos perigosos, por apresentarem alta toxicidade. Dessa forma, todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser recolhido, coletado e ter destinação final adequada, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação de seus constituintes. É responsabilidade do importador e/ou produtor coletar e dar a destinação final ao produto usado ou contaminado.</p> <p>Anexo 1 – Resolução CSJT Nº 310/2021 Anexo - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho</p> <p>3325/2021 - Quinta-feira, 07 de Outubro de 2021 Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <p>Normas específicas</p> <p>✦ Resolução Conama nº 362/2005 – Recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.</p> <p>✦ Resolução ANP nº 804/2019 – Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional.</p> <p>Recomendações</p> <p>Empresas</p> <p>Na aquisição de óleo lubrificante, deve-se exigir o comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Instrução Normativa Ibama nº 06/2013, que regulamenta o CTF-APP, com prazo de validade em vigor. A validade do Certificado de Regularidade emitido pelo Ibama deverá ser consultada no sítio eletrônico do órgão.</p> <p>Gestão de Resíduos</p> <p>Conforme o art. 33 da Lei nº 12.305/2010, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de óleo lubrificante, seus resíduos e embalagens são obrigados a estruturar sistemas de logística reversa. Recomenda-se exigir que a contratada efetue o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagem, conforme disposto na Resolução Conama nº 362/2005 (ver item "Critérios e Práticas de Sustentabilidade").</p> |
| todos os grupos | todos os itens | 2.6 Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos | <p>2.6 Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos</p> <p>Recomendações</p> <p>Nos contratos de manutenção de equipamentos, utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>Para execução dos serviços, a contratada deverá utilizar produtos de limpeza, lubrificação, antiferrugem, dentre outros, menos ofensivos, conforme previsto na Instrução Normativa SLT/MP/OG nº 01/2010, que estabelece como possível critério de sustentabilidade que os bens sejam constituídos por material atóxico e biodegradável.</p> <p>A contratada deve efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão, procedendo ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de resíduos de logística reversa, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 10.936, de 2022</p> |
| | | | |
| | | | |
| Há especificação de ROHs? | | Não | Não se aplica |
| Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar: | | | |
| Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT. | | | |
| Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição | | | |

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. **ATENÇÃO:** Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.

Além das rotinas elencadas na descrição detalhada do objeto a contratada deverá ainda:

1. indicar preposto e disponibilizar número de telefone para rápido e fácil contato para, durante todo o período de vigência, representá-la na execução dos serviços contratados. Em caso de necessidade de substituição desse preposto, durante a vigência deste contrato, o TRT deverá ser previamente notificado, com as informações sobre o novo preposto;
2. cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com o gestor do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados. Responder, por intermédio do preposto ou outro funcionário com competência equivalente ou superior, os pedidos de esclarecimentos formulados pela Fiscalização em até 24 horas, após contato telefônico ou por e-mail, salientando que o descumprimento desta obrigação poderá ensejar sanções previstas no contrato;
3. manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRT a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
4. cuidar da apresentação pessoal dos seus empregados, mantendo-os devidamente identificados por crachá e uniforme, conforme disposto neste contrato;
5. responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, produtividade, comportamento, disciplina e confiabilidade de seus funcionários durante o desenvolvimento das suas atividades no âmbito do TRT;
6. responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos serviços contratados, inclusive a de pagamento de seguro contra acidentes de trabalho, responsabilizando-se também por danos a terceiros;
7. acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus funcionários, as disposições contidas na legislação específica do trabalho;
8. orientar seus funcionários a circularem somente em áreas a eles autorizadas, sempre devidamente identificados com o crachá e usando uniforme limpo e passado;
9. comunicar à Administração do TRT, por escrito, qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
10. arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto do contrato;
11. fazer com que seus empregados observem rigidamente as normas disciplinares do TRT;
12. acatar as decisões e observações feitas pela Administração ou pelo gestor do contrato, relativamente à prestação dos serviços;
13. administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
14. informar seus funcionários que em nenhuma hipótese há vínculo empregatício com o TRT, e que a CONTRATADA responderá única e exclusivamente pelas ações trabalhistas impetradas por seus funcionários, relativas ao período em que trabalharam nas dependências do TRT, isentando este, desde já, de quaisquer ônus, processuais e financeiros, decorrentes dessas demandas;
15. registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao TRT o acesso ao controle de frequência;
16. responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do TRT onde devem ser executados os serviços, por meio próprio ou mediante vale-transporte, nos termos da Lei nº 7.418/85, regulamentada pelo Decreto nº 95.247/87. Tal responsabilidade persiste inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos;
17. providenciar para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite a consulta e recebimentos de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;
18. providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
19. efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;
20. pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;

21. responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRT;

22. responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em trânsito no trajeto relativo ao trabalho;

23. responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

24. apresentar, no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

a) até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF. Em nenhuma hipótese será admitido o acesso às dependências de prestação dos serviços de empregados que não constem da referida relação. Eventuais alterações dessa relação devem ser imediatamente comunicadas ao gestor;

b) até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, inclusive após a admissão de novo empregado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, onde constem fotografia, dados pessoais do empregado e o contrato de trabalho, além dos laudos dos exames médicos admissionais;

c) até 30 (trinta) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

c.1) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

c.2) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c.3) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

25. apresentar ao TRT a nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, dos serviços prestados, emitida a partir do 1º dia útil do mês subsequente a que se referem, acompanhada do relatório mensal de frequência relativo ao mês faturado, contendo faltas, licenças, férias e substituições dos funcionários, apurados conforme o item "15", com o visto do gestor deste contrato, observado modelo constante do anexo deste instrumento;

26. apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da solicitação do TRT, os seguintes documentos: a) extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o TRT; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários; c) os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; d) os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei; e) demais documentos concernentes à relação entre os empregados e a CONTRATADA, tais como: alterações de contrato de trabalho, controle de horas, recibos de entrega dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), Atestado de Saúde Ocupacional, Comunicado de Acidente de Trabalho, Aviso de Concessão de Férias, Recibo de Pagamento de Férias, Aviso Prévio e Pedido de Demissão, Comunicado de Dispensa e Requerimento de Seguro Desemprego; f) outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

27. não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;

28. não ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato a terceiros, salvo nas hipóteses de transformação empresarial a que se refere a cláusula vinte e quatro, desde que previamente autorizada por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;

29. manter durante a vigência deste contrato, devidamente válidos e atualizados, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet: a) expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão de Regularidade relativa às contribuições sociais, a créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União. b) expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF). c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

30. elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

31. elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

32. preencher, durante toda a vigência deste contrato, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas previstas neste contrato por trabalhadores afrodescendentes, conforme disposto na Resolução CSJT nº 131/2013; 34. manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRT ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução deste contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

33. não veicular, sob nenhuma hipótese, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato;

34. dar conhecimento prévio à fiscalização do TRT das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, férias, exclusões ou inclusões necessárias.

35. manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e substituir os danificados no prazo máximo de 5 (cinco) dias. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

36. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, entre outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do TRT;

37. Respeitar, e fazer com que seus funcionários respeitem, as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do TRT;

38. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do TRT, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, ou igualmente de seus funcionários, durante a execução deste contrato; 41. Comunicar à Administração do TRT qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

39. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

40. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

41. Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento das unidades do TRT;

42. Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como: a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes; b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; c) Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA; d) Racionalização do consumo de energia elétrica e de água, adotando medidas previstas cabíveis nos termos da Lei 9.433/1997 bem como legislação local; e) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação; f) Orientação periódica dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e g) Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído; observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

43. responder, nos prazos legais, por todos os benefícios decorrentes da prestação do serviço, tais como: cesta básica, tíquete-refeição ou auxílio alimentação, auxílio creche, e quaisquer outros exigidos pela Convenção Coletiva da categoria ou que porventura venham a ser criados e exigidos pelo Poder Público;

44. providenciar, em caso de greve da categoria, contingente mínimo necessário para o fiel cumprimento do objeto contratado.

45. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região. Além disso, para adentrar nos prédios do Tribunal, está sendo exigido o gesto vacinal completo.

46. fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao acesso da CONTRATADA e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD);

47) Indicar tombo, marca e modelo do equipamento que eventualmente venha necessitar de substituição de peças;

48) Responsabilizar-se tecnicamente pela escolha das peças a serem substituídas, ratificando em até 02 dias úteis se as peças indicadas pelo TRT são compatíveis para o conserto do equipamento.

49) Enviar, por e-mail, fotos em formato digital das peças que serão substituídas, indicando se possível os principais fabricantes existentes no mercado que atendam plenamente o conserto.

49.1.) Observar as seguintes orientações:

i) apresentar à Unidade relatório detalhado, indicando o problema verificado e relacionando as peças necessárias para solução do mesmo, no prazo máximo de 48 horas a contar do dia da verificação do problema;

ii) a relação de peças deverá conter a descrição detalhada do componente/peça a ser adquirido pela Contratante, incluindo todas as especificações necessárias para aquisição da peça/componente, como código da peça, tipo, modelo; especificações do equipamento onde a mesma será utilizada; indicação de marcas compatíveis ou apresentar justificativa técnica para aquisição de determinada marca;

iii) apresentar à Unidade o preço de referência para a aquisição das mesmas, podendo ser apresentada tabela de preços do fabricante ou no mínimo um orçamento de empresas fornecedoras;

iv) a própria Contratada poderá fornecer as peças/componentes, desde que apresente à Unidade no mínimo 3 orçamentos de empresas fornecedoras. Referidos orçamentos serão previamente aprovados pelo Tribunal e o serviço será executado após emissão de nota de empenho para aquisição das peças/componentes necessários, em favor da Contratada;

v) após apresentação do relatório do problema, descrição da peça/componente e apresentação de orçamento referencial pela Contratada, o Tribunal poderá solicitar à Contratada análise da melhor proposta encontrada para fornecimento do componente necessário, sendo que a empresa deverá responder acerca da compatibilidade no prazo de 48 horas. O Tribunal poderá consultar a Contratada reiteradas vezes acerca de compatibilidade de peças indicadas pelo mercado ou ainda para sanar outras incertezas;

vi) A Contratada deverá providenciar a substituição da peça/componente defeituoso no menor tempo possível, para verificação da adequação da mesma, considerando prazo máximo de 48 horas

50. A Contratada deverá atender tanto quanto possível a res. CNJ 307/2019, acerca da inclusão social de egressos, abaixo transcrita:

"Art. 11. Na contratação de serviços, os órgãos do Poder Judiciário deverão observar o emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional pela empresa contratada, na seguinte proporção:

I – quatro por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta ou menos funcionários;

II – cinco por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta e um a oitenta funcionários; ou

III – seis por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de oitenta funcionários.

§ 1o A efetiva contratação do percentual indicado nos incisos I a III do caput será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato.

§ 2o O percentual descrito deverá ser respeitado durante toda a execução do contrato, cabendo ao Poder Judiciário fiscalizar seu cumprimento."

51. responder, por intermédio do preposto ou outro funcionário com competência equivalente ou superior, os pedidos de esclarecimentos formulados pela Fiscalização em até 24 horas, após contato telefônico ou por e-mail.

6. GARANTIA DO OBJETO E DO CONTRATO

6.1 Garantia do objeto

Especificar o objeto e a qual grupo se refere:

| | |
|---|---|
| As garantias do objeto, contadas do seu recebimento definitivo, serão: a) de, no mínimo, 06 meses, para peças e componentes caso não sejam indicados outros prazos de garantias pelos fabricantes. b) de, no mínimo, 3 (três) meses para os serviços executados. | |
| O prazo para atendimento da garantia será de 15 dias a contar da comunicação do defeito/problema. No caso do descumprimento desse prazo serão aplicadas as mesmas sanções previstas no item "Sanções". A garantia de peças e componentes será validada de acordo com as recomendações do fabricante e tal garantia será contada a partir da emissão do relatório correspondente. Dentro desse período de garantia, a CONTRATADA deverá proceder às correções, substituições e reparos necessários, sem qualquer ônus para o TRT. | |
| A garantia das peças e componentes será determinada de acordo com o que for estabelecido em cada orçamento a ser elaborado pela CONTRATADA, na ocasião da necessidade de troca de peças. | |
| Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado. | |
| 6.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais) | |
| A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: 1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato; 2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e 3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato. | |
| 5% | |
| Justificativa | Tendo em vista o custo dos equipamentos envolvidos e o vulto da contratação |
| 6.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia | |
| Os prazos de garantia serão acompanhados pela Seção de Máquinas e Hidráulica da Coordenadoria de Manutenção | |

| |
|--|
| 7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT) |
| 1) proporcionar todas as facilidades necessárias à execução deste contrato, mantendo o acesso às dependências correlatas livre e desimpedido; 2) interromper imediatamente o funcionamento dos aparelhos quando apresentarem irregularidades, comunicando de imediato o fato à CONTRATADA; 3) executar os serviços que fujam à especialidade da CONTRATADA, mas indicados por ela como necessários para a segurança e o bom funcionamento dos aparelhos; 4) dar providências às recomendações da CONTRATADA concernentes às condições e ao uso correto dos aparelhos, divulgando orientações e fiscalizando procedimentos; 5) autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por lei ou por determinação de autoridades superiores; e 6) efetuar o pagamento dos serviços contratados, no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento. |

| | | | | | |
|--|-----------|--------------------|-------------------|--|--|
| 8. VALOR | | | | | |
| 8.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado) | | | | | |
| conforme abaixo | | | | | |
| Item | Descrição | Valor Mensal (R\$) | Valor Total (R\$) | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

| | |
|--|---|
| 9. EQUIPE DE GESTÃO | |
| Gestor do Contrato: | Maria Aparecida Gruli Deboni Leoncini |
| Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal): | Maria Angelica Marques |
| Fiscal Técnico do Contrato: | Paulo Fernando Furlan |
| Fiscal Administrativo | André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente) |

| | |
|--|---|
| 10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) | |
| | |
| Indicador 1 | Atender ao prazo e Rotinas de Manutenção Preventiva - apresentar Relatório das Manutenções |
| Finalidade | Manter o pleno funcionamento do sistema de ar condicionando |
| Meta a cumprir | Executar todo o checklist de manutenção preventivas a serem apresentadas pela empresa contratada, nas prazos indicados. |
| Instrumento de Medição | Relatório das Manutenções a ser apresentado para o Fiscal do Contrato. |
| Forma de Acompanhamento | Pelo Fiscal Técnico |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de cálculo | Serão contados os dias de atraso na realização das manutenções preventivas |
| Faixas de Ajuste no pagamento mensal | - até 5 dias de atraso dos prazos previstos no CHECK LIST= 100% (cem por cento); - de 6 a 10 dias de atraso após os prazos previstos no CHECK LIST = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - de 11 e 15 dias de atraso após os prazos previstos no CHECK LIST= 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento) |
| Sanções | Acima de 15 (quinze) dias de atraso, conforme cláusula de sanções |
| Indicador 2 | Pontualidade de atendimento das MANUTENÇÕES CORRETIVAS |
| Finalidade | Garantir a realização tempestiva das manutenções corretivas |
| Meta a cumprir | Iniciar o atendimento em até 01(um) dia úteis após a abertura do chamado |
| Instrumento de Medição | Ordens de Serviço a serem abertas no recebimento das solicitações |
| Forma de Acompanhamento | Pelo Fiscal Setorial |
| Periodicidade | Por evento |
| Mecanismo de cálculo | Serão contados os dias corridos de atraso na realização da manutenção corretiva |
| Faixas de Ajuste no pagamento mensal | - até o 2º dia útil = 100% (cem por cento); - até o 3º dia útil após a abertura do chamado = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - entre o 4º (quarto) e o 7º (sétimo) dia útil após a abertura do chamado = 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento). |
| Sanções | Acima de 7 (sete) dias de atraso, conforme cláusula de sanções. |
| Indicador 3 | Pontualidade de Atendimento das Manutenções Emergenciais |
| Finalidade | Garantir a celeridade no atendimento de manutenções emergenciais |
| Meta a cumprir | Iniciar o atendimento em até 2 horas, a partir do chamado |
| Instrumento de Medição | Ordens de Serviço a serem abertas no recebimento das solicitações |
| Forma de Acompanhamento | Pelo Fiscal Setorial |
| Periodicidade | Quando ocorrer o evento |
| Mecanismo de cálculo | Serão contadas e somadas as horas inteiras que excederem os prazos estabelecidos nas metas a cumprir, para todos os chamados de manutenção emergencial ocorridos no mês e que forem atendidos com atraso. |

| | |
|---|--|
| Faixas de Ajuste no pagamento mensal | <ul style="list-style-type: none"> • 0 hora = 100% (cem por cento) • de 1 a 12 horas = 99,00% (noventa e nove por cento) • de 12 a 24 horas = 96,00% (noventa e sete por cento) |
| Sanções | acima de 24 horas, conforme item sanções |
| 11. FATURAMENTO | |
| Gestor do Contrato: | Maria Aparecida Gruli Deboni Leoncini |

| |
|---|
| 12. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO |
| Mediante ateste da nota fiscal |

| |
|---|
| 13. FORMA DE PAGAMENTO |
| O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993. *Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada. |

| |
|--|
| 14. PRAZO DE VIGÊNCIA |
| 30 meses. A critério das partes, sendo possível a prorrogação por prazo diverso do inicialmente firmado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, tudo conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017 |
| Outro |

| |
|--|
| 14.1 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual |
| <input type="checkbox"/> Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação |
| <input checked="" type="checkbox"/> Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas |
| <input checked="" type="checkbox"/> Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível |
| Outra opção: |

| |
|---|
| 14.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual |
| Conciliação do final da vigência de contratos com mesmo objeto |
| É necessário sobreposição contratual? |
| Sim, sobreposição contratual de 05 dias úteis. |
| 14.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação |
| Disponibilização de senhas/licenças do software de controle de automação do sistema; transferência de conhecimento do sistema; transferência de chamados em aberto |
| 14.2.2. Devolução de recursos materiais |
| Não se aplica |

| |
|--|
| 15. SANÇÕES |
| <p>1. O atraso injustificado na execução dos serviços contratados implicará as seguintes multas à CONTRATADA, cumulativamente consideradas e calculadas sobre o valor mensal dos serviços vigentes no mês da ocorrência do inadimplemento, sem prejuízo do IMR estabelecido neste instrumento:</p> <p>a) 1% (um por cento) por dia de atraso que exceder o prazo máximo das faixas de ajuste do indicador 1 do IMR, considerado a partir do primeiro dia útil posterior;</p> <p>b) 1% (um por cento) por dia de atraso que exceder o prazo máximo das faixas de ajuste do indicador 2 do IMR; e</p> <p>c) 1% (um por cento) por hora de atraso que exceder o prazo máximo das faixas de ajuste do indicador 3 do IMR.</p> <p>2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa, por evento, de 5% (cinco por cento) do valor mensal dos serviços vigentes no mês da ocorrência do inadimplemento.</p> <p>3. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro, sendo considerada reincidente a inexecução ocorrida antes de completados 12 (doze) meses da mesma inexecução anterior, contados a partir da ocorrência.</p> <p>4. As penalidades de multa estabelecidas nesta cláusula ficam limitadas a 10% (dez por cento) do valor total deste contrato.</p> <p>5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.</p> <p>6. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do art. 86, da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.</p> <p>7. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.</p> <p>8. O atraso injustificado na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva por período superior a 20 (vinte) dias ou o atraso injustificado no atendimento de chamados de manutenção emergencial por período superior a 96 (noventa e seis) horas, caracterizará a inexecução total das respectivas obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral da contratação, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa da PRESTADORA DE SERVIÇOS.</p> |
| |
| |

| |
|-------------------------------|
| 16. DISPOSIÇÕES GERAIS |
| |

PROAD 10509/2022 - ANEXO A

Relação de peças e serviços específicos, dados como referência e inclusos no objeto dessa contratação, que mediante apresentação de tabela de preços do fabricante ou a entrega de três orçamentos pela contratada, a qual receberá autorização para o fornecimento ou a execução dos serviços específicos, após o recebimento do empenho.

| Relação de peças | Valor unitário |
|---|-----------------------|
| Compressor 12.000 BTU Carrier/similar split, 220V bifásico gás R22 | |
| Compressor 18.000 BTU Carrier/similar split 220V bifásico gás R22 | |
| Compressor 24.000 BTU Carrier/similar split 220V bifásico gás R22 | |
| Compressor 30.000 BTU Carrier/similar split 220V bifásico gás R22 | |
| Compressor 36.000 BTU Carrier/similar split 220V bifásico gás R22 | |
| Compressores de 12.000 BTU Hitachi/similar split 220V bifásico gás R22 | |
| Compressores de 24.000 BTU Hitachi/similar split 220V bifásico gás R22 | |
| Compressores de 30.000 BTU Hitachi/similar split 220V bifásico gás R22 | |
| Compressores de 48.000 BTU Hitachi/similar split 220V trifásico gás R22 | |
| Compressor de 10 TR Hitachi/similar trifásico gás R22 | |
| Compressor de 7.5 TR Hitachi/similar trifásico gás R22 | |
| Compressor de 5.0 TR Hitachi/similar trifásico gás R22 | |
| Compressores Hitachi/similar Modelo 100BFH4 - R22 - 3,5l óleo - 7,5kw - 3F - 2P - 220V - 60HZ (para Self no Mezanino) gás R22 | |
| Motor de ventilação do Condensador Chiller Hitachi Modelo RCU240SAZHE4A5P - 220V/3F/60Hz- série RCU1103 860141 - Compressor 2x60ASC-Z-PA=28kg/cm ² - inom=773,1 A - FP=90% - Ipart=907 A | |
| Motor do ventilador Split System Hitachi - Mod. RCI030C3P - Série RCI0704 467696 - 220V/1F/60hz - Consumo Total 210kw - Inom=1,10A - Motor do ventilador 108kw - Peso 29 kg | |

| | |
|--|--|
| Motor do ventilador trocador de calor Cassete - Modelo TCCD28A3P - Série TCC0905 642253 - 220V/1F/60hz - Motor do ventilador 108W - Consumo 190W - Inom=1,2A - Peso=30 kg | |
| Motores do ventilador para Intercambiador de Calor Tipo Cassete - Modelo 42GWC01CDBAO2THC - Série 0207Y00759 - 220V/1F/60Hz - Cap. Ref. 11.000W - Cap. Aq. 14.400W - Corrente Ref. 0,91A - Corrente Aq. 0,86A - Consumo Ref. 200W - Consumo Aq. 190W - Vazão ar 1750m³/h - Peso 38 kg | |
| Motor do ventilador condicionador de ar Fan Coil Tipo Cassete - Modelo 40HK32 - 220V/1F/60 Hz Cap. Ref. 32.000BTU - Cap Aq. 40.000BTU - Iref 0,9A - Iaq. 0,9A - Consumo Ref. 190W - Consumo Aq. 190W - Vazão de Ar 1920m³/h - Peso 35 kg | |
| Motores de ventilador cassete Modelo SKLC3611AA - Refrigeração (Cap. 36.860BTU - Potência 185W - Corrente 0,86A) - Aquecimento (Cap. 55.290BTU - Pot. 185W - Corrente 0,86A) - 220V/1F/60Hz - Vazão Ar 2040m³/h Vazão de água 1,92m³/h Motores do ventilador | |
| Motor ventilador - cassete Hidrônico York - Modelo HKH45P17-C (220-240Vac / 1F / 50 Hz - 208-230Vac / 1F / 60Hz) - Cap. Refrig. (11.286kcal/h - 13,1kW - 44800BTU) - Cap. Aq. (12168kcal/h - 14,2kw - 48300BTU) - Pot. Mot. Vent. (452/486W) - Corrente (2,1/2,2A) - Serie 0906-00231 | |
| Motor de indução Monofásico - Isol. B - Tipo PSC -1/10cv - 60HZ -RPM: 900/700 - 1.0/0.7A - Mod.10752416 - HLD32214A - WEG | |
| Motor Metalcorte (Voges) - 220V - 1/2 CV - 6 pólos - 60hz - Isol. F - Corrente 2,6/1,9A - RPM 1075/910 - Com proteção térmica | |
| Motor para ventilador Welling - YSLB-25-6-0005 (YDK28-6W-3) - 208-230V - 60Hz - 31W - 6P - 0,36A | |
| Motor de Indução Trifásico 3CV - Alto Rendimento Vtop Voges/similar | |
| Motor de Indução Trifásico 5CV - Alto rendimento Vtop Voges/similar | |
| Motor de Indução Trifásico 4CV - Alto Rendimento WEG/similar | |
| Motor de Indução Trifásico 1,5CV - Alto Rendimento WEG/similar | |
| Bomba de dreno Split System Hitachi - Mod. RCI030C3P - Série RCI0704 467696 - 220V/1F/60hz - Consumo Total 210kw - Inom=1,10A - Motor do ventilador 108kw - Peso 29 kg | |
| Bomba de dreno Trocador de calor Cassete - Modelo TCCD28A3P - Série TCC0905 642253 - 220V/1F/60hz - Motor do ventilador 108W - Consumo 190W - Inom=1,2A - Peso 30 kg | |
| Bombas de dreno para Intercambiador de Calor Tipo Cassete - Modelo 42GWC01CDBAO2THC - Série 0207Y00759 - 220V/1F/60Hz - Cap. Ref. 11.000W - Cap. Aq. 14.400W - Corrente Ref. 0,91A - Corrente Aq. 0,86A - Consumo Ref. 200W - Consumo Aq. 190W - Vazão ar 1750m³/h - Peso 38 kg | |
| Bomba de dreno condicionador de ar Fan Coil Tipo Cassete - Modelo 40HK32 220V/1F/60Hz - Cap. Ref. 32.000BTU - Cap Aq. 40.000BTU - Iref 0,9A - Iaq. 0,9A - Consumo Ref. 190W - Consumo Aq. 190W - Vazão de Ar 1920m³/h - Peso 35 kg | |
| Bomba de drenos cassete Modelo SKLC3611AA - Refrigeração (Cap. 36.860BTU - Potência 185W - Corrente 0,86A) - Aquecimento (Cap. 55.290BTU - Pot. 185W - Corrente 0,86A) - 220V/1F/60 Hz - Vazão Ar 2040m³/h Vazão de água 1,92m³/h | |

| | |
|---|--|
| Bomba de drenos Cassete Modelo SKLC3611AA - Refrigeração (Cap. 36.860BTU - Potência 185W - Corrente 0,86A) - Aquecimento (Cap. 55.290BTU - Pot. 185W - Corrente 0,86A) - 220V/1F/60Hz - Vazão Ar 2040m³/h Vazão de água 1,92m³/h | |
| Bomba de dreno - Cassete Hidrônico York - Modelo HKH45P17-C (220-240Vac / 1F / 50Hz - 208-230Vac / 1F / 60Hz) - Cap. Refrig. (11.286kcal/h - 13,1kW - 44800BTU) - Cap. Aq. (12168kcal/h - 14,2kw - 48300BTU) - Pot. Mot. Vent. (452/486W) - Corrente (2,1/2,2A) - Serie 0906-00231 | |
| Placas eletrônicas Split System Hitachi - Mod. RCI030C3P - Série RCI0704 467696 - 220V/1F/60hz - Consumo Total 210kw - Inom=1,10A - Motor do ventilador 108kw - Peso 29kg | |
| Placas eletrônicas Trocador de calor Cassete - Modelo TCCD28A3P - Série TCC0905 642253 - 220V/1F/60hz - Motor do ventilador 108W - Consumo 190W - Inom=1,2A - Peso=30kg | |
| Placas eletrônicas para Intercambiador de Calor Tipo Cassete - Modelo 42GWC01CDBAO2THC - Série 0207Y00759 - 220V/1F/60Hz - Cap. Ref. 11.000W - Cap. Aq. 14.400W - Corrente Ref. 0,91A - Corrente Aq. 0,86A - Consumo Ref. 200W - Consumo Aq. 190W - Vazão ar 1750m³ /h - Peso 38kg | |
| Placas eletrônicas condicionador de ar Fan Coil Tipo Cassete - Modelo 40HK32 - 220V/1F/60Hz - Cap. Ref. 32.000BTU - Cap Aq. 40.000BTU - Iref 0,9A - Iaq. 0,9A - Consumo Ref. 190W - Consumo Aq. 190W - Vazão de Ar 1920m³/h - Peso 35 kg | |
| Placas Eletrônicas Cassete Modelo SKLC3611AA - Refrigeração (Cap. 36.860BTU - Potência 185W - Corrente 0,86A) - Aquecimento (Cap. 55.290BTU - Pot. 185W - Corrente 0,86A) - 220V/1F/60Hz - Vazão Ar 2040m³/h Vazão de água 1,92m³/h | |
| Placa eletrônica - Cassete Hidrônico York - Modelo HKH45P17-C (220-240Vac / 1F / 50Hz - 208-230Vac / 1F / 60Hz) - Cap. Refrig. (11.286kcal/h - 13,1kW - 44800BTU) - Cap. Aq. (12168kcal/h - 14,2kw - 48300BTU) - Pot. Mot. Vent. (452/486W) - Corrente (2,1/2,2A) - Serie 0906-00231 | |
| Placa contatora Hitachi 220/380 v - 60 Hz - HLC11183A - Siemens | |
| Placa contatora Hitachi Mono 220/380V - 60Hz - HLC11583C - Siemens | |
| Controles remotos Split System Hitachi - Mod. RCI030C3P - Série RCI0704 467696 - 220V/1F/60hz Consumo Total 210kw - Inom=1,10A - Motor do ventilador 108kw - Peso 29 kg | |
| Controle remoto Trocador de calor Cassete - Modelo TCCD28A3P - Série TCC0905 642253 - 220V/1F/60hz - Motor do ventilador 108W - Consumo 190W - Inom=1,2A - Peso 30 kg | |
| Controle Remoto para Intercambiador de Calor Tipo Cassete - Modelo 42GWC01CDBAO2THC - Série 0207Y00759 - 220V/1F/60Hz - Cap. Ref. 11.000W - Cap. Aq. 14.400W - Corrente Ref. 0,91A - Corrente Aq. 0,86A - Consumo Ref. 200W - Consumo Aq. 190W - Vazão ar 1750m³ /h - Peso 38kg | |
| Controle Remoto Condicionador de ar Fan Coil Tipo Cassete - Modelo 40HK32 - 220V/1F/60Hz - Cap. Ref. 32.000BTU - Cap Aq. 40.000BTU - Iref 0,9A - Iaq. 0,9A - Consumo Ref. 190W - Consumo Aq. 190W - Vazão de Ar 1920m³/h - P | |
| Controle Remoto Cassete Modelo SKLC3611AA - Refrigeração (Cap. 36.860BTU Potência 185W Corrente 0,86A) Aquecimento (Cap. 55.290BTU Pot. 185W Corrente 0,86A) 220V/1F/60Hz - Vazão Ar 2040m³/h Vazão de água 1,92m³/h | |
| Controle remoto Cassete Hidrônico York - Modelo HKH45P17-C 220-240Vac / 1F / 50Hz - 208-230Vac / 1F / 60Hz) - Cap. Refrig. (11.286kcal/h - 13,1kW - 44800BTU) - Cap. Aq. (12168kcal/h - 14,2kw - 48300BTU) - Pot. Mot. Vent. (452/486W) - Corrente (2,1/2,2A) - Serie 0906-00231 | |

| | |
|--|--|
| Filtro de ar para RCI e TCCD | |
| Filtro de ar para Cassete - referência C023554G01 | |
| Filtro de ar para Cassete Hitachi - referência HKH45P17 | |
| Filtro de ar para Cassete hidrônico Carrier – modelo 40HK32 | |
| Filtro DM 48 Danfoss Chiller Hitachi Modelo RCU240SAZHE4A5P 220V/3F/60Hz série RCU1103 860141 Compressor 2x60ASC-Z PA+28 kg/cm ² PB=13 kg/cm ² – Refrigerante R-407C Consumo total 264,14Kw- Inom 773,1A – FP=90% - Ipart 907 A | |
| Filtro plástico Trocador de calor Cassete - Modelo TCCD28A3P - Série TCC0905 642253 - 220V/1F/60hz - Motor do ventilador 108W - Consumo 190W - Inom=1,2A - Peso 30 kg | |
| Filtro Plástico para Intercambiador de Calor Tipo Cassete Modelo 42GWC01CDBAO2THC Série 0207Y00759 220V/1F/60Hz Cap. Ref. 11.000W Cap. Aq. 14.400W Corrente Ref. 0,91A Corrente Aq. 0,86A Consumo Ref. 200W Consumo Aq. 190W Vazão ar 1750Filtrom ³ /h Peso 38 kg | |
| Filtro Plástico para Condicionador de ar Fan Coil Tipo Cassete - Modelo 40HK32 - 220V/1F/60Hz - Cap. Ref. 32.000BTU - Cap Aq. 40.000BTU - Iref 0,9A - Iaq. 0,9A - Consumo Ref. 190W - Consumo Aq. 190W - Vazão de Ar 1920m ³ /h - Peso 35 kg | |
| Filtro plástico Cassete Modelo SKLC3611AA - Refrigeração (Cap. 36.860BTU - Potência 185W - Corrente 0,86A) - Aquecimento (Cap. 55.290BTU - Pot. 185W - Corrente 0,86A) - 220V/1F/60Hz - Vazão Ar 2040m ³ /h Vazão de água 1,92m ³ /h | |
| Filtro Plástico Cassete Hidrônico York - Modelo HKH45P17-C (220-240Vac / 1F / 50Hz - 208-230Vac / 1F / 60Hz) - Cap. Refrig. (11.286kcal/h - 13,1kW - 44800BTU) - Cap. Aq. (12168kcal/h - 14,2kw - 48300BTU) - Pot. Mot. Vent. (452/486W) - Corrente (2,1/2,2A) - Serie 0906-00231 | |
| Filtro Secador DML 165 - Danfoss (para Self no Mezanino) | |
| Filtro de ar plano em fibra sintética G3, com borda de papelão e tela de metal. Medida: 44 x 35 x 2,5 | |
| Filtro de ar plano em fibra sintética G3, com borda de papelão e tela de metal. Medida: 59,5 x 35 x 2,5 | |
| Filtro de ar plano em fibra sintética G3, com borda de papelão e tela de metal. Medida: 59 x 60 x 5,0 | |
| Válvula de fluxo SLIC - Mod. BV03G2D20SA/220-F - 220Vac - 50Hz - 5W - IP65 - 15 seg (para Cassete Hitachi do Plenário) | |
| Válvula de fluxo M9132-AGA-2 - Johnson Controls (para Tubulação água gelada Chiller) | |
| Válvula de expansão eletrônica Mod. 034G1004 – Danfoss (para Tubulação água gelada Chiller) | |
| Válvula de fluxo Johnson Controls - VA -7010 - 8503 - 230V – 50/60 Hz (para Cassetes) | |
| Termômetro 0 à 50 °C - angular 90 ° para Fan coil | |

| | |
|---|--|
| Módulo de Partida Soft Start - Schneider Mod. ATS01N285LY | |
| Transmissor de Pressão Danfoss - Mod. AK933 060 G 215 (para Tubulação água gelada Chiller) | |
| Óleo SW220 para compressor de ar-condicionado do chiller marca Hitachi produto original do compressor Chiller Hitachi Modelo RCU240SAZHE4A5P. | |
| Sinaleiro Led 220V Verde Modelo: AD22-22D/S | |
| Sinaleiro Led 220V Branco Modelo: AD22-22D/S | |
| Capacitor 6,3uF – 450Vac (para Condensadora Hitachi 30.000 BTU - RAA025H3S) | |
| Capacitor 1,5uF – 450Vac (para Condensadora Hitachi 30.000BTU - RAA025H3S) | |
| Capacitor 5MFD/380V (para Condensadora Hitachi 30.000BTU - RAA025H3S) | |
| Capacitor 40uF/400V (para Condensadora Hitachi 30.000BTU - RAA025H3S) | |
| Capacitor 8uF / 440Vac (para Condensadora Hitachi 30.000BTU - RAA025H3S) | |
| Capacitor 50uF/450Vac (para Condensadora Hitachi 30.000BTU - RAA025H3S) | |
| Capacitor 35uF/380V (para Condensadora Hitachi 30.000BTU – RAA025H3S) | |
| Contator Schneider, ou similar, Modelo LC1D65A 220/230V 1no + 1nc | |
| Contatora HLC11583C | |
| Contator Schneider, ou similar Modelo LC1 DFK11 /220v | |
| Contator Schneider, ou similar Modelo LC1K16 / 10 M7/220V | |
| Contator NO para Chave comutadora 3 posições Modelo: M-1A | |
| Contator Siemens, ou similar Modelo 3tb80 - 220 V v/3 no + 1 nc/16 A | |
| Contator Siemens, ou similar Modelo 3tb40 - 220 V v/AC 3/2 no+2nc | |
| Contator Schneider, ou similar Modelo LC1K12 / 10 M7/220V | |
| Contator Schneider, ou similar Modelo Lc1d40A bobina: 220v - 3p - na+nf | |
| Contator Schneider, ou similar Modelo LC1-D50M7 1NA+1NF 50A 220VCA | |
| Contator Schneider, ou similar Modelo LC1-D32M7 1NA+1NF 32A 220VCA | |

| | |
|--|--|
| Contator Siemens, ou similar 3tb44 - 220 V - AC 3 | |
| Disjuntor Schneider ou similar Termomagnético Bipolar Modelo - C60N C10A 2P | |
| Disjuntor Schneider ou similar Termomagnético Tripolar Modelo: K32a/ C32A 3P | |
| Disjuntor Schneider ou similar Termomagnético Tripolar Modelo: K32a/ 20A 3P | |
| Disjuntor Schneider ou similar Termomagnético Tripolar Modelo: K32a/ 16A 3P | |
| Disjuntor Schneider ou similar Termomagnético Bipolar Modelo: K32a/ 10A 2P | |
| Disjuntor Tripolar de 100 A Din | |
| Disjuntor Tripolar de 40 A Din | |
| Disjuntor Tripolar de 20 A Din | |
| Borne tipo Sak Norma DIN 25 mm | |
| Borne tipo Sak Norma DIN 16 mm | |
| Borne tipo Sak Norma DIN 10 mm | |
| Borne tipo Sak Norma DIN 6 mm | |
| Borne tipo Sak Norma DIN 2,5 mm | |
| Fusível 800 A Retardado - Baixa perda NH4 Classe GL | |
| Fusível Siemens ou similar Modelo - 3NA3 252 / NH2-gG / 315A 500V a.c./120KA | |
| Fusível 160 A, 125 A, 100 A, 80 A, 63 A retardado de baixa perda NH1 classe GL | |
| Fusível Diazed 50A, 25A, 16A, 10A, 6A, 2A | |
| Base para fusível diazed 63A Conjunto Completo | |
| Base para fusível diazed 10A Conjunto Completo | |
| Terminal tipo pino (ou agulha) 10mm, 6mm, 2,5mm | |
| Terminal tipo garfo 10mm, 6mm, 2,5mm | |
| Terminal tipo olhal 10mm, 6mm, 2,5mm, | |

| | |
|--|--|
| Terminal tipo ilhós 25mm, 16mm, 10mm, 6mm, 2,5mm | |
| Rele Eletrônico de proteção para motor Mod. LR9 F 5371 / 132A à 220 A | |
| Rele térmico Schneider ou similar Modelo: LR2K0322 / 12A a 16A | |
| Rele térmico Schneider ou similar Modelo: LR2K0316 / 8A a 11,5A | |
| Rele térmico Schneider ou similar LRD340 30A á 40A | |
| Rele térmico Schneider ou similar Modelo: 37 - 50A LRD-3357 | |
| Atuador VC6013 para cassetes York | |
| Gás R- 410a | |
| Gás R-22 | |
| Gás R-407C | |
| Correias diversas | |
| Óleo de bomba Telus 68 | |
| VENTILADOR BCP 270-270 HLB0163B DUPLEX SIROCCO Fancoil 10TR | |
| VENTILADOR BCP 321-241 HLB0164C DUPLEX SIROCCO Fancoil 15 TR | |
| Polias diversas | |
| Rolamentos diversos | |
| Relação de Serviços específicos | |
| Serviços de retífica | |
| Serviços de soldas | |
| Serviços de usinagem – torno e fresa | |
| Serviços de enrolamento de motor especial de torre de resfriamento trifásico Alpina Mod.403A19 4CV 695 RPM – X Polos carc.160M | |
| Serviços de enrolamento de Motor 20 Cv e Bomba Torre de Resfriamento | |
| Serviços de enrolamento de Motor 5 Cv Fancoil / Self / Exaustores / Ventiladores | |

| | |
|--|--|
| Serviços de enrolamento de Motor 1,5 Cv Fancoil / Self / Exaustores / Ventiladores | |
| Serviços de enrolamento de Motor 3 Cv FanCoil / Self / Exaustores / Ventiladores | |
| Serviços de enrolamento de Motor 4 CV Fancoil / Self / Exaustores / Ventiladores | |
| <p>Observação:</p> <p>As peças não relacionadas, mas necessárias para reparação dos equipamentos, deverão ser informadas, com descritivo técnico do componente necessário, em qual equipamento terá o componente substituído, com a apresentação de tabela de preços do fabricante ou a entrega das três cotações exigidas nos mesmos moldes das peças e serviços específicos relacionados nesta tabela.</p> | |

ANEXO B

Rotinas Mínimas de Manutenção Preventiva

Os *checklists* abaixo apresentados deverão ser seguidos sempre que não houver procedimento interno formal da contratada, aprovado pela Administração do Tribunal.

| I. BOMBAS | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|---|---------------------------|---|-------------------------------|---|---------------------------|---|----|---|--|--|
| Legenda: | | | | | | | | | | | |
| D: diária S: semanal | | Q: quinzenal M: mensal | | B: bimestral T: trimestral | | ST: semestral A: anual | | | | | |
| Item | Especificação dos serviços | D | S | Q | M | B | T | ST | A | | |
| 01 | verificar existência de ruídos e vibrações, anormais | | | | X | | | | | | |
| 02 | verificar nível de óleo | | | | X | | | | | | |
| 03 | lubrificar mancais, acoplamentos e rolamentos | | | | X | | | | | | |
| 04 | efetuar limpeza externa | | | | X | | | | | | |
| 05 | verificar isolamento das tubulações água gelada | | | | X | | | | | | |
| 06 | eliminar pontos de ferrugem | | | | | | X | | | | |
| 07 | reapertar parafusos de fixação | | | | X | | | | | | |
| 08 | eliminar vazamentos nos registros e válvulas | | | | X | | | | | | |
| 09 | manobrar cada registro hidráulico, do princípio ao fim do curso voltando-o a posição original | | | | | | X | | | | |
| 10 | verificar e ajustar gaxetas | | | | X | | | | | | |
| 11 | verificar estado de mangotes e abraçadeiras | | | | X | | | | | | |
| 12 | verificar dreno | | | | X | | | | | | |
| 13 | verificar e limpar filtros de sucção | | | | X | | | | | | |
| 14 | verificar alinhamento do conjunto motor e bomba | | | | | | X | | | | |
| 15 | verificar óleo lubrificante fazendo troca se necessário | | | | X | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|----|--|--|--|--|---|--|---|--|---|
| 16 | verificar e anotar diferencial de pressão de trabalho | | | | X | | | | |
| 17 | verificar e anotar vazão pressões de regime funcionamento | | | | X | | | | |
| 18 | verificar e anotar tensões desbalanceamento entre fases do motor | | | | X | | | | |
| 19 | verificar e anotar corrente desbalanceamento entre fases do motor | | | | X | | | | |
| 20 | medir e anotar isolamento do motor | | | | | | | | X |
| 21 | verificar botoeiras, interruptores, lâmpadas e fusíveis | | | | X | | | | |
| 22 | efetuar reaperto terminais, parafusos, molas | | | | X | | | | |
| 23 | verificar atuação dos relês térmico | | | | | | X | | |
| 24 | efetuar limpeza interna do quadro comando | | | | X | | | | |
| 25 | verificar aquecimento do motor | | | | X | | | | |
| 26 | verificar estruturas, superfícies, contatos, contadoras e relês partida da unidade | | | | | | | | X |
| 27 | verificar aperto dos fusíveis, contatos, ajustes adequados | | | | X | | | | |
| | | | | | | | | | |

| II. CHILLER'S | | | | | | | | | | |
|-------------------------|--|---------------------------|---|-------------------------------|---|---------------------------|---|----|---|---|
| Legenda: | | | | | | | | | | |
| D: diária S: semanal | | Q: quinzenal M: mensal | | B: bimestral T: trimestral | | ST: semestral A: anual | | | | |
| item | Especificação dos serviços | D | S | Q | M | B | T | ST | A | |
| 01 | verificar existência de ruídos e vibrações, anormais | | | | X | | | | | |
| 02 | verificar nível de óleo efetuando troca se necessário | | | | X | | | | | |
| 03 | efetuar limpeza dos condensadores | | | | | | X | | | |
| 04 | efetuar limpeza dos evaporadores | | | | | | | | | X |
| 05 | verificar condição de alinhamento correias do ventiladores | | | | X | | | | | |
| 06 | lubrificar os mancais e rolamentos | | | | | | X | | | |
| 07 | verificar acoplamentos | | | | X | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|----|--|--|--|--|---|---|---|---|---|
| 08 | efetuar limpeza dos rotores | | | | X | | | | |
| 09 | efetuar limpeza geral do equipamento incluindo motores compressores | | | | X | | | | |
| 10 | verificar isolamento das tubulações | | | | X | | | | |
| 11 | verificar existência de vazamentos de freon | | | | | | X | | |
| 12 | verificar visor de líquido bolha, sujeira, unidade | | | | X | | | | |
| 13 | verificar super aquecimento da válvula de expansão | | | | X | | | | |
| 14 | eliminar pontos de ferrugem | | | | | | X | | |
| 15 | corrigir tampas soltas e vedação do gabinete | | | | | X | | | |
| 16 | verificar e anotar pressões de alta e baixa do óleo | | | | | X | | | |
| 17 | verificar atuação do pressostato de alta e baixa do óleo | | | | | | X | | |
| 18 | efetuar leitura de superaquecimento | | | | | | | X | |
| 19 | reapertar parafusos de mancais e suportes | | | | | | | X | |
| 20 | verificar aperto normal dos cabeçotes dos compressores | | | | X | | | | |
| 21 | medir e anotar temperatura de entrada e saída em °C de condensação. | | | | X | | | | |
| 22 | medir e anotar temperatura de entrada e saída °C de água gelada | | | | X | | | | |
| 23 | eliminar vazamentos nos registros e válvulas | | | | X | | | | |
| 24 | manobrar registros hidráulico, do principio ao fim do curso, voltando-o a posição original | | | | | | | X | |
| 25 | verificar e anotar tensões e desbalanceamento entre as fases dos motores e compressores | | | | X | | | | |
| 26 | verificar e anotar corrente e desbalancear entre as fases dos motores e compressores | | | | | X | | | |
| 27 | medir e anotar isolamento dos motor compressores e cabos | | | | | | | | X |
| 28 | medir e anotar isolamento dos motores dos ventiladores | | | | | | | | X |
| 29 | verificar interruptores, lâmpadas e fusíveis | | | | X | | | | |

| | | | | | | | | | |
|----|--|--|--|--|---|--|---|--|---|
| 30 | efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas | | | | X | | | | |
| 31 | verificar atuação dos relês térmico | | | | | | | | X |
| 32 | efetuar limpeza interna do quadro de comando | | | | X | | | | |
| 33 | verificar aquecimento dos motores | | | | X | | | | |
| 34 | verificar atuação do <i>flow-switch</i> (interruptor de temperatura e um de fluxo de passagem) | | | | X | | | | |
| 35 | verificar estado das superfícies dos contatos das contadoras e relês de partida da unidade | | | | | | | | X |
| 36 | verificar aperto dos fusíveis e se são adequados | | | | X | | | | |
| 37 | verificar funcionamento da resistência de aquecimento do cárter | | | | X | | | | |
| 38 | verificar funcionamento dos termômetros e manômetros do circuito de água | | | | X | | | | |
| 39 | verificar circuito elétrico de inter travamento | | | | | | X | | |
| 40 | verificar termostato de baixa temperatura de água gelada | | | | | | X | | |
| 41 | verificar a condição dos conduítes rígidos e reaperto se necessário | | | | X | | | | |
| 42 | verificar diferencial de pressão da água no evaporador | | | | X | | | | |
| 43 | verificar diferencial de pressão da água no condensador | | | | X | | | | |
| 44 | verificar regulagem dos termostatos de controle dos moto ventiladores | | | | | | X | | |
| 45 | limpeza da serpentina condensadora | | | | | | | | X |

| III. QUADRO DE COMANDO ELÉTRICO | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|------------------------------|---------------------------|--|-------------------------------|---|---|---------------------------|---|---|----|---|
| Legenda: | | | | | | | | | | | |
| D: diária S: semanal | | Q: quinzenal M: mensal | | B: bimestral T: trimestral | | | ST: semestral A: anual | | | | |
| item | Especificação dos serviços | | | D | S | Q | M | B | T | ST | A |
| 01 | verificar tensão e amperagem | | | | | | X | | | | |

| | | | | | | | | | |
|----|---|--|--|--|---|--|--|---|--|
| 02 | verificar condições de isolamento fios e cabos | | | | X | | | | |
| 03 | verificar lâmpadas piloto, substituir queimadas | | | | X | | | | |
| 04 | reaperto geral dos bornes | | | | | | | X | |
| 05 | reaperto geral da fixação dos disjuntores contadoras, chaves comutadoras, avaliando aspectos dos contatos | | | | | | | X | |
| 06 | efetuar medições elétricas: tensões, corrente, resistências de isolação | | | | | | | X | |
| 07 | limpeza interna e externa do quadro | | | | | | | X | |
| 08 | verificar, lubrificar se necessário, terminais, contadoras | | | | | | | X | |
| 09 | verificar se necessário retocar pintura do quadro | | | | | | | X | |

| IV. FAN COIL Legenda: | | | | | | | | | |
|---------------------------------|--|---------------------------|---|-------------------------------|---|---------------------------|---|----|---|
| D: diária S: semanal | | Q: quinzenal M: mensal | | B: bimestral T: trimestral | | ST: semestral A: anual | | | |
| item | Especificação dos serviços | D | S | Q | M | B | T | ST | A |
| 01 | verificar existência de ruídos e vibrações anormais | | | | X | | | | |
| 02 | avalar serpentina | | | | | | | X | |
| 03 | verificar condições e alinhamento das correias do ventilador | | | | X | | | | |
| 04 | lubrificar mancais e rolamentos | | | | | | X | | |
| 05 | verificar acoplamentos | | | | X | | | | |
| 06 | efetuar limpeza dos rotores | | | | X | | | | |
| 07 | efetuar limpeza geral do equipamento | | | | X | | | | |
| 08 | verificar isolamento térmico do gabinete dutos, tubulações, válvulas | | | | X | | | | |

| | | | | | | | | | |
|----|---|--|--|--|---|--|---|--|--|
| 09 | eliminar pontos de ferrugem | | | | | | X | | |
| 10 | corrigir tampas soltas e vedação do gabinete, dutos, tubulações e válvulas | | | | X | | | | |
| 11 | reapertar parafusos dos mancais e suportes | | | | | | X | | |
| 12 | verificar temperatura e pressão de entrada, saída de água gelada | | | | | | X | | |
| 13 | verificar temperatura e pressão de entrada saída de água quente | | | | | | X | | |
| 14 | verificar alinhamento do conjunto motor e bomba | | | | X | | | | |
| 15 | manobrar cada registro e válvula do principio ao fim curso, voltando posição original | | | | | | X | | |
| 16 | inspecionar filtros de ar (lavar ou trocar a cada três meses) | | | | X | | | | |
| 17 | verificar dreno e bandeja de condensação | | | | X | | | | |
| 18 | verificar atuação da válvula motorizada | | | | X | | | | |
| 19 | verificar o estado das conexões flexíveis dos dutos | | | | X | | | | |
| 20 | verificar operações dos <i>dampers</i> (registro) e outros componentes | | | | X | | | | |
| 21 | verificar se o retorno do ar está desobstruído | | | | X | | | | |
| 22 | verificar, anotar tensões e balancear fases do motor | | | | X | | | | |
| 23 | verificar e anotar corrente e balancear as fases do motor | | | | X | | | | |

| | | | | | | | | | |
|----|--|--|--|--|---|--|--|--|---|
| 24 | medir e anotar isolamento do motor | | | | | | | | X |
| 25 | verificar botoeiras, interruptores, lâmpadas e fusíveis | | | | X | | | | |
| 26 | efetuar aperto dos terminais, parafusos e molas | | | | X | | | | |
| 27 | verificar atuação do relê térmico | | | | X | | | | |
| 28 | efetuar limpeza interna no quadro de comando | | | | X | | | | |
| 29 | verificar aquecimento do motor | | | | X | | | | |
| 30 | verificar estado das superfícies de contato das contadoras | | | | | | | | X |
| 31 | verificar aperto dos fusíveis e suas adequações | | | | X | | | | |
| 32 | verificar funcionamento da resistência aquecimento e umidade | | | | X | | | | |

PROAD 10509/2022 - ANEXO C

I. Sistema de Automação Atual (que deverá ser atualizado e ampliado pela Contratada)

1. Software para servidor WEB.
2. Módulo de software “Web Server” instalado no controlador de rede.
3. Acesso ao sistema de automação predial com aplicativos de navegação na Internet através do sistema Microsoft Internet Explorer.
4. Dados em telas gráficas com recursos de animação no formato de páginas da Internet. O sistema também permite que as mensagens de alarme sejam enviadas via e-mail para usuários pré-cadastrados.
5. Acesso a páginas do sistema automatizado é assegurado através de login de usuário e senha. O sistema permite ainda que cada usuário possa acessar as páginas conforme seus privilégios de acesso, bem como permite a customização de páginas para cada usuário.

6. As páginas disponibilizadas no sistema permitem, no mínimo, as seguintes funções:
 - a) monitorar os estados dos pontos de supervisão e controle do Sistema de Automação Predial;
 - b) acesso ao relatório de alarmes;
 - c) acesso aos relatórios e gráficos de tendência;
 - d) reconhecimento de alarmes;
 - e) ajuste de setpoints;
 - f) alteração de programação horária.

7. Características básicas do software:
 - a) geração em tempo real de telas com pontos monitorados;
 - b) ligação dinâmica entre telas que acessam e comandam dados do sistema bem como modificam o Status dos equipamentos envolvidos. A interface utiliza-se de mouse para acessar menus, caixas de diálogo entre outros;
 - c) descritores de pontos, gráficos e alarmes modificáveis pelo operador através da Estação de Gerenciamento com a respectiva senha de acesso compatível com esta atividade;
 - d) encerramento da seção de trabalho efetuado de forma manual pelo próprio operador ou de modo automático, podendo ser ajustável pelo gerente do sistema;
 - e) permite a impressão de relatórios padrão.

8. Quadro do Controlador de rede (web browser)
 - a) controlador de Rede está conectada à rede corporativa (Intranet). Esse controlador possui placa de rede Ethernet, com conectores RJ 45.
 - b) com fluxogramas; desenhos contendo a identificação da régua de bornes dos controladores e régua de bornes dos demais equipamentos envolvidos - quadros, sensores, atuadores, com os devidos inter-relacionamentos, desenhos contendo o encaminhamento dos eletrodutos e fiações de energia elétrica, comando e controle e da rede de comunicação.
 - c) com sensores e atuadores, sensor de temperatura de ar e sensor de temperatura de água.
 - d) válvula de duas vias com atuador motorizado.
 - e) atuador motorizado do proporcional com acionamento externo manual.

II. Sistemas de Refrigeração, Ventilação e Exaustão instalados no prédio

| Descrição | Quant. | Marca | Modelo | Cap. | Andar |
|--|--------|----------|-------------------|-----------|-----------|
| 1. SISTEMA INSTALADO NOS ANDARES SUPERIORES (DO 3º AO 17º PAVIMENTO) | | | | | |
| Chiller a Ar | 3 | HITACHI | RCU240SAZE4AP | 240 TR | Cobertura |
| Bomba de Água Gelada | 4 | KSB | MEGANORM 80 -315 | 25 CV | Cobertura |
| Bomba de Água Gelada | 4 | KSB | MEGANORM 100 -315 | 40 CV | Cobertura |
| Ar Condicionado de Janela | 1 | SPRINGER | SILENTIA | 21000 BTU | 19º Andar |
| Ventilador | 2 | PIVAR | VSD675-T3 | 4 CV | 18º Andar |
| Exaustor | 3 | TORIN | BSC381-178 | 1,5CV | 18º Andar |
| Exaustor | 2 | PIVAR | BSC457-243 | 1,5 CV | 18º Andar |
| Exaustor | 1 | PIVAR | BSC381-178 | 1 CV | 18º Andar |
| Exaustor | 1 | PIVAR | BSC457-243 | 4 CV | 18º Andar |
| Ventilador | 1 | PIVAR | VSD675-T3 | 5 CV | 18º Andar |
| Split | 1 | SAMSUNG | AS09UWBUXAZ | 9.000 BTU | 18º Andar |
| Fan Coil | 1 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 17º Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 17º Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 5 | CARRIER | 40HK32 | 32000 BTU | 17º Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 1 | CARRIER | 42GWC01CDBAO2THC | 38000 BTU | 17º Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 16º Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 16º Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 3 | CARRIER | 42GWC01CDBAO2THC | 38000 BTU | 16º Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 3 | KOMEKO | SKLC3611AA | 36860 BTU | 16º Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 1 | CARRIER | 40HK32 | 32000 BTU | 16º Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 15º Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 15º Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 9 | CARRIER | 42GWC01CDBAO2THC | 38000 BTU | 15º Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 14º Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 14º Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 8 | CARRIER | 42GWC01CDBAO2THC | 38000 BTU | 14º Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 13º Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 13º Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 7 | CARRIER | 42GWC01CDBAO2THC | 38000 BTU | 13º Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 12º Andar |

| | | | | | |
|---|----|----------|-------------------|-----------|-----------|
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 12° Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 7 | CARRIER | 42GWC01CDBAO2THC | 38000 BTU | 12° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 11° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 11° Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 7 | CARRIER | 42GWC01CDBAO2THC | 38000 BTU | 11° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 10° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 10° Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 7 | CARRIER | 42GWC01CDBAO2THC | 38000 BTU | 10° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 9° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 9° Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 7 | YORK | Modelo HKH45P17-C | 44800 BTU | 9° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 8° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 8° Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 7 | CARRIER | 42GWC01CDBAO2THC | 38000 BTU | 8° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 7° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 7° Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 7 | YORK | Modelo HKH45P17-C | 44800 BTU | 7° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 6° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 6° Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 4 | YORK | Modelo HKH45P17-C | 44800 BTU | 6° Andar |
| Evaporadora tipo Split Hidrônico | 2 | YORK | HI WALL HIDRONICO | 22000 BTU | 6° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 5° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 5° Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 8 | CARRIER | 40HK32 | 32000 BTU | 5° Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 1 | YORK | HKH45P17-C | 44800 BTU | 5° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 15 - 8 FILAS | 15 TR | 4° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 4° Andar |
| Fan Coil | 2 | NEWTORK | NT - 10 - 8 FILAS | 10 TR | 3° Andar |
| Evaporadora tipo Cassete Hidrônico | 6 | HITACHI | TCCD28A3P | 30000 BTU | 3° Andar |
| Cassete c/ Condensador | 11 | HITACHI | RCI030C3P | 24000 BTU | 3° Andar |
| Cassete Hidrônico | 2 | CARRIER | 42GWC01CDBAO2THC | 38000 BTU | 3° Andar |
| Split System Hi-Wall (evaporadora e condensadora) | 3 | HITACHI | RKP010E | 12000 BTU | 3° Andar |
| Ar Condicionado de Janela | 1 | SPRINGER | SILENTIA | 21000 BTU | 2° Andar |
| Split (evaporadora e condensadora) | 1 | MIDEA | INVERTER | 18000 BTU | 2° Andar |

| | | | | | |
|------------------------------------|---|----------|----------------|-----------|------------|
| Split (evaporadora e condensadora) | 2 | CARRIER | Piso Teto | 48000 BTU | 2° Andar |
| Split (evaporadora e condensadora) | 1 | SAMSUNG | AS18UWBUNXAZ | 18000 BTU | 2° Andar |
| Split (evaporadora e condensadora) | 1 | HITACHI | RAS-252BH | 9000 BTU | 2° Andar |
| Ventilador | 2 | PIVAR | VLD1-600T3 | 5 CV | Térreo |
| Exaustor | 2 | | VGT-01/GOC/457 | 1,5 CV | 1° Subsolo |
| Exaustor | 2 | PIVAR | VSD900T3 | 7,5 CV | 2° Subsolo |
| Ventilador | 2 | PIVAR | VLD1-600T3 | 5 CV | 2° Subsolo |
| Ar Condicionado de Janela | 2 | SPRINGER | SILENTIA | 30000 BTU | 2° Subsolo |

2. SISTEMA INSTALADO NO 1º E 2º PAVIMENTOS

| | | | | | |
|---|----|---------|---|---|---------------|
| Condensadora, Somente Frio, Sistema Mult Split VRF | 1 | Hitachi | FSNC5B-46HP (RAS-22FSNC5B+RAS-24FSNC5B) | 436754,1 BTU/h | 1º / 2º Andar |
| Condensadora, Somente Frio, Sistema Mult Split VRF, | 1 | Hitachi | FSNC5B-42HP (RAS-18FSNC5B+RAS-24FSNC5B) | 382159,904 BTU/h | 1º / 2º Andar |
| Condensadora, Somente Frio, Sistema Mult Split VRF, | 1 | Hitachi | FSNC5B-48HP (RAS-24FSNC5B+RAS-24FSNC5B) | 464051,3 BTU/h | 1º / 2º Andar |
| Evaporadora do tipo Hi Wall, incluindo acessórios, receptor e controle, Sistema VRF, | 1 | Hitachi | RPK-1,0FSNSM2 | 9.560 BTU/h, 600/480/420 m3/h | 1º / 2º Andar |
| Evaporadora do tipo Hi Wall, incluindo acessórios, receptor e controle, Sistema VRF, | 4 | Hitachi | HITACHI RPK1,5FSNM2 | 13.648 BTU/h, 840/660/540/450 m3/h | 1º / 2º Andar |
| Evaporadora do tipo Cassete Quatro Vias, incluindo acessórios, receptor e controle, Sistema VRF, | 24 | Hitachi | RCI1,5FSN3B4 | 13.600 BTU/h, 1260/1020/840/660 m3/h | 1º / 2º Andar |
| Evaporadora do tipo Cassete Quatro Vias, incluindo acessórios, receptor e controle, Sistema VRF, | 19 | Hitachi | RCI2,0FSN3B4 | 19.110 BTU/h, 1320/1020/840/660 m3/h | 1º / 2º Andar |
| Evaporadora do tipo Cassete Quatro Vias, incluindo acessórios, receptor e controle, Sistema VRF, Sistema VRF, | 3 | Hitachi | RCI2,5FSN3B4 | 24.230 BTU/h, 1620/1380/1060/840 m3/h | 1º / 2º Andar |
| Evaporadora do tipo Cassete Quatro Vias, Sistema VRF | 1 | Hitachi | RCI3,0FSN3B4 | | 1º / 2º Andar |
| Evaporadora do tipo Cassete Quatro Vias, Sistema VRF | 5 | Hitachi | RCI4,0FSN3B4 | 27.000 BTU/h, 1620/1380/1080/840 m3/h | 1º / 2º Andar |
| Evaporadora do tipo Splitão Dutado, Sistema VRF | 3 | Hitachi | RTC150_P+RVT150_P | 174489,34 BTU/h (14,54 TR), Vazão de Ar 10200,00 m3/h, pressão estática disponível 15mmCA | 1º / 2º Andar |
| Evaporadora do tipo cassete 4 vias, Sistema VRF | 1 | Hitachi | RCI4,0FSN3B4 | 27.000 BTU/h, 1620/1380/1080/840 m3/h | 1º / 2º Andar |

| | | | | | |
|--|---|----------|--------------|---------------------|---------------|
| Ar condicionado split (evaporadora+condensadora), cassete 4 vias, ciclo frio, 60hz, classificacao energetica a ou b (selo procel), gas hfc, controle s/fio | 2 | Hitachi | RAP48FSZ | 48000 btu/h | 1º / 2º Andar |
| Ventilador Axial em linha (In-line), TD SILENT 1300/250 C/ CAIXA MFL 250 G4 | 3 | OTAM | MFL-C 250 G4 | Vazão de 1181- m3/h | 1º / 2º Andar |
| Ventilador Axial em linha (In-line), TD SILENT 2000/315 C/ CAIXA MFL 315 G4 | 1 | OTAM | MFL-C 315 G4 | Vazão de 1600- m3/h | 1º / 2º Andar |
| VENTILADOR Classe Climatica: "T", Tensão 220v, Potência:65W, Frequencia 60Hz, IPX2, PI- 5087SC | 1 | VENTISOL | EXL150-02 | 65W | 2º / 3º Andar |